

Temporalis

4

ISBN 85-85610-23-9



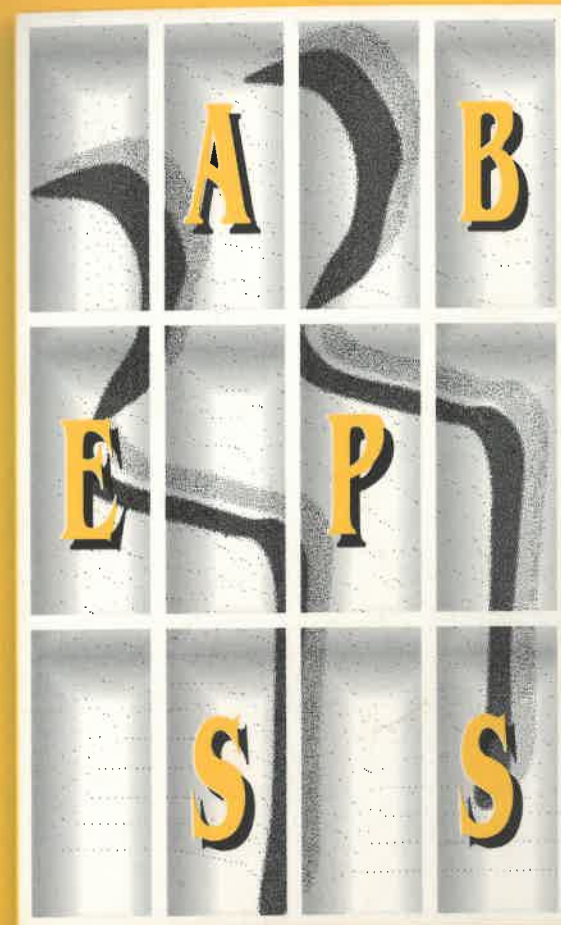
9 788565 610234

TEMPORALIS 4 - ANO II N.º 4 - JULHO A DEZEMBRO DE 2001

Temporalis

4

Revista da Associação
Brasileira de Ensino e Pesquisa em
Serviço Social - ABEPSS



Ano II, nº 4 - Julho a dezembro de 2001

4

ABEPSS

ISBN: 85-85610-23-9

Temporalis

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
ENSINO E PESQUISA EM
SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS

Esther Luiza Farias Stein
Maio/2002

ANO II, Nº 4 - JULHO À DEZEMBRO DE 2001

OS ARTIGOS PUBLICADOS NESTA REVISTA SÃO DE INTEIRA
RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES

© COPYRIGHT 2001 BY ABEPSS

PROJETO GRÁFICO E EDITORIAL

GRAFLINE - ARTES GRÁFICAS E EDITORA LTDA.

AV. MEM DE SÁ, N° 69 - LAPA - RJ

TEL.: 2221-6331 / 2221-2027

E-MAIL: GRAFLINE@IG.COM.BR

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

LUCIANA SANT'ANA BATISTA

REVISÃO:

VANTUIL PEREIRA

EDIÇÃO:

EXECUTIVA NACIONAL DA ABEPSS:

MARIA APARECIDA TARDIN CASSAB - PRESIDENTE

MARIA ROSÂNGELA BATISTONI - COORD. NACIONAL DE GRADUAÇÃO

MARIA INES S. BRAVO - COORD. NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

KATIA REGINA DE S. LIMA - SECRETARIA NACIONAL

MARIA LIDIA S. SILVEIRA - TESOUREIRA

MARINA BARBOSA PINTO - SUPLENTE

MARILENE SANSÃO - SUPLENTE

Periódico semestral da ABEPSS

TEMPORALIS / ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL
ANO. 2, N.4 (JUL/DEZ. 2001). BRASÍLIA: ABEPSS, GRAFLINE, 2001
128 p.

1. TRABALHO. 2. TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL. 3. MOVIMENTOS
SOCIAIS. 4. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.

ISBN: 85-85610-23-9

SUMÁRIO

EDITORIAL	05
LEITURAS DE MOVIMENTOS: CONJUNTURA, AÇÃO E PODER. ANA CLARA TORRES RIBEIRO	09
DESVENDANDO AS DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DO INSTRUMENTAL TÉCNICO- OPERATIVO DO SERVIÇO SOCIAL NA ARTICULAÇÃO ENTRE DEMANDAS SOCIAIS E PROJETOS PROFISSIONAIS	21
ROSA LÚCIA PRÉDES TRINDADE	
O APRENDER DO FAZER (AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ASSISTENTES SOCIAIS SOBRE O SEU SABER-FAZER PROFISSIONAL): A DIMENSÃO EDUCATIVA DO TRABALHO	43
MARIA CELIA CORREIA NICOLAU	
CONTRA-REVOLUÇÃO, TRABALHO E CLASSES SOCIAIS	75
SÉRGIO LESSA	
A TERCERIZAÇÃO E A NOVA COMPOSIÇÃO DA INFORMALIDADE	87
MARIA AUGUSTA TAVARES	
O FETICHE DE FELICIDADE NO DISCURSO DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	99
MARIA VIRGÍNIA BORGES AMARAL	
COMPROMISSO ENTRE CAPITAL E TRABALHO NA FLEXIBILIDADE PRODUTIVA: CONSENTIMENTO OU CONQUISTA DO TRABALHO	111
REIVAN MARINHO DE SOUZA CARNEIRO	
FORUM NACIONAL SOBRE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL	121
MARIA DA GRAÇA NÓBREGA BOLLMANN	
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS	128

EDITORIAL

É com imenso prazer que a executiva nacional da Abepss apresenta o número 4 de sua revista *Temporalis*. Com o tema central de "experiências e desafios para o ensino do trabalho do assistente social a partir das novas diretrizes" esse número aborda o trabalho do assistente social a partir de diferentes ângulos.

O primeiro trabalho de autoria da Prof^a Dr^a Ana Clara Torres Ribeiro, do IPPUR da UFRJ, é o texto de sua conferência no 10º CBAS sobre movimentos sociais no Brasil. Nele a autora nos alerta sobre uma hipertrofia da via de gestão dos conflitos presentes nas reivindicações dos segmentos subalternizados, através apenas das políticas sociais e públicas, esterilizando possibilidades diferentes de ação social. Como ela encerra o texto: "A afirmação de sujeitos complexos (Unda, op cit), que ocorre simultaneamente à ampla existência de atores emudecidos (o gesto sem voz) permite reconhecer grandes e novas questões para a agenda daqueles que se preocupam com os movimentos sociais e com a sua capacidade de transformar as relações Sociedade - Estado no Brasil. Estas questões envolvem, como antes afirmado, a disputa de sentidos da ação. Este é, sem dúvida, um caminho de confronto com a ideologia dominante".

Um segundo conjunto de textos é todo formado por autores de universidades do Nordeste. Eles são resultados de mesas que tiveram lugar no Encontro Regional de Pesquisadores do Nordeste, organizado pela Vice-presidência regional da ABEPSS por ocasião da oficina regional em dezembro próximo passado.

Aqui é necessário um breve parêntese. A ABEPSS definiu como tema central de suas oficinas a discussão do ensino do trabalho do assistente social. Essa não é uma escolha desprovida de um sentido mais amplo. Ela se deu a partir de uma compreensão, fundamentada nas experiências de acompanhamento e discussão da implantação das diretrizes nas unidades de ensino, de que o trabalho do assistente social é um dos pontos nos quais mais precisamos investir. Nesse trabalho tivemos a oportunidade de perceber que, ao lado das importantes conquistas obtidas no processo de formulação das diretrizes curriculares, novos e importantes desafios se apresentavam. Dentre outros o desafio da implantação no núcleo do trabalho profissional é o que demanda nossos esforços de forma mais intensa, em especial, os conteúdos referentes aos processos e relações de trabalho e Serviço Social. Esses esforços precisam se dar em duas direções.

A primeira delas é daqueles esforços que se realizam no sentido de uma ação político-acadêmica junto às unidades de ensino com objetivo de assegurar a implantação das diretrizes que coletivamente construímos. É preciso ter claro o que isso significa. Em primeiro lugar é necessário

considerar-se as condições objetivas nas quais esse processo de implantação se realiza, tais como o contexto da política para o ensino superior no Brasil hoje; as condições de trabalho docente, tanto em sua universalidade, como nas singularidades de cada unidade de ensino onde ele se dá; o perfil dos corpos docente e discente e ainda o patrimônio de conhecimentos e práticas pedagógicas que conseguimos construir no Serviço Social. A ação, como Ana Clara nos ensina acima, envolve uma disputa de sentidos e temos nos posicionado claramente, junto às unidades de ensino, nos sentidos que estão assinalados nas diretrizes que, reafirmamos, coletivamente construímos. Elas são nosso norte e a base da qual partimos.

A segunda direção de nossos esforços vem se dando a partir do entendimento da grande necessidade que temos em ampliar e aprofundar nossa produção teórica acerca do trabalho do assistente social, tratado como um tipo de trabalho especializado que se efetiva no âmbito de diferentes processos e relações de trabalho. Temos que oferecer para as unidades de ensino, a seus professores e alunos, uma produção que expresse uma reflexão qualificada e consistente sobre o trabalho do assistente social para que possam encontrar apoios na tarefa de levar adiante a formação profissional.

A ABEPSS vem buscando atuar nessas direções. O conjunto de textos que apresentamos nesse volume é uma busca de atuação também nessa via.

O primeiro desse conjunto que trata do trabalho é o artigo de Rosa Maria Prêdes Trindade que trata em profundidade a dimensão técnico-operativa do trabalho do assistente social, não como uma instância autônoma, mas, conectando-a as suas determinações sócio-históricas na constituição do Serviço Social como profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho.

O segundo texto de autoria de Maria Célia Correia Nicolau trata do trabalho do assistente social a partir de suas próprias representações discutindo, como nos mostra a autora, “uma tendência, ainda dominante no Serviço Social, em desvincular a análise do *saber* e do *fazer* do assistente social, das relações recíprocas que os definem e explicam e das determinações histórico-estruturais nas quais ambos se enraízam. O fazer-profissional passa, assim, a ter sentido(s) contraditório(s), mesmo que se afirme como uma forma de conhecimento socialmente aceita e partilhada pela conduta, pela linguagem, pela comunicação.”

Um segundo grupo de textos discute o trabalho a partir de diferentes ângulos. Seus autores estiveram nas mesas de debate do Encontro de Pesquisadores do Nordeste. O trabalho na contemporaneidade é tratado pelo ponto de vista tanto de seus processos, como pela constituição dos sujeitos e indivíduos sociais. Assim, o texto de Sergio Lessa trata da questão da classe e a revolução; o de Maria Augusta Tavares da informalidade nas condições das cooperativas; o de Maria Virginia Borges Amaral, através da análise de discurso, examina em profundidade a constituição do “discurso da qualidade de vida como representante de uma ideologia que cria para

os sujeitos um *fetichismo de felicidade*, corolário da atividade de consumo – só será realizado e *feliz* o homem que for identificado como possuidor dos meios que o possibilitem tornar-se *consumidor*” e por fim, nesse grupo, o de Reivan Marinho de Souza Carneiro que trata das relações capital e trabalho a partir da flexibilização.

O último artigo da revista é de Maria da Graça Bollmann e trata da questão da Avaliação Institucional do Ensino Superior. Inicialmente ele estava destinado ao Suplemento sobre Avaliação Institucional, mas, em razão de prazos, não pode ser incluído naquela publicação. Com a inclusão nesse número de nossa revista pretendemos abrir um espaço no qual, sempre que possível, possamos publicar um artigo sobre essa questão que tanto vem mobilizando as escolas em todo país.

Esses são os sentidos que queremos imprimir à nossa ação, para que não haja sujeitos emudecidos e para que na ação efetiva, que se dá cotidianamente em todos os espaços da formação profissional, possamos garantir aquilo que na unidade de nossa diversidade construímos como um coletivo.

EXECUTIVA NACIONAL DA ABEPSS

“LEITURAS DE MOVIMENTOS: CONJUNTURA, AÇÃO E PODER”

Ana Clara Torres Ribeiro
IPPUR/UFRJ e CNPq

“(...) porque habló de la violencia de arriba, de la violencia que genera no tener trabajo y no poder darle de comer a la familia, o de que una cooperativa espere diez años para obtener un préstamo, etc. Y dijo que cuando los de abajo se movilizan los tratan de violentos, porque esa ‘violencia’ reclama justicia social” (Victor Fernández Puig – “De violencia y violentistas”)

Introdução: declaração prévia

Recebi uma desafiadora tarefa dos organizadores do X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: traçar um panorama do estado do conhecimento em torno dos movimentos sociais no Brasil. Ao refletir esta tarefa, identifiquei alguns obstáculos merecedores de registro, já que constituem uma parte, ainda que precária e tentativa, do seu cumprimento:

(1) – atualmente, o tema dos movimentos sociais encontra-se submetido a uma dupla pressão. De um lado, a emergência de novas práticas e mediadores que realizam a produção do conhecimento sem apoio sistemático das ciências sociais. De outro, a predominância de leituras abrangentes da conjuntura econômica e política, formuladas com base nas ciências sociais, que ou afirmam a crise dos movimentos, em decorrência da dissolução do “mundo do trabalho”, ou pré-concebem a totalidade dos sentidos da ação, vinculando-a, por exemplo, à reivindicação por cidadania ou à luta contra o neoliberalismo;

(2) - entre a valorização pré-concebida da ação social, por vezes distante do discurso dos atores e dos sentimentos que originam a ação, e a indiferença dos analistas explodem os protestos e múltiplas formas de organização e reivindicação que permanecem sem interpretação ou, pior, submetidas a representações formuladas e difundidas, exclusivamente, pelos governantes e pela imprensa (LASTRO, 1999 – 2001). Serão estas práticas - que se desdobram no cotidiano, nas ruas e nas estradas (Barbetta e Lapegna, 2001) - realmente movimentos? Afinal, o que é um movimento?;

(3) - de fato, não há consenso com relação ao conceito de movimento, já que coexistem diferentes e competitivas culturas políticas e, logo, expectativas de transformação das relações sociais. Por esta razão, e outras associáveis à crise

Este texto condensa resultados analíticos alcançados na pesquisa “Micro conjuntura: informação e oportunidade nas metrópoles brasileiras”, desenvolvida, com apoio CNPq, no Laboratório da conjuntura social: tecnologia e território (LASTRO) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

paradigmática das ciências sociais e do denominado socialismo real, não se dispõe de uma teoria plenamente formulada e aceita que permita distinguir, com relativa tranquilidade, entre, por exemplo, protesto e movimento; reivindicação e movimento; grupo de pressão e movimento; instituição (associações de moradores, partidos e sindicatos) e movimento;

(4) - realmente, existem formas de reivindicação e protesto que ainda não se afirmaram, plenamente, na cena pública e, também, práticas de organização social e política que, apesar de sua alta visibilidade e de se auto-intitular movimento, não possuem, pela orientação oferecida por alguns autores e correntes políticas, as características essenciais de um movimento social: não visam a conquista de direitos e/ou não veiculam um projeto que ultrapasse os estímulos mais imediatos da conjuntura.

Além destes obstáculos de natureza teórico-política, que informam sobre o estado da pesquisa sobre movimentos no país, a tarefa assumida exigiu a consideração de outros obstáculos, com origem na crescente difusão de novas crenças políticas a partir de meados dos anos 80 e, com maior força, nos anos 90. Entre estas, convém registrar:

(1) - a tendência a substituir a questão dos movimentos pela análise das políticas públicas. A plena manifestação desta tendência pode ser apreendida através de orientações analíticas que reduzem a democracia às reformas institucionais;

(2) - a tendência, que surge como um desdobramento da anterior, de substituir a questão dos movimentos pela participação nas políticas públicas e na distribuição dos investimentos. Se, desta ótica, são consideradas condições institucionais de afirmação dos sujeitos sociais, abandona-se, por outro lado, a dimensão organizacional e política da própria participação;

(3) - a tendência a substituir o estudo da ação social pelo formato assumido pela organização, como exemplifica a valorização atual do tema das redes técnicas. Se este tema relaciona-se diretamente à questão dos movimentos, não inclui, sem dificuldades, a análise do poder e, logo, a compreensão de condições centrais à afirmação de sujeitos sociais;

(4) - a tendência a trocar a análise dos movimentos por indagações de ordem moral e ética. Esta tendência estimula, sem dúvida, a discussão de valores e, assim, de elementos relevantes da cultura política desejável. Porém, também é freqüente o simultâneo abandono da dimensão do poder e do diálogo com o senso comum, que são indispensáveis ao avanço do estudo dos movimentos (Santos, 1998; Ribeiro, 2001/02);

(5) - a tendência a substituir a questão dos movimentos pela análise da situação social, a partir da qual o sujeito social é pressuposto e a ação interpretada. Ou seja, trata-se, mais diretamente, da integração e da exclusão sociais do que da ação social e dos valores que a legitimam.

Observe-se que, em cada uma destas tendências, existem dimensões analíticas que são de grande relevância para a compreensão dos movimentos;

porém, a sua valorização isolada e/ou descolada dos sujeitos sociais dificulta a reflexão dos movimentos sociais. São estes elementos: a dimensão do poder, envolvida na conquista de políticas públicas efetivamente justas; a dimensão da participação, indispensável à configuração de sujeitos sociais; a dimensão da organização, correlata às práticas que visam efeitos políticos; a dimensão moral e ética, sem a qual não existe cultura política; a dimensão da situação social, necessária ao reconhecimento das questões que mobilizam os sujeitos sociais e atores políticos.

Opção defendida

Sugere-se, na busca de parâmetros que valorizem os sujeitos - atores (Touraine, 1984), reunir as dimensões antes apontadas em direção à análise da ação social. Nesta proposta, valoriza-se tanto o sujeito, na plenitude da sua voz, emoção e gesto, quanto o reconhecimento das condições materiais e político - institucionais de sua manifestação no espaço público. Trata-se, portanto, da reunião das condições objetivas às condições subjetivas da ação social. Desta ótica, existem movimentos latentes, embrionários e retidos e não, apenas, movimentos plenamente configurados.

Esta é uma proposta que visa não aceitar qualquer ação, desenvolvida em cena pública, como movimento; sendo evitada, ao mesmo tempo, a tentação de transformar o próprio conceito numa espécie de "selo de qualidade" a ser atribuído a esta ou aquela forma de manifestação social, o que, além de ser irresponsável, transformaria o analista num imperdoável "dono da verdade".

Neste verdadeiro "fio da navalha", onde surgem as ameaças da prepotência ou da omissão, cabe, ao analista, expor, da melhor forma possível, o caminho construído por suas intenções, desejos e temores. Este será, sempre, apenas um caminho para o conhecimento e a ação, entre inúmeros outros. No caminho sugerido neste texto, existem algumas certezas, entre numerosas incertezas preservadas.

Acredita-se que a pesquisa sobre movimentos deva ser conduzida pelas seguintes orientações:

(1) - valorizar as práticas sociais (Bourdieu, 1994) e não, somente, a estrutura ou a situação social. Isto não significa dizer que o estudo da estrutura ou do "estado da sociedade" seja desnecessário, ao contrário. As práticas, afinal, atualizam e transformam condições herdadas (Santos, 1996) e expressam, ao mesmo tempo, a vida imediata, a vida possível;

(2) - evitar a comparação, das práticas existentes, com aquelas de outros períodos e lugares, a não ser que a análise comparativa esteja claramente motivada pela compreensão, a mais ampla possível, do presente (Touraine, op cit; Santos, 2001). Esta orientação expressa a resistência, julgada indispensável, a discursos que, ao (con)firmarem a crise dos movimentos, assumem, como parâmetro, algum "glorioso" período que ou ficou no passado ou deverá existir no futuro. Nestas análises, as práticas efetivamente em curso não recebem a devida importância. Entretanto, estas são as únicas que, hoje, já disputam o futuro;

(3) - realizar a análise das práticas “em contexto”, isto é, considerando o conjunto das forças sociais envolvidas, a existência de ações similares indicativas do aprendizado informal de formas de agir e as possibilidades de ampliação de sentidos da ação. Esta análise envolve considerações de tempo e espaço, assim como, sensibilidade, do analista, com relação aos códigos culturais e aos sentimentos;

(4) - resistir à vontade de descolar as práticas das condições de sujeito, ou seja, de super valorizar práticas em que se encontram controladas, por alguns, as condições indispensáveis à afirmação de sujeitos sociais autônomos. De fato, o abandono da reflexão das condições de sujeito permite, por vezes, que seja ocultado o poder retido por determinadas instituições e/ou a existência de entraves ao encadeamento entre práticas imediatas e de mais longo prazo;

(5) - impedir que o discurso dominante - aquele que outorga sentidos às práticas - seja reconhecido como o único possível e “verdadeiro” (Coutinho, 1991). Sem uma percepção mais larga do tecido social, conduzida pela atenta escuta de muitas vozes, torna-se inviável o conhecimento dos valores que motivam o envolvimento nas práticas, legitimam a participação e, por vezes, fortalecem movimentos e alianças político-profissionais com segmentos sociais mobilizados (Nunes, 1989; Krischke, 1989).

O que é movimento social : entre o que é fato e o que é possível

A idéia de movimento social, defendida neste texto, parte de alguns princípios - que são simultaneamente analíticos, políticos e éticos - e do registro de numerosas práticas sociais (LASTRO, op cit). A exposição destes princípios informa sobre o olhar analítico que permite afirmar que existem enormes tarefas, a serem cumpridas por diferentes profissionais e de forma coletiva, para que seja realmente alcançado o conhecimento dos movimentos sociais no país. São estes princípios:

(1) - os movimentos emergem de práticas que, ao atualizarem ou contradizerem determinantes da vida coletiva, transformam o tecido social. Por determinantes, compreende-se não apenas os que organizam a economia; mas, também, a política, a cultura e a vida cotidiana. Por outro lado, já que os movimentos são originados de práticas cabe, ao analista e ao profissional com responsabilidade na formulação da questão social, reconhecer processos que, por vezes bem pequenos e embrionários, transmitem sentimentos de revolta. Trata-se, como convida Henri Lefèbvre (1991), de valorizar o cotidiano e, também, a ação espontânea;

(2) - esta valorização corresponde ao compromisso com possibilidades concretas de configuração de sujeitos sociais que concebam o sentido da ação, encontrando os caminhos de sua expressão no espaço público. Sem dúvida, é cada vez mais indispensável uma sensibilidade analítica que reconheça a emoção e as carências que movem a participação em reivindicações sociais. Neste sentido, Augusto Barrera (2001) aponta para a necessidade de que seja favorecido o diálogo entre racionalidades alternativas, o que exige o abandono de qualquer ilusão relativa à existência de uma única (e superior) racionalidade. Esta ilusão constitui uma armadilha que ameaça, inclusive, os mais bem intencionados analistas;

(3) - é esta armadilha que impede a compreensão de que os movimentos

inscrevem-se entre o tecido social e a esfera política (Ribeiro, 1991). Qualquer tentativa de reduzi-los a relações sociais imediatas ou à esfera institucionalizada da política implica em reter processos que possibilitam a configuração de sujeitos sociais. A valorização exclusiva da política - por sua distância com relação às motivações mais urgentes da participação - emudece atores políticos e rompe os seus vínculos com sujeitos sociais. Por outro lado, a valorização isolada das relações sociais imediatas possibilita o predomínio de instituições que, por sua longa convivência com os segmentos populares, transformam-se em porta-vozes exclusivas das carências sociais;

(4) - há necessidade, como afirma Mario Unda (2001), de favorecer a emergência de sujeitos complexos, que consideram, como sua, não apenas a carência que motiva o seu protesto; mas, também, outras reivindicações expressivas de valores culturais e políticos compartilhados, como exemplifica a luta do MST contra os produtos transgênicos. É a consolidação de sujeitos complexos no espaço público que possibilita a difusão de novos valores no tecido social, como o da solidariedade, e que propicia a vivência plena da política;

(5) - existem, portanto, possibilidades de configuração de movimentos em múltiplas reivindicações, protestos (Touraine, op cit) e nas formas de participação relacionadas às políticas públicas (Ribeiro e Grazia, 2000). Nestas formas de participação, podem ser alargados os vínculos entre atores sociais; reivindicadas informações; estabelecidos elos entre diferentes arenas políticas; reconhecidos e ampliados sentidos da ação;

(6) - esta orientação analítica baseia-se no reconhecimento da força instituinte da ação social, isto é, na possibilidade de que a ação construa “passagens” entre valores e direitos (Chauí, 1989). Este reconhecimento implica em não aceitar que o sujeito e o sentido da ação estejam decididos a priori. Existem oportunidades a serem desvendadas no âmago do tecido social, no cotidiano e nas formas, até mesmo rotineiras, de participação. Esta leitura da ação impede a simplificação dos elos entre teoria e prática, já que inclui cultura e diálogo intersubjetivo na conformação da vontade política (Coutinho, op cit);

(7) - a noção de movimento social, aqui proposta, é portadora de uma dupla face analítica: capacidade de organização e projeto. É a dimensão de projeto, latente na ação social, que pode permitir o alargamento das práticas; o aumento de sua visibilidade; a construção de alianças políticas e, ainda, estimular o apoio de outros segmentos sociais, geograficamente próximos ou distantes (Touraine, op cit; Palhares, s/d; Vigevani, 1989);

(8) - esta compreensão dos movimentos exige a retomada de estudos da ação espontânea. Estes estudos foram quase abandonados após os anos 70¹ e início da década de 80, sobretudo em decorrência da valorização, quase exclusiva, das políticas públicas (Ribeiro e Lourenço, 2001). Entretanto, faces do poder têm sido contestadas, fortemente e quase todos os dias, através da ação espontânea das classes populares: quais são os valores atualizados através desta ação? Quais são as condições de sujeito

¹ São exemplos de estudos da ação espontânea aqueles dedicados ao protesto contra o desemprego (Cf Barrera e Stroh, 1983) e contra a precariedade do transporte coletivo (Cf Moisés e Martinez-Allier, 1977).

que (in)existem nesta ação? Quais são os movimentos que permanecem latentes?;

(9) - em busca de resposta a estas questões, é indispensável atualizar a reflexão da natureza do poder, já que compreende-se que os movimentos sociais contestam relações sociais - envoltas em estereótipos, preconceitos e formas de dominação - e lutam, em consequência, pela instauração de novas relações societárias². Afinal, como registra a história do movimento operário, a luta por direitos do trabalhador transformou o valor socialmente atribuído ao próprio trabalho. Em numerosas ações espontâneas, estão sendo defendidos, atualmente, o valor da vida, o direito à dignidade e ao acesso aos serviços públicos e, até mesmo, o direito ao futuro para crianças e jovens. Entretanto, a leitura dominante desta ação emudece os sujeitos - atores e, também, pré-concebe o sentido da ação, subordinando-a, de forma sistemática, aos espaços marginalizados da vida coletiva;

(10) - a luta por direitos inclui a apropriação de oportunidades abertas pelas conjunturas políticas. Desta maneira, a mudança em identidades sociais - rompendo a passividade de categorias administrativas, do tipo: usuário, clientela, público-alvo - pressupõe o entendimento das diferentes faces do poder, envolvidas na relação social questionada pela ação, seja esta o protesto, a indignação ou a revolta;

(11) - este entendimento é indispensável na resistência à estagnação das identidades sociais mobilizadas pela (e na) ação. A tendência à estagnação de identidades, que corresponde à aceitação da cultura dominante, é impeditiva da transformação política, permitindo: a objetivação de carências; a fixação dos opositores e, por fim, a redução do possível aprendizado através das práticas e da fala de muitos;

(12) - por fim, a fixação dos opositores impede o avanço estratégico dos movimentos e corresponde a leituras da vida social conduzidas pelo discurso que opõe o "bem" e o "mal". Neste discurso, desaparecem condições necessárias ao pensamento crítico e saudavelmente próximo do senso comum, assim como, a percepção de oportunidades de articulação entre diferentes ações e movimentos sociais, inclusive culturais (Ferran, 2001; Novaes, 2001).

Qual das crises? Por um programa de estudos

A afirmação inapelável do descenso dos movimentos, a partir dos anos 90, constitui um ângulo do pensamento crítico orientado, em termos amplos, pelo conceito de crise. Se a crise é real e gigantesca (dos projetos de modernização, de ideários políticos, das formas institucionalizadas de integração social), é indispensável investir na análise da sua dinâmica e procurar os caminhos de sua superação.

Sabe-se que existe, em toda crise, a emersão de processos que antes permaneciam ocultos por controles institucionais. Algumas identidades sociais não se afirmavam, no espaço público, quando formas de identificação, mais facilmente aceitas, ocupavam a cena política. A crise, ao destruir certezas, pode encadear outras práticas, possibilitando que identidades antes secundárias orientem a defesa de bandeiras de luta aparentemente ultrapassadas ou, até mesmo, mortas. Exemplificam esta possibilidade, os movimentos

negro e indígena, na América Latina, e os contextos sociais em que se trava, hoje, a luta em torno do trabalho, envolvendo os desafios da economia popular.

Por outro lado, a percepção recorrente da crise pode desviar a atenção de processos novos. Leituras mais atentas do tecido social permitem reconhecer que estão em curso deslocamentos do conflito, isto é, dos espaços e tempos da ação social. São exemplos, os processos que, com crescente frequência, interrompem vias públicas e estradas (Cf Barbeta e Mariotti, 2001; LASTRO, op cit) e os protestos que explodem em espaços institucionalizados (presídios).

Portanto, discursos da crise que não incorporem a reflexão da dinâmica social, transformada pela própria crise, se aproximam, perigosamente, daqueles que enfatizam, atualmente, a "morte da política"³. De fato, se existe crise nas relações Sociedade-Estado, esta não tem sido sofrida pelas classes dominantes, que preservam o seu saber tradicional na manipulação dos recursos (Ribeiro, 1999).

A atualização deste saber, através da comunicação e de usos instrumentais da cultura, indicam a relevância adquirida por formas de contestação que enlacen cultura e cultura política, tecido social e esfera política. São estas ações que dispõem de maiores chances de, com a participação de jovens, disputar valores e, portanto, o teor das relações societárias (Leite, 2001). Os elementos de festa e encenação, em geral presentes nestas ações, aumentam a sua relevância num período histórico marcado pela aliança entre poder administrativo e econômico, que inclui, evidentemente, o comando dos instrumentos de controle e repressão.

As ações com capacidade de produzir mudanças nas relações societárias ultrapassam a face corporativa (Weber, 1997). Em verdade, estas ações disputam os valores que devem orientar as relações societárias. É nesta direção que podem ser compreendidos o movimento zapatista e, também, um conjunto extraordinário de ações espontâneas que quase diariamente acontecem nas grandes cidades brasileiras.

Com isto, não queremos dizer que se trate, necessariamente, de valores novos. Pelo contrário, é perfeitamente possível que ações de novo tipo sejam motivadas por valores tradicionais que, profundamente arraigados em determinadas identidades sociais, podem influir no conteúdo de relações societárias, isto é, para além do grupo ou segmento social que os defende com maior nível de representatividade e legitimidade.

Pode-se acrescentar, nesta direção, que os sujeitos sociais se articulam a atores que adquirem visibilidade nas conjunturas políticas. Os sujeitos sociais, porém, correspondem a longos e amplos processos de estruturação das relações societárias. Existem laços vividos entre sujeitos e atores sociais e políticos, construídos por experiências compartilhadas que não se esgotam nos atos imediatos. Daí a resistência demonstrada por movimentos que possuem raízes profundas na experiência social e na memória de um povo.

³ Este enunciado, apesar dos seus limites quando difundido pelo pensamento dominante, também corresponde, sem dúvida, a problemas realmente relevantes, tais como os relativos à manipulação hegemônica do ideário democrático. Nas palavras de José Saramago, ao se referir ao processo aberto contra o escritor Yashar Kemal pelo governo turco: "À NATO (OTAN), tão intransigente defensora de liberdade alheias quando isso sirva de proveito ao interesse das suas, não lhe causa nenhuns engulhos ter no seu seio um país cujo governo comete todos os dias crimes contra a humanidade" (Cadernos de Lanzarote, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, 465, 466).

² "A dissimetria é o feito do poder. O poder é imane a toda relação que é o teatro e o lugar do confronto" (1993:50).

Por outro lado, é exatamente esta possibilidade que permite refletir, nos termos da atual conjuntura, a relevância a ser atribuída à renovação dos conceitos que orientam a análise política. Referimo-nos especificamente à oposição entre ação organizada e ação espontânea. Hoje, torna-se cada vez mais relevante disputar a compreensão dos sentidos da denominada ação espontânea, compreendendo, ao mesmo tempo, a sua organização a partir do tecido social.

Faltam disputas em torno dos sentidos da ação espontânea, que resistam a estereótipos e preconceitos. A falta de discursos alternativos ao discurso hegemônico contém a passagem da ação espontânea à ação política em plenitude e, ainda, a valorização das identidades sociais que alimentam a própria ação.

Existem estereótipos nas nomeações do Outro, mesmo quando nada mais acontece do que a defesa de valores que são compartilhados pela cultura profunda, como o amor a crianças. Trata-se, aqui, de uma espécie de pathos societário, que colabora para destruir valores, fazendo com que a linguagem da política seja substituída pela linguagem da religião, como demonstra a extensão alcançada pelo código evangélico no Brasil.

Por outro lado, a idéia de organização e, logo, de movimento organizado, encontra-se em transformação. A mudança envolve o fato de que a organização transformou-se no centro do agir hegemônico (Raffestin, op cit; Santos, 2001), sendo a sua disputa o cerne de qualquer projeto contra-hegemônico. Nas ações espontâneas, convivem dimensões da multidão e a vitalidade do tecido social. Como tomá-las como índices da reforma necessária e socialmente desejada das relações Sociedade-Estado? Como tratar a “crise da política” através dos ensinamentos do tecido social? Como conceber uma reforma do Estado que (re) dignifique a esfera política?

Acredita-se que a resposta a estas perguntas exija a desmitificação do Estado e o reconhecimento concreto das mediações de interesses que orientam a atuação do aparelho político-administrativo. Entre as condições herdadas pelo sujeito social, estão aquelas que configuraram o Estado. Cabe compreender a natureza desta herança e trazer a força da ação social para a (re) concepção do Estado, o que pressupõe repensar as instituições e as formas de representação dos interesses sociais.

Entende-se que a problemática do Estado envolve mais do que a “boa administração”. Inclui, sobretudo, o exame do poder que é poder de dispor (Weber, op cit; Raffestin, op cit) do patrimônio coletivo, da riqueza coletivamente produzida, dos recursos naturais, de pessoas e de coisas. São as formas de exercício deste poder que informam sobre a densidade e a riqueza ou, ao contrário, o esgarçamento e a pobreza do espaço público.

O espaço público é construído por gestos, discursos, instituições, normas e leis. Trata-se de um nível da existência coletiva conformado por vínculos entre experiência vivida e política. A ação social tem indicado, no país, possíveis rumos para o enriquecimento do espaço público. Demonstra esta possibilidade, a reprodução de gestos e a defesa de valores similares em diferentes ações e por diferentes sujeitos-atores. Este é um aprendizado que ainda ocorre, em grande parte, apenas no âmago do tecido social.

A afirmação de sujeitos complexos (Unda, op cit), que ocorre

simultaneamente à ampla existência de atores emudecidos (o gesto sem voz) permite reconhecer grandes e novas questões para a agenda daqueles que se preocupam com os movimentos sociais e com a sua capacidade de transformar as relações Sociedade-Estado no Brasil. Estas questões envolvem, como antes afirmado, a disputa de sentidos da ação. Este é, sem dúvida, um caminho de confronto com a ideologia dominante.

Por outro lado, precisa ser pensado o Estado desejado, assim como, a reforma política necessária. Nesta direção, tem sido difundidos, na sociedade brasileira, ideários políticos que, ao valorizarem a co-gestão e a auto-gestão, estimulam a concepção de formas de representação política que superem a contenção da democracia pelas classes dominantes. Neste contexto, qual é o fruto escondido pela hiper-valorização do papel de gerente ou gestor do Estado? Julga-se que este fruto seja o poder representado pela administração da riqueza e pelo domínio sobre as condições de organização. Este poder tem sido contestado por múltiplas e surpreendentes ações, o que aponta para a necessidade de desvendar parâmetros da organização social alternativa (Santos, op cit), o que sempre envolverá a disputa de valores e o diálogo com as práticas possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barbetta, Pablo e Lapegna, Pablo - 2001 - "Cuando la protesta toma forma: los cortes de ruta en el norte salteño" In Norma Giarracca et al La protesta social en la Argentina: transformaciones económicas y crisis social en el interior del país, Buenos Aires, Alianza.
- Barrera, Augusto - 2001 - "Innovación política y participación ciudadana. El Sistema de Gestión Participativa del Distrito Metropolitano de Quito". Texto apresentado no Seminário "El nuevo rostro de América Latina", CLACSO / CIUDAD, Quito.
- Barrera, Irllys Alencar e Stroh, Paula Yone - 1983 - "O movimento dos desempregados nas ruas: uma prática fora de tempo e lugar?". Espaço & Debates, N. 10.
- Bourdieu, Pierre - 1994 - Raisons pratiques: sur la théorie de l'action, Paris, Éditions du Seuil.
- Chauí, Marilena - 1989 - Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas, São Paulo, Cortez, 4ª ed. revista e ampliada.
- Coutinho, Carlos Nelson - 1991 - "Pluralismo: dimensões teóricas e políticas". Cadernos ABESS, N.4.
- Ferran, Márcia - 2001 - "Co-gestão nas lonas culturais: entre movimento cultural e instrumento político". Proposta, Ano 30, N. 90, set. / nov.
- Krischke, Paulo - 1989 - "Necesidades y sujetos sociales". Revista Mexicana de Sociología, Ano LI, N.3.
- LASTRO - 1999 / 2001 - "Microbotem LASTRO" (edições mensais on line), Rio de Janeiro, Laboratório da conjuntura social: tecnologia e território, IPPUR/UFRJ.
- Léfèbvre, Henri - 1991 - A vida cotidiana no mundo moderno, São Paulo, Ática [1968].
- Moisés, José Álvaro e Martinez-Allier, Verena - 1977 - "A revolta dos suburbanos ou patrão, o trem atrasou" In José Álvaro Moisés et al (org) Contradições urbanas e movimentos sociais, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Novaes, Regina - 2001 - "Hip Hop: o que há de novo?". Proposta, Ano 30, N. 90, set. / nov.
- Nunes, Edson - 1989 - "Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos". Lua Nova, N.17.
- Palhares, Marina Silveira -s/d - "O método da 'intervenção sociológica'". Fonte: http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev14/o_metodo_da_html
- Raffestin, Claude - 1993 - Por uma geografia do poder, São Paulo, Ática.

- Ribeiro, Ana Clara Torres - 1991 - "Movimentos sociais: caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90". Ciências Sociais Hoje, 1991, São Paulo, Vértice / Editora Revista dos Tribunais.
- Ribeiro, Ana Clara Torres e Grazia, Grazia de - 2000 - Intervenções urbanas, democracia e oportunidade: dois estudos de caso, Rio de Janeiro, FASE.
- Ribeiro, Ana Clara Torres e Lourenço, Alice - 2001 - "Poder das redes: interação social em contextos metropolitanos". X Congresso Brasileiro de Sociologia, Fortaleza.
- Ribeiro, Ana Clara Torres - 2001/02 - "Ética e poder: algumas idéias sobre corrupção". Proposta, Ano 30, N. 91, dez. / fev.
- Santos, Boaventura de Souza - 1998 - Um discurso sobre as ciências, Porto, Edições Afrontamento, 10ª ed.
- Santos, Milton - 1996 - A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção, São Paulo, HUCITEC.
- Santos, Milton - 2001 - Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal, Rio de Janeiro / São Paulo, Editora Record.
- Touraine, Alain - 1984 - Le retour de l'acteur: essai de sociologie, Paris, Librairie Arthème Fayard.
- Unda, Mario - 2001 - "El nuevo rostro de la conflictividad urbana en el Ecuador". Texto apresentado no Seminário "El nuevo rostro urbano de América Latina", CLACSO / CIUDAD, Quito.
- Vigevani, Tullo - 1989 - "Movimentos sociais na transição brasileira: a dificuldade de elaboração do projeto". Lua Nova, N.17.
- Weber, Max - 1997 - Economia y sociedad, México, Fondo de Cultura Económica, 2ª edição e 11ª reimpressão [1922].

DESVENDANDO AS DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DO INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO DO SERVIÇO SOCIAL NA ARTICULAÇÃO ENTRE DEMANDAS SOCIAIS E PROJETOS PROFISSIONAIS

Rosa Lúcia Prêdes Trindade*

Neste texto apresentamos algumas reflexões que possibilitam situar o significado sócio-histórico do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, o que é possível pela adoção de uma perspectiva analítica histórica e teórica que permite apreendê-lo na sua condição de parte da intervenção do Serviço Social nas relações sociais, e não como um arsenal de instrumentos e técnicas aplicáveis de forma padronizada. Ao enfatizar o estudo dos instrumentos e técnicas, não estamos limitando o instrumental à condição de repertório interventivo, a um rol de instrumentos e técnicas que seriam suficientes para a eficiência da ação. Nossa perspectiva teórica aponta a insuficiência de uma visão de instrumental técnico-operativo restrito à habilidade e ao manejo desse repertório, pois esta é uma concepção que isenta o instrumental de suas relações mais amplas, restringindo-o à sua condição de acervo técnico.

Neste sentido, apresentamos um esforço analítico de situar o significado sócio-histórico dos instrumentos e técnicas nas atividades humanas, especialmente naquelas voltadas à regulação das relações sociais. Particularizando o instrumental do Serviço Social, recuperamos os diferentes tratamentos teórico-políticos conferido ao instrumental em diferentes momentos históricos da profissão; articulando-o às mudanças no espaço sócio-ocupacional e aos diversos projetos profissionais.

PARTICULARIDADES DO INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL

Para a análise do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, tomamos como necessária a demarcação da natureza do trabalho do assistente social: a partir de sua inserção nas estruturas institucionais prestadoras de serviços sociais. Ao atuar na prestação dos serviços sociais vinculados às diversas políticas sociais, o assistente social se insere na esfera das atividades que não estão vinculadas diretamente à produção material, já que participam de atividades que estão na esfera da regulação das relações sociais. Isto pode ser posto na medida em que podemos observar a participação dos profissionais de Serviço Social na criação de condições necessárias ao processo de reprodução social, através de ações que tanto incidem sobre as condições de vida dos trabalhadores (saúde, alimentação, educação, habitação, lazer, dentre outros), quanto produzem efeitos ideológicos que reforçam (ou não) a aceitação das condições de compra e venda da força de trabalho.

Trata-se, portanto, de atividades que oferecem bens e recursos complementares à sobrevivência dos trabalhadores e que atendem às necessidades

* Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela UFRJ, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

de normatização e controle dos comportamentos sociais. Assim, o Serviço Social ocupa seu espaço na *divisão social e técnica do trabalho*, ao lado de outras profissões, participando da tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução social. Especialmente a partir do capitalismo monopolista, quando se desenvolvem diversas iniciativas de intervenção social que procuram enfrentar as expressões da questão social¹. Para a consecução dessas práticas sociais é necessária a participação de alguns profissionais, dentre eles o assistente social, na implementação de políticas sociais, seja em seu planejamento, seja na execução direta junto à população.

Para a efetivação de sua ação, os profissionais acionam um instrumental técnico-operativo que constitui um conjunto de instrumentos e técnicas diferente daquele utilizado na esfera da produção material, cuja base é a transformação de objetos materiais. Aqui vale destacar que não se trata de desconsiderar que o processo de produção e reprodução social se constitui não somente como um processo de produção material, visto que envolve a reprodução das forças produtivas e das relações de produção, sendo, portanto, reprodução material e reprodução das formas de relação entre os homens. Dessa forma, reafirmamos a compreensão de que o processo de produção, voltado à satisfação das diversas necessidades humanas, envolve tanto as atividades diretamente vinculadas à produção de bens materiais, quanto aquelas voltadas à regulação das relações sociais. Ambas, progressivamente articuladas, devido à diversificação e complexificação das necessidades sociais.

No entanto, cabe demarcar a existência de particularidades que permeiam as atividades que se desenvolvem nas atividades que produzem bens materiais, daquelas que não os produzem, ainda que ambas participem da mesma totalidade – o processo de produção e reprodução social. Dessas particularidades derivam as formas diferenciadas assumidas pelos instrumentos nas atividades voltadas à produção material e nas atividades direcionadas à regulação das relações sociais. Como o Serviço Social é uma profissão participante das variadas formas de intervenção social, voltadas para a regulação das relações sociais, logo, para o tratamento do instrumental técnico-operativo do Serviço Social é necessário delimitarmos as particularidades do instrumental nos processos de reprodução material e nos processos de reprodução ideológica dos homens.

Desde quando o homem procurava na natureza (em seu estado mais puro) os elementos que poderiam satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência, faz-se necessário o emprego de meios que viabilizem o domínio dos elementos naturais, a fim de que eles sejam transformados em objetos adequados às necessidades de sobrevivência humana. Ao longo do desenvolvimento histórico das forças produtivas, o homem tem aprimorado os meios necessários à objetivação daquilo que é necessário para sua sobrevivência material, à medida que se complexificam as exigências de transformação da natureza, a partir do que é posto pelas suas necessidades.

Do processo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de

produção faz parte o aprimoramento dos *meios de produção*, adaptados à sofisticação das necessidades vinculadas à reprodução material e social dos homens. Nesse sentido, os instrumentos – como parte dos *meios de produção* – também se aprimoram, o que possibilita o desenvolvimento daquilo que passou a ser chamado de *técnica*.

O conceito de *técnica* está marcado por uma complexidade e uma amplitude que podem ser verificadas na diversidade de conceituações e classificações a ele atribuído². Aqui, tomamos a técnica associada aos instrumentos: enquanto estes são compreendidos como elementos mediadores e potencializadores do trabalho, a técnica pode ser definida no sentido de ser a “habilidade humana de fabricar, construir e utilizar instrumentos” (Vargas, 1994, p.15). Dessa forma, falaremos do instrumental técnico-operativo como a articulação entre instrumentos e técnicas, pois expressam a conexão entre um elemento constitutivo dos meios de trabalho (os instrumentos de trabalho) e o seu desdobramento – qualitativamente diferenciado – ocorrido ao longo do desenvolvimento das forças produtivas (as técnicas). Portanto, as técnicas se aprimoram a partir da utilização dos instrumentos, diante da necessidade de sua adequação às exigências de transformação dos objetos, visando o atendimento das mais variadas necessidades humanas. A técnica pode ser tomada, então, como uma qualidade atribuída ao instrumento para que ele se torne o mais utilizável possível, em sintonia com a realidade do objeto de trabalho.

Podemos destacar, ainda, que a criação e o uso da técnica estão intrinsecamente vinculados às relações sociais estabelecidas entre os homens, e destes com a natureza. Braverman (1987, p.197) destaca a impertinência de qualquer ponto de vista que tome a tecnologia como independente dos arranjos sociais, pois ela é produto do trabalho humano, destinada e construída pelos homens. Segundo Katz (1996, p.9-10), as mudanças tecnológicas expressam a potencialidade da capacidade do homem em transformar a natureza por meio do trabalho. As inovações são motivadas pela potencialização da produtividade, independente do tipo de sociedade referida, embora a geração e apropriação dos frutos desse processo estejam sob regência das relações de produção. A tecnologia é um fenômeno eminentemente social, pois a mudança tecnológica, desenvolvida através do trabalho, é integralmente configurada pelo modo de produção dominante.

Até o século XIX, o desenvolvimento e aprimoramento das técnicas voltam-se, apenas, para a indústria e para os transportes, o que muda no início do século XX. Na esfera do processo de produção de bens materiais, as técnicas deixam de ser utilizadas apenas na confecção dos produtos, pois são incorporadas à organização do processo produtivo (a *Gerência Científica* é um exemplo emblemático), à gestão dos recursos materiais e humanos nele envolvidos, e nas atividades voltadas à circulação e ao consumo de mercadorias e serviços. Dessa forma, é possível falar de tecnologias sociais.

No processo de complexificação da sociedade capitalista, um novo campo se coloca no horizonte da ciência: o homem e suas relações sociais. Isto porque, o processo de consolidação do modo de produção capitalista, impulsionado pelo

¹ Aqui, estamos considerando que o significado da *questão social* é muito mais amplo do que a noção de problemas sociais isolados e desconectados das determinações econômicas e políticas, embora assim seja tratada pelo capitalismo.

² Cf. Castoriadis (1997, p.293-305), Campagnolli (1993), Vargas (1994, p.15)

crescimento da industrialização, é acompanhado pelo aumento da miséria e de várias manifestações que abalam a ordem social necessária à hegemonia burguesa. Essa realidade (notadamente a partir da segunda metade do século XIX) alavanca o incremento de um conhecimento científico do qual é exigido não somente explicações sobre estes fenômenos sociais, mas principalmente a elaboração de subsídios para a criação de mecanismos reguladores e moralizadores das relações sociais, nos moldes adequados aos interesses das classes dominantes.

Assim, o racionalismo próprio à hegemonia burguesa, de cunho formal e abstrato, infiltra-se nas relações sociais entre indivíduos, instituições e organizações sociais, funcionando como mecanismo de produção e reprodução ideológica. No século XX, as bases desse pensamento racionalista formal se repõem em várias teorias sociais particulares (especialmente as disciplinas especializadas ligadas às ciências sociais), bem como nas diversas especializações profissionais, voltadas à intervenção social. Instala-se um paradigma de explicação e ordenação da realidade social, que toma os fenômenos sociais com um padrão de objetividade semelhante àquele empregado para os fenômenos naturais. Com isso, as necessidades de legitimação da ordem burguesa levam à persistência de um pensamento que nega a constituição ontológica do real como totalidade, referendando uma racionalidade que não considera as determinações referentes à ruptura entre ser natural e ser social.

Nessa perspectiva, a instrumentalidade se vê limitada a um padrão que contempla apenas as ações racionais, que produzem fins imediatos. Transpõe-se para a vida social a razão técnica, instrumental, que impulsiona a revolução técnico-científica realizada no processo de trabalho, reduzindo a razão substantiva a apenas uma das dimensões que a constituem: a razão instrumental (Guerra, 1995, p.165). A tecnologia de cunho social é aprimorada como um 'fazer' que é dado 'coisa', isto é, tecnologia como 'modo de fazer', desprovida de qualquer conteúdo político. Nessa perspectiva, a sociedade é tomada como um organismo cujos padrões de funcionalidade são semelhantes ao organismo natural. A técnica passa a ser aplicada para melhorar a engrenagem social, para que nela se produzam homens cada vez mais adaptados a um padrão social que não é considerado fruto da história, mas dado como um dos elementos da natureza.

Ao considerarmos esse processo de desenvolvimento de instrumentos e técnicas utilizados na regulação das relações sociais, é possível delimitar alguns elementos que permitem diferenciá-los daqueles que medeiam as relações dos homens com a natureza. Os instrumentos de trabalho se desenvolvem como meios materiais que possibilitam transformar o objeto. Funcionam como extensão do braço humano, mesmo quando os meios de produção se sofisticam a ponto de substituir o trabalho manual pelo controle das máquinas. Sua aplicação requer o conhecimento dos nexos causais dos objetos a serem transformados (sejam eles objetos naturais ou produtos do trabalho humano), que possuem uma legalidade passível de ser apreendida com uma certa exatidão, através do estudo das reações químicas, físicas, biológicas neles envolvidos. Além disso, o resultado do trabalho pode ser antecipado de uma maneira mais aproximada do que será o produto real, pois se tratam de elementos concretos, controláveis na sua manipulação.

No caso dos instrumentos e técnicas que medeiam as atividades produtoras

de regulação das relações sociais - aqueles que servem de apoio para o estabelecimento e controle de determinados comportamentos sociais (baseados em normas sociais) - não são objetos concretos, não são meios materiais que potenciam a ação sobre objetos materiais. Estes instrumentos possuem um caráter menos 'instrumental' (no sentido de ser algo que se utiliza para ajudar a atingir um resultado concreto) e mais processual, pois a mediação se constitui em procedimentos, atitudes, posturas que visam levar os homens a produzir novas atitudes.

Diferentemente dos instrumentos que medeiam a produção material, eles não trazem em si uma dinâmica de aplicação que, se seguida à risca, proporcionará a consecução daquilo que foi planejado. Os aspectos relativos à relação subjetividade/objetividade são muito mais decisivos, já que os resultados almejados se referem à mudança na consciência de outras pessoas, na mudança de seus comportamentos. A mediação se realiza menos pela eficiência da configuração e organização da técnica, do que pela postura e atitude do sujeito que age. Daí, porque, esses instrumentos e técnicas sociais só adquirem conteúdo à medida que são postos em movimento pela subjetividade. O alcance dos resultados pretendidos é muito mais incerto, o leque de alternativas é muito maior, e as possibilidades de controle do processo de desenvolvimento da atividade e dos resultados é muito menor.

Nessa análise cabe ressaltar um aspecto fundamental: ainda que as chamadas técnicas sociais apareçam como instrumentos de aplicação imediata, portadores de um poder de racionalização das ações sociais que prescinde de qualquer definição política, seu caráter social está presente desde a sua formulação. É diante das exigências de controle dos conflitos sociais, que se torna necessário o desenvolvimento de uma racionalização da intervenção social. Dessa forma, as técnicas não são portadoras de uma capacidade imanente de alcançar determinados resultados, pois são mobilizadas a partir da capacidade *teleológica* dos sujeitos, no sentido de pôr finalidades, a partir das necessidades presentes na realidade a ser transformada. Portanto, há um conteúdo e uma direção social próprios ao uso das técnicas, que impossibilita qualquer consideração sobre uma possível neutralidade técnica.

Quando tratamos dos instrumentos e técnicas do Serviço Social estamos transitando entre as práticas humanas que se voltam para a transformação de outras atitudes humanas, aquelas que incidem sobre as consciências. Portanto, os instrumentais que as potencializam não se caracterizam como um acervo de instrumentos e técnicas materiais. São instrumentos e técnicas elaborados e organizados por diversas disciplinas do campo das ciências sociais e utilizados por diversas práticas sociais, para modelar o comportamento humano, para racionalizar as relações entre os homens, atendendo a diferentes interesses sociais. São instrumentos que potencializam a produção de atitudes, posturas e comportamentos adequados a estes diferentes interesses.

Consideramos, então, que o Serviço Social é parte do processo de reprodução social e que se a sua prática se desenvolve no interior da divisão social e técnica do trabalho - como uma especialização do trabalho coletivo - sua instrumentalidade sofre as determinações da dinâmica social, da qual emanam as demandas para as instituições nas quais os assistentes sociais atuam. Para a

consecução de seu trabalho, os assistentes sociais acionam um instrumental técnico-operativo, que contribui para a viabilização da inserção da profissão em diversas formas de enfrentamento das manifestações da questão social. Dessa forma, os instrumentos e técnicas, ao mediar e potencializarem a intervenção profissional, participam da realização dos efeitos concretos produzidos pelo trabalho profissional nas relações sociais.

A partir desta análise sócio-histórica, é possível considerar que o uso do instrumental está marcado tanto pelas configurações/alterações no movimento de mudanças da base sócio-organizacional, quanto pelas respostas/projetos profissionais elaborados pela categoria. Nessa perspectiva, é possível avançar para além de uma compreensão sobre o instrumental que o limita ao seu caráter técnico, relacionando-o às demandas concretas postas à profissão, bem como às suas dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas.

RECUPERANDO OS DIFERENTES TRATAMENTOS CONFERIDOS AO INSTRUMENTAL NA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL

Compreender o instrumental técnico-operativo do Serviço Social nas suas articulações com as configurações do espaço sócio-ocupacional e com os projetos profissionais construídos ao longo da história da profissão remete-nos a duas dimensões fundamentais para a análise do Serviço Social: as demandas sociais que exigem iniciativas de intervenção social, das quais participam os assistentes sociais; e a elaboração de respostas profissionais quando da participação dos assistentes sociais nestas iniciativas de intervenção social.

Quanto às primeiras (demandas sociais), podemos denotar que são históricas e são produzidas por necessidades sociais que derivam da prática histórica das classes sociais, nos atos de produzir e reproduzir seus meios de vida e de trabalho, de forma socialmente determinada. Assim, quando os profissionais acionam o arsenal de instrumentos e técnicas, estes medeiam e potencializam ações que são parte do atendimento a estas demandas sociais determinadas historicamente. Deriva daí nossa argumentação no sentido de recuperar a historicidade da inserção dos profissionais no atendimento às demandas sociais, para assim compreendermos os diferentes tratamentos conferidos ao instrumental ao longo da história do Serviço Social.

Além disso, também se torna necessário recuperar as variadas possibilidades de respostas profissionais que têm sido elaboradas nessa trajetória histórica. Trata-se de perceber que não há homogeneidade no campo profissional. A sua dinâmica histórica mostra a existência factual de confrontos, conflitos e opções diferenciadas para o encaminhamento da ação profissional. O conjunto formado pelos profissionais de Serviço Social comporta diferentes objetivos profissionais, posturas ético-políticas, atitudes e habilidades técnico-instrumentais, os quais encerram diferentes concepções teórico-políticas e ideológicas sobre a sociedade e a profissão – respaldando a existência de diversos projetos profissionais. (Netto, 1999).

Nos diversos projetos profissionais do Serviço Social, podemos encontrar diferentes concepções de profissão, que passam por distintas compreensões acerca

do objeto profissional, de seus objetivos, bem como sobre seu instrumental técnico-operativo. O debate acumulado sobre a intervenção profissional tem sido marcado por formulações e práticas vinculadas a diferentes projetos profissionais, cada uma delas atribuindo significações diferenciadas para o arsenal de instrumentos e técnicas utilizados pelos assistentes sociais - cuja constituição se distancia de um todo homogêneo e meramente técnico. Tais diferenciações passam por variados entendimentos sobre a sociedade e a profissão, tangenciando a utilização do instrumental na consecução da prática. Dessa forma, afastamos qualquer possibilidade de autonomia do instrumental, pois ele também compõe o projeto profissional, como elemento fundamentalmente necessário à objetivação das ações profissionais; assim, o instrumental é parte da direção teórico-política da prática profissional.

No período inicial do Serviço Social no Brasil, o seu componente técnico-operativo é montado a partir da incorporação de instrumentos próprios às tradicionais formas de assistência, aliados às orientações técnicas e doutrinárias próprias da ação social católica³. E isto não ocorre por acaso, na medida em que, naquele período, já se dissemina o pensamento racionalista-moralizador, impulsionado pelo desenvolvimento das ciências sociais (notadamente da Sociologia). Trata-se de um pensamento que incorpora a razão técnica - tão cara ao capitalismo monopolista - ao âmbito do conhecimento e da intervenção nas questões relativas às relações sociais. Assim, a preocupação com os aspectos técnicos chega às diversas práticas de assistência, possibilitando o desenvolvimento de alguns procedimentos interventivos que possam garantir eficiência à consecução de seus objetivos. Dados os vínculos entre essas práticas e o Serviço Social, não é de se estranhar que muitos de seus métodos de atuação tenham sido incorporados pela emergente profissão.

Campagnoli (1993, p.86-7) aponta alguns dos procedimentos comuns às primeiras iniciativas de assistência, que são absorvidos pela prática dos pioneiros do Serviço Social. São eles: estudo das necessidades individuais, familiares e de localidades carentes; avaliação das solicitações de ajuda; triagem dos problemas constatados; concessão de ajuda material; aconselhamentos; utilização dos recursos institucionais para encaminhamentos e incentivo à inserção no mercado de trabalho. Os agentes também realizam visitas domiciliares, elaboram inquéritos sociais, encaminhamentos e triagem/seleção dos casos. Essa intervenção tem um cunho eminentemente individualizado, pautado especialmente na manutenção de um relacionamento entre assistente social e cliente, mediado pela realização de entrevistas e visitas domiciliares.

Antes mesmo da fundação da primeira escola brasileira de Serviço Social, no ano de 1936, os membros do *Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS)* já desenvolvem trabalhos junto às famílias operárias nos chamados *Centros Operários*, com a realização, por exemplo, de aulas de tricô e outros trabalhos manuais, além de palestras educativas. Nessas ações, os agentes já utilizam alguns procedimentos oriundos de práticas sociais anteriores, tais como: reuniões, contatos individuais, inquéritos sociais e visitas domiciliares, os quais, embora ainda não estejam

³ Como pode ser visto, por exemplo, na encíclica *Quadragesimo Anno* - dos anos 1930 - que combina elementos doutrinários com a ênfase no incremento dos aspectos técnicos necessários à ação social.

revestidos da sofisticação de técnicas, já cumprem o papel de ajudar na operacionalização das ações.

Desde o início das práticas de Serviço Social em instituições estatais e para-estatais - destinadas especialmente à prestação de serviços de assistência - os profissionais desenvolvem vários procedimentos técnicos. Um dos eixos do trabalho consiste na realização de investigações sobre as condições de vida das famílias operárias, valendo-se, para isto, da visita domiciliar e da aplicação de inquéritos sociais, através de entrevistas com membros da família e pessoas afins. Outro eixo refere-se ao trabalho de educação voltado, por exemplo, às orientações sobre questões morais, de higiene e de utilização racional da renda familiar. Trata-se de uma orientação moral e social que recai, quase sempre, na doutrinação religiosa, fundamentada no objetivo da reforma social, a partir da reciclagem do homem e de sua família. Nas empresas, os profissionais mobilizam instrumentais de abordagem individual, realizam reuniões, círculos de estudo, palestras e outros instrumentos educativos.

Pode-se ver, então, que os procedimentos desenvolvidos pelos assistentes sociais, nesse início de profissionalização, não se diferenciam muito daqueles próprios às tradicionais formas de assistência, de caridade. Entretanto, isso não significa uma mera transposição do "como fazer", na medida em que a modernização do apostolado social, fornecedora das bases formadoras do Serviço Social, põe as iniciativas filantrópicas num patamar diferenciado daqueles desenvolvidos desde o século XIX. A forma de operacionalizar as tarefas específicas até podem ser as mesmas, no entanto o contexto histórico das relações sociais em que elas estão inseridas é diferenciado. Trata-se, agora, de uma forma de intervenção ideológica que se insere em novas correlações de forças entre as classes, especialmente devido ao crescimento numérico e organizativo do proletariado. Para conter a exacerbação das contradições, gerada nesse novo contexto sócio-político, a intervenção nas manifestações da questão social exige práticas mais eficientes do que as dispersivas iniciativas benevolentes. É necessário que a assistência seja o suporte de uma atuação voltada ao enquadramento das populações pobres e dos trabalhadores, aos ditames econômico-ideológicos da burguesia, que ora consolida sua condição de classe dominante, no Brasil.

A demanda crescente por uma intervenção técnica (organizada e planejada), desencadeada nas instituições de prestação de serviços sociais, está articulada às exigências postas pelas mudanças na configuração da questão social brasileira e às conseqüentes medidas governamentais formuladas para enfrentá-la. Por isso, as ações espontâneas e filantrópicas não são mais suficientes para atender à racionalidade exigida pelo Estado, nas décadas de 30 e 40.

No processo de estruturação da base sócio-organizacional que sustenta o desenvolvimento do Serviço Social, começam a se estruturar (com mais consistência) os respaldos teórico-metodológicos e ético-políticos fundamentadores da profissão, bem como começa a se organizar um arsenal técnico que possibilita sua intervenção. Naquilo que de mais próximo existia aos propósitos da nova profissão, ou seja, nas tradicionais práticas de assistência, busca-se o acervo técnico já desenvolvido. No entanto, esses recursos técnicos passam a ser implementados em práticas mais organizadas, seja nas entidades

de ação social, seja nas instituições estatais, ou ainda nas empresas privadas. Por isso, não é suficiente uma mera transposição do arsenal prático-interventivo dos agentes sociais da caridade tradicional. Os procedimentos acumulados ao longo das experiências anteriores estão agora matizados pelas recomendações de tecnificação das práticas sociais da Igreja, pelo influxo da Sociologia e da Psicologia e pela racionalização do Estado. Portanto, os instrumentos são repostos, para atender às exigências próprias ao novo contexto sócio-político, que se delineia a partir dos anos 30. Daí a estreita articulação entre os procedimentos e a direção social assumida pelo Serviço Social, nessa primeira fase de sua profissionalização.

As exigências de tecnificação do Serviço Social são atendidas com a maior qualificação de seu acervo de procedimentos interventivos, por meio da importação da produção profissional norte-americana, marcada pelos influxos advindos da Sociologia conservadora norte-americana, que ao final da Segunda Guerra Mundial inicia um período de maturidade. A produção sociológica norte-americana deixa de analisar e conjurar os fenômenos sociais de desvio e de desorganização social, passando a estudar as possibilidades de uma mudança social, dentro de condições de estabilidade próprias à hegemonia americana do período. Prevalece, nesse momento, o empirismo quantificador, que enfatiza as abordagens individualistas e quantitativas, nas quais o indivíduo é considerado um acesso privilegiado às estruturas sociais, que determinam seu comportamento e são resultado da reunião dos mesmos. Trata-se de uma Sociologia empírica, com estreitos laços com a Psicologia de inspiração behaviorista. (Cuin e Gresle, 1994, p.205-9).

O influxo psicologizante da sociologia norte-americana desenvolve-se no momento de expansão do pensamento personalista americano, conflituoso em relação ao pragmatismo até então em voga. Essa propagação das influências psicológicas impulsiona a constituição de um meio cultural e ideológico favorável à hipervalorização da personalidade e da relação interpessoal, no trato das manifestações da questão social. Na esfera do Serviço Social, isso corresponde ao refluxo das preocupações sociais próprias às primeiras formulações do Serviço Social norte-americano, notadamente aquelas empreendidas por Mary Richmond nos Estados Unidos, ainda que estas se efetivassem por meio de práticas individuais de assistência. Nesse caldo teórico, o projeto profissional do Serviço Social também tende a psicologizar-se. (Netto, 1992, p.118-20).

Segundo este autor (*ibid*, p.32-48), essa tendência psicologizante é própria do capitalismo monopolista, quando o Estado converte as refrações da questão social em problemas individuais, desfocados das relações sociais mais abrangentes. Trata-se da transferência das possibilidades de resolução dos problemas sociais para o âmbito pessoal, individual. Essa é uma estratégia fortemente incorporada por várias práticas sociais que se propunham a atender à parcela pauperizada da população, dentre elas o próprio Serviço Social.

A psicologização funciona, então, como um elemento legitimador da ordem monopólica, não só quando coloca sobre o indivíduo a responsabilidade por seu destino social, mas, principalmente, quando incorpora, nas instituições que se propõem a solucionar as refrações da questão social, práticas com forte

conteúdo de indução comportamental. Com isso, não se consegue apenas uma ação sobre as personalidades individuais, mas empreende-se uma forte tentativa de definir os papéis sociais dos indivíduos, de acordo com os conteúdos econômicos, sociais, políticos e ideológicos compatíveis com a ordem monopólica.

Em consequência da prevalência dessa perspectiva individualista no trato das manifestações da questão social, o *Serviço Social de Casos* aparece como a abordagem profissional predominante, nesse início de institucionalização do Serviço Social no Brasil. Nas duas primeiras décadas do século XX, Mary Richmond havia desenvolvido, nos Estados Unidos, os pressupostos e diretrizes do que ela chamara de Serviço Social de Casos Individuais. No entanto ele chega ao país já sob os influxos da Psicologia, especialmente a partir da divulgação das idéias de Gordon Hamilton - seja através dos trabalhos de Nadir Kfourri (fruto de seus estudos nos Estados Unidos), seja com a tradução de seu livro *Teoria e Prática do Serviço Social de Casos*, em 1958.

Hamilton desenvolve a sua proposta de Serviço Social de Casos tomando por referência a Psicologia, mas recuperando o arcabouço operacional da obra de Richmond⁴, constituído de três fases: *Estudo, Diagnóstico e Tratamento*. O estudo do caso refere-se à fase de investigação sobre fatores internos aos indivíduos e externos ao ambiente em que ele vive, viabilizada pela aplicação de entrevistas com o cliente e com pessoas de seu meio. Além disso, utilizam-se visitas domiciliares, contatos com membros da família e com técnicos, observações realizadas durante as entrevistas e visitas, reuniões familiares, dentre outros instrumentos. Esse estudo possibilita a elaboração de um *Histórico do Caso*, reunindo dados e impressões colhidos durante o inquérito. Em seguida, produz-se um diagnóstico, isto é, um parecer profissional sobre a situação psicossocial do cliente, para que seja viabilizado o tratamento. Este deve incidir sobre os fatores, de diversas ordens, que estejam interferindo na situação, podendo se concretizar através: da implementação de medidas para modificar o ambiente ou para o tratamento direto ao cliente, pautados principalmente no relacionamento assistente social/cliente; do apoio psicológico e emocional através de entrevistas e visitas. (Campagnoli, 1993, p.135-45).

Ainda que o Serviço Social de Casos predomine durante essa fase de institucionalização do Serviço Social brasileiro, também há espaço para a abordagem grupal, especialmente depois que ela é reconhecida como método profissional pelos assistentes sociais norte-americanos, na segunda metade da década de 40. Essa expansão pode ser creditada à divulgação das idéias de Freud no meio das Ciências Sociais, as quais chegam ao Serviço Social e influem nas já existentes práticas com grupos informais e de recreação, promovendo sua ampliação para fins terapêuticos e de tratamento. Sob as influências da Psicologia e da Psicanálise, o Serviço Social de grupos passa a ser utilizado, de forma geral, para a solução de problemas pessoais de relacionamento e socialização. Esse 'método profissional' adquire maior divulgação através, especialmente, do trabalho de Gisela Konopka⁵, assistente social e psicanalista norte-americana, cujas idéias chegam ao Brasil na década de 50, ainda

que o *Serviço Social de Grupo* só tenha se consolidado, no Brasil, na década de 60, quando ele é articulado à perspectiva *desenvolvimento de comunidade*.

De forma geral, o trabalho com grupos é incorporado numa perspectiva que visa fortalecer os indivíduos, através da convivência grupal, que lhe proporcionaria um autodesenvolvimento e a possibilidade de se ajustarem às normas e valores sociais vigentes. Os influxos advindos da Psicologia e da Psicanálise motivam o interesse dos assistentes sociais brasileiros pelas técnicas de dinâmica de grupos, já que oferecem suporte para a ajuda psicossocial, tão presente na consecução da prática, naquele momento.

Nos anos 50 e, com maior vigor, na década seguinte, amplia-se o campo de atuação do Serviço Social brasileiro, quando os profissionais passam a se envolver em trabalhos sociais de caráter 'comunitário'. Nestes, desenvolvem-se processos de mobilização e organização de grupos de população - rural e urbana - através dos quais busca-se promover o desenvolvimento econômico-social de pequenas localidades. No início dos anos 40 esses trabalhos são próprios às práticas de *Organização de Comunidade*, mas a partir dos anos 50 passam a se desenvolver no âmbito das práticas de *Desenvolvimento de Comunidade*. Tais modelos de prática social constituem um desdobramento da política de intercâmbio econômico-político-cultural que se estabelece entre os Estados Unidos e os países da América Latina, o que, dentre outras iniciativas, possibilita o treinamento de profissionais - como os assistentes sociais - para participar de programas de desenvolvimento, a partir do final dos anos 40.

Quando o Serviço Social passa a atuar nos processos de *desenvolvimento de comunidade* é possível identificar mudanças no seu eixo de intervenção profissional: de uma prática restrita a atendimentos individuais e grupais centrados na promoção da tríade "ordem, moral e higiene", a profissão volta-se também para o desenvolvimento de práticas cujo objetivo se expande para a promoção da harmonia social na relação Estado/Sociedade, através de uma abordagem mais coletiva. A intervenção em organização de comunidade busca melhorar o meio, as condições imediatas, deixando de centrar-se, apenas nas mudanças comportamentais do indivíduo e da família. Além disso, pode-se afirmar que o engajamento do Serviço Social no *desenvolvimento de comunidade* também significa uma busca de modalidades interventivas mais abrangentes do que o *Serviço Social de Caso e de Grupo*, ainda que estes continuem sendo aprimorados e utilizados nas grandes instituições assistenciais. Os processos educativos até então assumidos pelos assistentes sociais atingem indivíduos e pequenos grupos; com o *desenvolvimento de comunidade* os profissionais se engajam num trabalho voltado a parcelas mais abrangentes da população. Isso traz algumas inovações aos procedimentos interventivos do Serviço Social.

Na efetivação das ações de *desenvolvimento de comunidade*, os assistentes sociais têm a oportunidade de estreitar suas relações com outras categorias profissionais, visto que o trabalho coletivo adquire maior impulso nas instituições. Os trabalhos voltados às comunidades assumem um caráter educativo e mobilizador, que envolvem a atuação sobre diversos segmentos populacionais, com diferentes áreas a serem atingidas (com destaque para saúde e educação). Diante do desafio de atender às variadas demandas e diante da necessidade de

⁴ As duas principais publicações dessa autora são *Diagnóstico Social* e *O que é Serviço Social de Casos*, publicados nos Estados Unidos respectivamente em 1917 e 1922.

⁵ *Serviço Social de Grupo: um processo de ajuda*, publicado originalmente nos Estados Unidos em 1949.

racionalizar os serviços institucionais, dissemina-se a organização do trabalho multidisciplinar, através de equipes formadas por profissionais de distintas áreas, bem como o envolvimento de diferentes instituições sociais num mesmo projeto.

Essa interação entre diferentes profissões expressa-se nos instrumentos e técnicas que viabilizam os processos de *desenvolvimento de comunidade*, pois eles provêm de diferentes disciplinas e não são utilizados exclusivamente pelos assistentes sociais. As equipes recorrem a instrumentos e técnicas derivados da Pesquisa Social, da Dinâmica de Grupo, da Comunicação Social, da Psicologia Social e da Educação, tais como: documentação, observação, diálogo e entrevista, reunião, palestra, carta circular, recursos audio-visuais e pesquisa-ação, dentre os mais comuns. Isso significa uma ampliação nas abordagens profissionais dos assistentes sociais, isto é, as demandas colocadas pelo trabalho 'comunitário' levam os assistentes sociais a não limitar sua prática apenas às abordagens individuais. É justamente nesse momento que o trabalho com grupos adquire maior importância, o que impulsiona o desenvolvimento do Serviço Social de Grupos no país, embora ele já fosse conhecido desde os anos 40.

Em relação aos 'métodos profissionais' de *Caso, Grupo e Comunidade*, pode-se afirmar que sua disseminação trouxe um embasamento técnico mais consistente para a ação profissional, com a conseqüente utilização de um instrumental mais elaborado. No entanto, neles prevalece a centralidade formalista do método, levando o profissional a se preocupar tão somente em definir um instrumental-técnico, com maior precisão e controle. Aqui está presente uma concepção de método limitada a um conjunto de procedimentos predeterminados, com a função de operacionalizar as ações através de instrumentos e técnicas, que por sua vez são abordados apenas como atitudes e habilidades.

Nos anos 70, o Serviço Social brasileiro consolida um outro projeto profissional sintonizado com as novas requisições postas pelo processo de modernização conservadora do Estado: O Serviço Social se moderniza e laiciza-se. No mercado de trabalho da década de 70 os assistentes sociais assumem atividades de planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação de programas sociais, além das atividades de execução final, que já lhes eram peculiares. Com isso, novos instrumentais de intervenção passam a fazer parte do cotidiano profissional, exigindo o domínio de um arsenal técnico mais sofisticado⁶.

Na verdade, trata-se de uma transformação na própria legitimidade profissional, já que o assistente social agora também é reconhecido como um planejador, um administrador. Ampliam-se as funções atribuídas aos assistentes sociais, nas diversas instituições criadas para atender às manifestações da questão social, e os profissionais passam a ser contratados como técnicos sociais. A requisição é por profissionais que dominem a burocracia estatal, a administração e que utilizem a pesquisa social e o planejamento como instrumentos prioritários de sua prática. Além disso, a participação dos assistentes sociais nas equipes multiprofissionais das instituições permite uma maior interlocução com outras profissões e disciplinas.

Vemos que essa realidade particular do Serviço Social está totalmente sintonizada como o padrão técnico-burocrático de gestão do desenvolvimento

capitalista do período, oriundo da racionalização do processo produtivo e da gerência da força de trabalho, bem como das políticas de cunho estatal. O assistente social passa a fazer parte do conjunto de profissionais cuja formação é colocada a serviço do projeto de modernização do capitalismo monopolista brasileiro. Isso se dá, principalmente, pelo incremento da "filosofia do planejamento", organizadora e orientadora racional do intervencionismo estatal, que fundamenta o exercício de funções instrumentais, o que expressa, também, uma concepção de mundo, uma ideologia.

Através da análise de significativas produções da década de 70⁷, pode-se verificar que as principais formulações alinhadas ao *projeto profissional modernizador* reconhecem as limitações da prática do Serviço Social tradicional; no entanto, buscam uma renovação profissional sintonizada às exigências e demandas postas pelas propostas e práticas "desenvolvimentistas" dos vários governos ditatoriais. A princípio, os profissionais "modernizadores" propõem superar as limitações da prática profissional consolidada ao longo das décadas de 30 a 60; no entanto, o máximo que conseguem é imprimir aos tradicionais métodos de Caso, Grupo e Comunidade um revestimento teórico-técnico mais sofisticado. Torna-se marcante nesse projeto de modernização, a busca pela 'cientificidade' do Serviço Social, sendo determinante, para a renovação profissional, absorver uma gama de referenciais 'científicos' que fundamentem as 'novas' propostas. Isso acaba promovendo um ecletismo teórico-filosófico que se traduz, principalmente, na convivência entre os pressupostos axiológicos neotomistas e as referências teóricas do estrutural-funcionalismo.

O conservadorismo continua muito presente no universo ideológico no qual transita o Serviço Social, especialmente no tocante às características da política tecno-burocrática de gestão da economia e das relações sociais. Essas políticas baseiam-se numa razão técnica e num saber científico, ambos colocados pretensamente 'a serviço de todos' e voltados ao atendimento do 'bem-comum'. Daí a sintonia entre os propósitos integradores das propostas modernizadoras e a necessidade de controle social e político das classes subalternas, colocada pelas classes dirigentes da ditadura.

Ao Estado cabe uma ação centralizadora - voltada ao intervencionismo na economia e no planejamento para o desenvolvimento - pautada numa racionalidade técnica. Nesse contexto de redefinição do Estado, cresce a demanda pelo trabalho de tecnólogos, de tecnocratas e de agentes profissionais capazes de organizar o 'funcionamento social', no nível macroestrutural. Daí a preocupação dos assistentes sociais em retirarem sua metodologia profissional do âmbito restrito da microatuação (notadamente do atendimento clínico), ampliando-a para as dimensões técnicas do planejamento, da administração, por exemplo. Entretanto, o que prevalece nas produções da profissão são formulações que continuam tratando dos métodos de Caso, Grupo e Comunidade, procurando encontrar formas práticas de integrá-los aos grandes objetivos de envolver indivíduos, grupos e comunidades ao processo de desenvolvimento do país.

Nos últimos anos da década de 70, a hegemonia do *projeto profissional*

⁶ Até então, não havia tradição de o assistente social trabalhar com planejamento e administração, pois esses eram componentes residuais na prática, mesmo considerando as inovações do DC na década de 60.

⁷ Falamos dos Documentos de Araxá e o de Teresópolis, e das produções de Lucena Dantas e Balbina Vieira.

modernizador passa a ser questionada por setores profissionais de diferentes matizes. De um lado, a crítica advém do segmento atrelado à tradição profissional - de extração católica - resistente ao movimento de laicização e às inovações promovidas pela modernização. De outro lado, os questionamentos partem de setores profissionais que se incompatibilizam com o traço conservador da modernização e com sua pertinência à ditadura, aguçados pela crítica aos rumos políticos ditatoriais e aos substratos teóricos do projeto hegemônico da década de 70. (Netto, 1991, p.156-7). Essas duas tendências críticas ao projeto modernizador constituem - ao final da década de 70 - as principais direções de renovação da profissão que se farão presentes no debate profissional dos anos 80: a vertente de *reatualização do conservadorismo* e a vertente de *ruptura*⁸. Veremos que dessas duas, apenas a segunda constitui um novo projeto profissional, pois ainda que a primeira vertente incorpore um novo referencial teórico-filosófico para o Serviço Social - a Fenomenologia - a orientação profissional que ela propõe permanece alinhada aos projetos já existentes (de institucionalização e de modernização).

As propostas de prática do Serviço Social alinhadas à vertente fenomenológica⁹ centram a ação profissional no atendimento individual que se desenvolve através de um processo de "ajuda psicossocial" (CBCISS, 1986, p.185; Almeida, 1989, p.116). Através do *diálogo*, o assistente social e o "cliente" experimentam um processo de reflexão sobre a "vivência" deste último, o que possibilita um processo de transformação da situação¹⁰, a partir da capacitação do cliente para transformar sua realidade. Dessa forma, acredita-se que o assistente social superaria a prática baseada nos fundamentos positivistas e funcionalistas - que levam o profissional a buscar explicações da situação do "cliente e a imputar-lhe soluções burocráticas para os seus problemas - substituindo-a pela compreensão da realidade do 'cliente'. Aliás, a noção de "cliente" é substituída - nessa vertente - pela de "pessoa", o que possibilita que ele deixe de ser tratado como "beneficiário de um programa", como "oprimido, alienado, desajustado" e passe a ser reconhecido por sua condição humana. "Pessoa para a proposta é o homem total que é sujeito, logo racional e livre. A ajuda psicossocial é oferecida à pessoa como tal." (Almeida, 1989, p.119).

A entrevista constitui um instrumento básico para viabilizar o diálogo entre assistente social e "cliente"; todavia essa vertente propõe que ela seja utilizada numa perspectiva diferenciada daquela assumida pelos modelos funcionais de prática - o que engloba as abordagens burocráticas e as técnicas de apoio psicológico. Ou seja, na entrevista o assistente social "não submete a situação observada e o cliente a uma análise conceitual, classificadora, orientada por um esquema de idéias e direcionada para determinados fins". (Carvalho, 1987, p.30).

A vertente fenomenológica propõe, então, uma abordagem individual que seja transformadora da situação vivenciada pelo "cliente" e que não dependa de uma intervenção externa do assistente social; mas de um processo

desencadeado pelo próprio "cliente", no qual o profissional participe para ajudá-lo a se capacitar para promover a transformação. Dessa forma, a prática profissional fica circunscrita ao circuito psicossocial, fundamentada por uma compreensão de "pessoa" desarticulada das determinações históricas, pois o processo se limita à vivência, ao existencial de cada um. A transformação à qual se propõe mantém-se no nível da individualidade, o que não altera a situação concreta do "cliente", que está, sim, marcada pelas relações sociais, desconsideradas por essa vertente.

Na passagem dos anos 70 para os 80, o clima político de discussão e de luta pela redemocratização do país favorece a cultura crítica assumida pelos setores profissionais, alinhados com o *projeto de ruptura*. A conjuntura ditatorial dos anos 70 tinha posto inúmeras dificuldades políticas para que essa perspectiva profissional deslanchasse, por isso somente com a abertura política é possível a emergência desses propósitos profissionais. Claro que não se trata de uma tendência majoritária na categoria profissional, pois a maioria dos profissionais continua inserida nas instituições e empresas, sob a égide das orientações modernizadoras. O que é factual é a existência de um movimento mais forte de renovação profissional, cujas premissas põem em questão toda a base profissional até então construída, tanto nas formulações teóricas quanto na prática, no interior das instituições. Aos poucos, parcelas significativas da categoria profissional reconhecem a necessidade de recorrer a um conhecimento desvelador das contradições da realidade social, que possibilite uma postura profissional mais voltada aos interesses dos setores subalternos da sociedade, em sintonia com a expansão do movimento sindical e das organizações populares.

Assim, um outro projeto profissional se põe no universo do Serviço Social, mas com um diferencial: é o primeiro a enfrentar criticamente a gênese e o desenvolvimento da profissão, priorizando os questionamentos à estrutura econômico-social e não se limitando a promover mudanças na constituição interna do Serviço Social. Daí sua capacidade de polarizar, antagonicamente, com os projetos já existentes. Sua importância não minimiza a infinidade de problemas teóricos e políticos que se desencadeia em seu processo de constituição, mas estes não impedem que, ao longo da década de 80, o *projeto profissional de ruptura* amadureça e consiga garantir seu lugar na história de renovação da profissão.

Analisando algumas das primeiras formulações da ruptura, especificamente o *Método BH* (Santos, 1983) e a proposta do INOCOOP (Abramides, Mazzeo, Fingermann, 1984) verificamos que elas contêm uma forte resistência às tradicionais práticas de prestação de serviços sociais. Nestas, a intervenção profissional concretiza-se através de abordagens individuais e abordagens grupais, marcadas pelo atendimento psicossocial. Nas propostas do novo *projeto profissional*, as 'problemáticas sociais' são relacionadas às desigualdades produzidas pelo capitalismo, rejeitando-se a sua compreensão como disfunções individuais que precisem de 'tratamento' social. Assim, a atuação profissional volta-se para as abordagens coletivas que procuram mobilizar a população, para reivindicar o atendimento às suas necessidades. A prioridade passa a ser o incentivo à participação da população na definição das necessidades a serem atendidas e na execução de ações de mobilização e organização social. Daí a preocupação dos profissionais com a conscientização política dessa classe.

⁸ Ambas qualificadas por Netto (1991).

⁹ Destacamos as propostas de Almeida (1989), Carvalho (1987), CBCISS (1986, p.183-193) e Pavão (1984).

¹⁰ "Situação social problema" (conforme CBCISS, 1986, p.187) ou "situação existencial problematizada" (conforme Almeida, 1989).

Diante disso, percebemos que, nessas propostas, o tratamento conferido ao instrumental técnico-operativo da profissão assume uma outra direção. À medida que as práticas institucionais tradicionais e modernizadoras são postas em xeque, há uma tendência de refutação do instrumental que lhes dá suporte - aqueles próprios ao Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade. Os instrumentos burocráticos e administrativos de organização formal do aparato de serviços institucionais, as técnicas de abordagem individual (de cunho psicologizante) e de grupo (terapêuticas), não são incluídos nessas formulações da *ruptura*.

O que se vê é a priorização de instrumentais que potencializem práticas de cunho coletivo, que possibilitem viabilizar a participação da população. Destacam-se, nesse campo, as atividades grupais nas quais se promovem discussões e debates sobre a conjuntura, por exemplo; ou instrumentos de mobilização, como assembleias, realização de abaixo-assinados, organizações de comissões e grupos de trabalho. O planejamento e a programação de atividades aparecem nessas propostas, mas com o diferencial de se realizarem com o envolvimento da população. Estes são instrumentos que já estavam presentes nos trabalhos de *desenvolvimento de comunidade* dos anos 60 e 70. No entanto, eles são retomados numa perspectiva de prática promotora de atividades coletivas que não visam a integração social dos membros da 'comunidade', mas objetivam o incremento da consciência de classe e o incentivo a ações de reivindicação e de organização, para garantir direitos sociais. Assim, o enfoque do instrumental é diferenciado.

Outro ponto que se destaca é a importância do uso de instrumentos de investigação, já que há uma preocupação em realizar diagnósticos da realidade que fundamentem as ações. Não mais um conhecimento produzido pelo assistente social sobre a realidade do 'cliente', mas um processo de investigação que envolva a população no conhecimento crítico, sempre visando a transformação da realidade; daí a importância das metodologias de pesquisa-ação e pesquisa participante. Enfim, nas primeiras formulações da *ruptura*, a negação das abordagens profissionais, próprias ao projeto de institucionalização e modernização, não significa negligência da dimensão operativa da prática. Há um redirecionamento do instrumental, para atender aos objetivos profissionais pautados na "conscientização e organização da população". Ainda que os equívocos políticos e teórico-metodológicos estejam presentes nessas propostas, a negação do instrumental se refere àqueles próprios à prática tradicional, havendo uma valorização dos instrumentos e técnicas que possibilitam redimensionar a prática para um sentido mais coletivo.

O esforço de ruptura com o Serviço Social tradicional e modernizador adquire maior consistência na passagem para a segunda metade da década de 80 e alguns fatores contribuem para este fortalecimento. No plano teórico, os profissionais buscam uma análise das fontes originais marxianas, surgindo inúmeros estudos que procuram tanto aprofundar as formulações originais, quanto explorar as possibilidades de sua utilização para a compreensão de questões próprias do Serviço Social e de seu objeto de intervenção. Os textos produzidos por assistentes sociais demonstram mais consistência e melhor fundamentação teórica, consolidando a hegemonia das produções de inspiração marxista. A convivência com várias áreas do saber, na Universidade, possibilita um intercâmbio mais qualificado com as Ciências Sociais e com a tradição marxista, enriquecendo esse processo.

Segundo Silva e Silva (1995, p.84-96), nessa construção de novas alternativas para a prática profissional estão presentes algumas "teses configurativas": esforço de superação do Serviço Social tradicional; desvelamento da dimensão político-ideológica da profissão e explicitação do caráter contraditório de sua prática; vinculação da ação profissional com as classes populares e transformação social como horizonte da prática do Serviço Social; redefinição do trabalho institucional; resgate da Assistência Social como espaço do exercício profissional. Para a viabilização da prática nessa nova perspectiva, os assistentes sociais desenvolvem algumas estratégias básicas, detectadas por Silva e Silva (*ibid*) e sistematizadas como "eixos articuladores" da prática profissional: *Formação de alianças, educação popular, investigação-ação, assessoria aos setores populares, redefinição da prática da Assistência Social*.

Pode-se perceber que a consecução dos objetivos profissionais de *ruptura* exigem a superação dos modelos interventivos formais-abstratos. Coloca-se cada vez mais a necessidade dos profissionais se apropriarem de um arsenal heurístico que possibilite uma análise crítica e realista das contradições e possibilidades contidas na dinâmica das políticas sociais - tomadas como espaço privilegiado de intervenção. Os procedimentos interventivos são colocados em articulação direta com as práticas organizativas das classes populares, exigindo que o assistente social se aproprie de instrumentos e técnicas capazes de potencializar uma prática de cunho coletivo.

Na contemporaneidade, mais precisamente, desde os anos 90, as configurações e reconfigurações da questão social e o redimensionamento das intervenções sociais sobre as suas manifestações vêm rebatendo diretamente no mercado de trabalho do assistente social e nas suas atribuições profissionais¹¹. Nos últimos anos, tem ocorrido uma crescente diferenciação dos espaços sócio-ocupacionais da profissão, no ritmo da reestruturação dos espaços institucionais públicos e privados. As demandas e requisições colocadas ao Serviço Social sofrem significativas mudanças, com a redução e/ou reconfiguração de demandas tradicionais, como também novos perfis para as demandas. No contexto de reordenamento das formas de enfrentamento das manifestações da questão social, verificamos que os efeitos sócio-ideológicos produzidos pela prática do Serviço Social tomam parte dos novos processos econômico-sociais que estão em curso na sociedade contemporânea.

Podemos tomar como exemplo ilustrativo a atuação dos assistentes sociais no Estado, para situarmos alguns processos de continuidades e rupturas na composição dos procedimentos profissionais e no seu arsenal técnico-operativo. A seguir, destacamos alguns destes processos.

Na esfera pública estatal os assistentes sociais continuam requisitados para atuar na prestação direta de serviços sociais nas instituições públicas, porém, as condições de efetivação desses serviços - notadamente a tensão universalização/

¹¹ Tal constatação se assenta no pressuposto de que a configuração histórica do Serviço Social está articulada às mudanças empreendidas nas formas de gestão da força de trabalho e na organização das políticas sociais. Que o Serviço Social coloca-se como parte do processo de mudanças na esfera da produção e reprodução social no Brasil - processo esse marcado pelas relações de classe.

seletividade – recolocam essa conhecida demanda. A desvalorização política e financeira das instituições estatais têm dificultado o encaminhamento do trabalho profissional alinhado com a expansão das garantias relativas aos direitos sociais. Por isso, ainda que a prática de prestação de serviços aparentemente permaneça a mesma, ela está tangenciada por novas determinações.

Na esfera das instituições públicas, os assistentes sociais acumulam uma experiência com trabalhos de cunho coletivo que remonta aos programas de desenvolvimento de comunidade dos anos 50, 60 e 70; passando pelos vínculos estabelecidos com os movimentos sociais, desde o final dos anos 70. Esta atribuição profissional de lidar com contingentes populacionais mais amplos do que aqueles que procuram o profissional no atendimento individual e/ou grupal, recoloca-se, nos anos 90, com algumas configurações novas. Estamos nos referindo aos canais institucionais voltados à garantia da participação dos usuários das políticas sociais nos processos de “controle social”. As experiências com os Conselhos da Saúde, da Assistência Social e das políticas de atendimento à criança e ao adolescente – por exemplo – estão atreladas à requisição profissional de mobilizar e organizar as condições necessárias para o exercício desse “controle social”.

O que é novo, portanto, não é a atuação dos assistentes sociais junto às formas coletivas de organização da população, mas o contexto e a configuração dessas formas organizativas. Trata-se de uma nova experiência que nem é a participação outorgada dos anos da ditadura, nem é a mobilização e organização de movimentos populares independentes das estruturas institucionais. O fato dos Conselhos, fazerem parte das instituições de políticas sociais, coloca o trabalho de mobilização e organização num patamar diferenciado. E não só os Conselhos, pois também podemos citar a atuação dos assistentes sociais no processo de elaboração dos “orçamentos participativos”, também uma experiência própria dos anos 90.

Outro aspecto a ser destacado é o exercício do papel de educador social pelo assistente social, através da interferência nos comportamentos, atitudes e visão de mundo dos usuários. Podemos verificar essas características nas atribuições profissionais de informar, esclarecer, recomendar mudanças de atitudes, promover a conscientização sobre os “problemas sociais”, sobre a necessidade dos usuários assumirem determinadas posturas diante das doenças e das carências materiais, por exemplo. Conseqüentemente, os instrumentos e técnicas presentes nos procedimentos profissionais colaboram para uma atuação voltada à promoção de atitudes e comportamentos. Lembremos que os serviços sociais tanto colaboram na reprodução material da força de trabalho, quanto na reprodução ideológica. Assim, os assistentes sociais participam da viabilização do repasse de bens e serviços materiais e na promoção de visões de mundo e atitudes, inseridas num contexto contraditório, que pode implicar: na tendência de difusão de idéias dominantes que procuram omitir a direção de classe que está contida nas políticas sociais, bem como na possibilidade de reforçar o poder de reivindicação da classe trabalhadora em relação à ampliação da oferta de bens e serviços necessários à sua reprodução.

Vale salientar, no entanto, que a permanência de procedimentos de caráter individual, grupal, coletivo e administrativo-organizacional não expressa a mera continuidade de um padrão (permanente e imutável) inerente à prática do Serviço

Social. Isto porque a configuração dos procedimentos e do instrumental técnico-operativo acompanha as alterações históricas da base sócio-organizacional do Serviço Social e está marcado por tratamentos diferenciados conferidos pelos diversos projetos profissionais. Ainda que alguns instrumentos e técnicas constituam o acervo interventivo dos assistentes sociais desde os primórdios, eles são acionados como parte dos procedimentos que constituem um processo de intervenção nas relações sociais. Assim, o instrumental coloca-se como um conjunto articulado historicamente, pois faz parte do atendimento de necessidades reais, permeadas pelas relações sociais. Não se constituindo, portanto, um acervo neutro e meramente técnico, embora assim seja apresentado pelo pensamento dominante, racionalista-formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final destas reflexões sobre o instrumental técnico-operativo do Serviço Social, reafirmamos a compreensão de que as requisições postas aos assistentes sociais estão permeadas pelas circunstâncias em que se produzem as necessidades sociais e pela caracterização das intervenções sociais que se propõem a enfrentar as manifestações da questão social. Acreditamos que o reconhecimento dessas determinações históricas permite-nos analisar a efetivação do trabalho profissional como parte desse processo de intervenção das relações sociais e, conseqüentemente, tomar o seu instrumental técnico-operativo como um elemento desse conjunto de objetivações voltadas à regulação das relações sociais. Assim, o instrumental pode ser considerado não somente em seus aspectos técnicos – referentes ao “fazer” – mas nas implicações sócio-políticas da prática da qual ele potencializa as ações, viabilizando uma intervenção que tem uma direção social situada no movimento contraditório da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMIDES,M.,MAZZEO,S.,FINGERMAN,T. *Repensando o trabalho social: a relação entre Estado, instituição e população*. 3.ed., São Paulo: Cortez, 1984, 94p.
- AGUIAR,A. *Serviço Social e Filosofia. Das origens a Araxá*. 5.ed., São Paulo: Cortez, 1995, 152 p.
- ALMEIDA,A. *Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social*. 4.ed., Rio de Janeiro: F. Alves, 1989. 159 p.
- AMMANN,S. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 6.ed., São Paulo: Cortez, 1987, 176 p.
- BRAVERMAN,H. *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX*. 3.ed, Tradução Nathanael Caixeiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, 379p.
- BRAVO,M.I. *Serviço Social e reforma sanitária: lutas sociais e práticas profissionais*. São Paulo: Cortez, 1996, 286p.
- CAMPAGNOLIS,S. *Desvendando uma relação complexa: o Serviço Social e seu instrumental técnico*. Orientador: Maria Lúcia Martinelli. São Paulo, PUC, 1993. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social).
- CARVALHO,A. de S. *Metodologia da entrevista: uma abordagem fenomenológica*. Rio de Janeiro: Agir, 1987. 93 p.
- CASTORIADIS,C. *As encruzilhadas do labirinto*. Trad. Carmem Guedes e Rosa Boaventura. V.1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 418 p.
- CATTANI,A. (org). *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CBCISS. *Teorização do Serviço Social*. 2.ed., Rio de Janeiro: Agir, 1986. *Documento de Araxá*, p.13-45, *Documento de Teresópolis*, p.47-99, 1986, *Documento de Sumaré*, p.101-233.
- CBCISS. *Teorização do Serviço Social*. 2.ed., Rio de Janeiro: Agir, 1986. *Documento de Sumaré*, p.101-233.
- CUIN,C.,GRESLE,F. *História da Sociologia*. Trad. Roberto Ferreira, São Paulo: Ensaio, 1994, 287 p.
- DANTAS,L. A teoria metodológica do Serviço Social. Uma abordagem sistemática. *Suplemento de Debates Sociais*, Rio de Janeiro: CBCISS, n.4, 2.ed., p.63-115, 1970.
- GENTILLI,R. *Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social*. São Paulo: Veras, 1998, 223 p.
- GUERRA,Y. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo:Cortez, 1995. 215 p.
- HESS,R. *Sociologia de Intervenção*. Trad. Carlos Maia, Porto: Rés, 1983, 222 p.

- IAMAMOTO,M.,CARVALHO,R. de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 4.ed., São Paulo: Cortez, 1985, 383 p.
- IAMAMOTO,M. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992, p. 17-39, "A Herança conservadora do Serviço Social: atualização e busca de ruptura", p. 87-112, "O Serviço Social na divisão do trabalho".
- _____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998. 326p.
- KATZ,C. *Evolução e crise do processo de trabalho*. In: V.v.A.a. *Novas tecnologias. Crítica à atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã, p.9-44, 1995.
- _____. *Fim da classe operária?* In: COGGIOLA,O,KATZ,C. *Neoliberalismo ou crise do marxismo?* São Paulo: Xamã, p. 143-6, 1996.
- LEITE,M. *O Futuro do trabalho. Novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Scritta. Cap.1, A resistência histórica dos trabalhadores à organização capitalista do processo de trabalho, p.47-111, 1994.
- LESSA,S. *A ontologia de Lukács*. Maceió: Edufal, 1996. 146p.
- _____. *Trabalho e ser social*. Maceió: EUFC / Edufal, 1997. 251p.
- MANZINI-COVRE,M. de L. *A formação e a ideologia do administrador de empresa*. Petrópolis: Vozes, 1981. 191p. Cap. 2, p.56-84, *Processo de desenvolvimento social global e processo de burocratização*.
- _____. *A Fala dos Homens. Estudo de uma matriz cultural de um Estado de Mal-Estar*. 2.ed., São Paulo: Brasiliense, 1993, 327p.
- MARTINELLI,M.L. *Serviço Social. Identidade e alienação*. 3.ed., São Paulo: Cortez, 1993, 165p.
- MARX,K. *O Capital*. Livro I, Capítulo VI (inédito). São Paulo: Ciências Humanas, 1978. 149 p.
- _____. *O Capital. Crítica da Economia Política*. V.1, Livro 1, Tomo 1, cap.V, "Processo de trabalho e processo de valorização", p.297-315, cap. XI, "Cooperação", p.439-451) São Paulo: Nova Cultural, 1996. 496 p. (Coleção Os Economistas).
- MONTANO,C. O Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n.53, p.102-25. Mar/1997.
- _____. *La naturaleza del Servicio Social: un ensayo sobre su genesis, su especificidad y su reproduccion*. São Paulo: Cortez, 1998, 209p.
- MOTA,A E.(org). *A nova fábrica de consensos. Ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J.P. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991, 333p.

_____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992, 165p.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: *REPRODUÇÃO Social, trabalho e Serviço Social*. Módulo 1, Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999, p.87-99. idem

OLIVEIRA, F. de. O Terciário e a divisão social do trabalho. *Estudos Cebrap*, Rio de Janeiro: Vozes, n.24, 1979.

PAVÃO, A. *O princípio da autodeterminação no Serviço Social: visão fenomenológica*. 3.ed., São Paulo: Cortez, 1984. 104 p.

SANTOS, L. *Textos de Serviço Social*. 2.ed., São Paulo: Cortez, 1983, 200p.

SARMENTO, H. *Instrumentos e técnicas em Serviço Social: elementos para uma rediscussão*. Orientador: José Paulo Netto. São Paulo: PUC, 1994, 315p. Dissertação. (mestrado em Serviço Social).

SCHEPS, R(org). *O Império das Técnicas*. Trad. Maria Lúcia Pereira, Campinas: Papirus, 1996.

SILVA e SILVA, M.O (coord). *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995. 311p.

SOUZA, M.L. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1993, 231p.

TRINDADE, R. *Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo na prática profissional do Serviço Social*. Orientador: Nobuko Kameyama. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 345p. Tese (Doutorado em Serviço Social).

VAN BALEN, A. *Disciplina e controle da sociedade. Análise do discurso e da prática cotidiana*. São Paulo: Cortez, 1983, 166p.

VARGAS, M (org). *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: Edunesp, CEETEPS, 1994, 412p.

VIEIRA, B. *Metodologia do Serviço Social: contribuição para sua elaboração*. 3.ed., Rio de Janeiro: Agir, 1985, 218 p.

_____. *Serviço Social: processos e técnicas*. 6.ed., Rio de Janeiro: Agir, 1988, 355 p.

WANDERLEY, M. *Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade e suas relações com o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1993, 198p.

WEISSANHAUPT, J.(org). *As funções sócio-institucionais do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1985, 181p.

O APRENDER DO FAZER (AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ASSISTENTES SOCIAIS SOBRE O SEU SABER-FAZER PROFISSIONAL): A DIMENSÃO EDUCATIVA DO TRABALHO.*

Maria Celia Correia Nicolau**

INTRODUÇÃO

A representação social que o assistente social faz do seu trabalho, enquanto fazer-profissional junto à criança e ao adolescente constitui o objeto de estudo deste trabalho. O contexto histórico/político, em que se insere o espaço de trabalho do Serviço Social e sua função social na divisão social e técnica do trabalho, leva a se pensar na Inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho observando a subordinação destes às novas formas e mudanças decorrentes das novas relações estabelecidas no mundo do trabalho, em decorrência do processo da reestruturação produtiva.

A inserção do fazer-profissional do assistente social, em um determinado processo de trabalho, é feita segundo sua caracterização como forma particular de serviço que se concretiza em espaços institucionais. A prestação desses serviços, que têm valor-de-uso e consumo privado pelos seus potenciais usuários, quando viabilizada pelos assistentes sociais - mediante o processo de trabalho do qual participa no âmbito institucional -, teleologicamente incide, não só na reprodução material da força de trabalho desses usuários, como também, na sua reprodução social, política e ideológica.

As análises de Yamamoto (1982) demarcaram o estatuto de trabalho no exercício profissional do assistente social, situando a profissão como uma das especializações do trabalho coletivo. Pensar a prática do Serviço Social como trabalho, significa entender que este trabalho enquanto fazer-profissional do assistente social, concretiza-se a partir de sua inserção nos processos de trabalho das instituições, e o assistente social como trabalhador assalariado. Estes processos potencializam e articulam, num dinamismo complexo, a matéria-prima ou o objeto sobre o qual recai a ação daqueles que a instituição engaja, os meios e instrumentos que viabilizam esta ação, e o trabalho, propriamente dito dos profissionais envolvidos que realizam um trabalho de forma cooperativa e combinada, tendo em vista uma ação transformadora. A consideração da prática do assistente social como trabalho nesta perspectiva conduz sobretudo a se pensar na relação entre o saber e o fazer-profissional numa perspectiva de unidade, reduzindo portanto o seu distanciamento.

Problematizando o objeto constatou-se uma tendência, ainda dominante no Serviço Social, em desvincular a análise do saber e do fazer do assistente social,

*Síntese da Tese de Doutorado em Educação: O Aprender do fazer (Representações Sociais do fazer-profissional de Assistentes Sociais), UFRN, 1999.

** Assistente social, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e doutora pelo Curso de Pós-Graduação em Educação da UFRN (Natal- 1999). Coordenadora do programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN.

das relações recíprocas que os definem e explicam e das determinações histórico-estruturais nas quais ambos se enraizam. O fazer-profissional passa, assim, a ter sentido(s) contraditório(s), mesmo que se afirme como uma forma de conhecimento socialmente aceita e partilhada pela conduta, pela linguagem, pela comunicação¹.

Objetivou-se apreender e analisar as representações sociais do assistente social acerca de seu próprio fazer-profissional junto à crianças e adolescentes, tomando-as enquanto processo complexo que articula níveis e dimensões diversos na estruturação do sentido socialmente atribuído ao objeto. Apreender nas representações sociais o(s) sentido(s) atribuído(s) pelo assistente social a dimensão educativa do seu trabalho, tendo em vista as particularidades e especificidades deste fazer-profissional.

O Trabalho e as Representações Sociais, categorias fundamentais à análise deste objeto, são abordados enquanto processos que se concretizam no contexto das relações sociais, no âmbito das quais se identificam, se diferenciam e se articulam. O conceito de trabalho, abordado como processo em Marx, e a compreensão sobre objetivação e a própria teleologia do trabalho em Lukács, bem como outras interlocuções com outros autores nesta perspectiva se constituíram elementos fundantes para se pensar e analisar os processos de construção dos sentidos atribuídos pelos assistentes sociais ao seu trabalho.

Afirma-se a centralidade do trabalho para o homem o que implica na consideração deste último como necessariamente ativo, produtivo, inserido no processo de criação e de expressão, quaisquer que sejam as formas conjunturais que aquele assuma e o sentido social a ele atribuído. O trabalho é uma forma de expressão deste homem, pela qual ele se cria e se objetiva, na sua subjetividade, na sua intencionalidade. Envolve, portanto, o mundo dos homens na sua produção social, numa relação de unidade e luta com a natureza, transformando-a e sendo por ela transformados.

Nesse processo de transformação, o trabalho tem um papel importante de humanização do homem, permitindo, enquanto processo social, sua auto-realização através do ato de se pôr consciente, o que "(...) pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios" (Lukács, 1978, p.8). O homem, enquanto ser social, prefigura um dever-ser ou um ideal projetado no nível de sua consciência, determinado por finalidades sociais, remetendo, pois, a uma dimensão teleológica inerente a sua subjetividade.

Na postura teórica assumida nesta tese, buscou-se apreender os fenômenos psicossociais enquanto sínteses históricas e conjunturais que envolvem diversos níveis e dimensões: homem e sociedade constituem-se mutuamente como totalidades no movimento constante das relações sociais. Tal perspectiva expressa uma relação de organicidade entre o subjetivo e o objetivo, na práxis social, com suas tensões e rupturas. As concepções de trabalho traduzem-se como construções sociais e históricas, tanto quanto o próprio trabalho. Não são, portanto, elaborações científicas

¹O distanciamento entre a formação profissional e o fazer específico do profissional formado é uma preocupação que vem marcando os sucessivos movimentos de reforma na área do Serviço Social, sobretudo quando da elaboração das três últimas propostas curriculares (anos 70, 80 e 90).

desvinculadas da vivência e da história, mas construções de sentido, logo construções simbólicas de homens nas relações que estabelecem entre si e com o concreto. O Fulcro Analítico Predominante desta Pesquisa² foi, portanto, o dinamismo no qual vêm se construindo, pelos profissionais de Serviço Social, as representações sociais do próprio fazer(trabalho), e as implicações destas representações, enquanto expressões de um saber que toma e reconfigura o saber da formação.

Neste contexto, o recurso ao constructo das representações sociais, como categoria de análise, abre um caminho de grande riqueza epistemológica para a apreensão da dinâmica social e histórica que se atualiza em diferentes momentos e espaços, em torno deste objeto social. As representações sociais definidas como o sentido socialmente construído e atribuído pelo homem, nas relações sociais, correspondem "a um ato do pensamento através do qual um sujeito se relaciona com um objeto. Este pode ser uma pessoa, uma coisa, um acontecimento material, psíquico ou social, um fenômeno natural, uma idéia, uma teoria, etc.; ele pode ser tanto real como imaginário ou mítico, mas ele é sempre necessário. Não existe representação sem objeto." (Jodelet, 1989, p.37).

Postula-se que as representações sociais do fazer-profissional têm uma dimensão educativa, da mesma forma que o trabalho do profissional também o tem, ao potencializar ou reprimir as demandas sociais postas na contemporaneidade. A dimensão educativa afirma que o aprender não se limita à retenção de informações, pois supõe sua apropriação: as informações fazem parte do processo de trabalho, enquanto um dos instrumentos e meios para a objetivação do trabalho do profissional, mas o aprender se dá através da atividade (o fazer-profissional) que concretiza as relações entre aquele homem e a sociedade, viabilizando a própria objetivação dos indivíduos como indivíduos sociais.

COLOCAÇÕES PRELIMINARES

Afinal, qual o sentido atribuído pelos assistentes sociais ao próprio trabalho? Eis uma questão que vem sendo abordada, por aproximações sucessivas e complementares, ao longo das análises desta tese³. Sua importância articula-se à proposição central desta última, na qual se afirma que o fazer-profissional é um

²A pesquisa que dá origem a esta tese abrange dois grupos de profissionais formados em conjunturas históricas distintas. O primeiro teve seu processo formativo orientado por um currículo proposto no período pós-64, numa conjuntura caracterizada pelo processo de expansão do capitalismo monopolista, sob o domínio de um Estado autocrático burguês, num contexto político de acirramento das relações autoritárias e repressivas. Convencionou-se chamar Currículo Antigo (C.Ant). Já o segundo grupo foi orientado por um currículo gerado no final da década de 70, no contexto de um processo de redemocratização do país, e implantado, em Natal, em 1985. Convencionou-se chamar de Currículo Atual (C.Atu).

³No CAMINHO OU DETALHAMENTO METODOLÓGICO neste trabalho utilizou-se uma análise dos dados secundários da política de assistência à criança e ao adolescente e do trabalho do Serviço Social nessa área, no município de Natal (Campo de estudo); a Observação associada a entrevistas livres, conversacionais com postura não diretiva; e a Análise de Enunciação. Para Bardin (1977, p.170), a análise da enunciação considera o "(...) discurso como palavra em acto". Este autor, juntamente com D'Unrug (1974) e outros, diferencia esta postura analítica da que orienta a análise de conteúdo clássica. Para a CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO METODOLÓGICAMENTE REPRESENTATIVO obedeceu-se ao Critério de homogeneização: Os sujeitos deveriam estar efetivamente contratados pela instituição em que atuam e lotados na capital do estado e Critérios de Contraste: o currículo de formação do sujeito, ou seja, aquele implementado na década de 70 (currículo antigo) e o adotado na década de 80, precisamente em 1985 (currículo atual); Os sujeitos deveriam estar assumindo, na hierarquia da instituição em que trabalha, posição de chefia ou de execução. O tempo de formação do profissional: ter de 2 a 9 anos incompletos de experiência no exercício da profissão, ou de 9 a 25 anos.

espaço de aprendizagem, no conjunto de aprenderes que caracterizam o viver do homem concreto. Neste espaço, conhecimentos são formulados e reformulados, articulando valores, normas, modelos, símbolos e informações, orientando condutas e possibilidades de comunicação, integrando emoções e cognições que se expressam em demandas e apontam com insistência e fugacidade para o desejo de vida e a urgência do outro que faz a vida vivível. O fazer-profissional, nesta perspectiva, não pode ser resumido como o somatório de ações: é assumido como objetivação do homem que, neste fazer, também se faz, na perspectiva Lukacsiana (1979-1981).

As análises desta pesquisa vêm mostrando que os processos de trabalho diferenciam-se de instituição para instituição, pela especificidade do que cada uma delimita como seu objeto: há as que lidam com a problemática do infrator, as que se ocupam do abandonado ou do deficiente, as que respondem a demandas emergenciais frente à problemática da violência, e assim por diante. São as particularidades dos processos de trabalho dessas instituições que "(...) em circunstâncias diversas vão atribuindo feições, limites e possibilidades ao exercício da profissão, ainda que esta não perca a sua identidade" (Iamamoto, 1998, p.106). Logo, os assistentes sociais, em suas condutas e em seus discursos, constroem aspectos importantes para a compreensão e a interpretação das particularidades dos processos de trabalho nos quais se integram e, mais que isto, dos processos de aprender intrínsecos ao fazer-profissional. A análise dos discursos dos sujeitos desta pesquisa e das observações de seu cotidiano nas instituições poderam, portanto, permitir a apreensão de um momento no processo de construção de um saber acerca deste fazer, através da captação das particularidades dos processos de trabalho em confronto com a identidade do fazer-profissional. Fala-se de *um momento*, por ser este um processo que se faz na história pessoal e social; logo, sua análise deve ser assumida como necessariamente circunscrita e limitada.

Os sujeitos entrevistados, ao falarem sobre seu trabalho junto a crianças e adolescentes, articularam o que representa, para eles, trabalhar como assistente social, enquanto uma das atividades do seu cotidiano, expressiva de sua condição humana. As análises vão permitindo pensar as particularidades do trabalho desse profissional e chegar à complexidade articulada nas representações sociais⁴ sobre este fazer-profissional, na área da Assistência.

Pensar as particularidades das diversas instituições, tendo como referência as novas relações constituídas no mundo do trabalho, é algo imperativo para a categoria profissional, sobretudo por se entender que esse tem suas determinações calcadas nas transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e psicossociais, que vêm marcando a virada do milênio. Essas transformações, num contexto de globalização e de revolução técnico-científica, vêm gerando um novo mundo do trabalho e a própria reestruturação no processo produtivo;⁵ estão associadas e determinam objetivamente o processo de reestruturação na produção

⁴Representações sociais que, segundo Friedman (1995b, p.138), "(São) manifestações objetivas da subjetividade compreendida dentro da consciência, passíveis de serem expressas (entre outras formas) no discurso dos falantes. Isto significa que todas as verbalizações são representações passíveis de serem captadas pelas palavras articuladas em frases no discurso elaborado por sujeitos".

⁵ Ver, a este propósito, Mota (1998), Antunes (1995, 1996), Ianni (1994, 1995), Mattoso (1995).

de bens e serviços, bem como as formas de gestão e de consumo da força de trabalho, determinando, inclusive, os novos processos de sua reprodução material e espiritual. Neste movimento, se faz presente o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços sócio-institucionais. Em tais *espaços*, o trabalho deste profissional concretiza-se nas *relações* que se estabelecem, delimitado e circunscrito num *tempo*, ou seja, nas circunstâncias histórico-sociais que o determinam e o configuram socialmente, no processo de reestruturação produtiva.

No caso particular deste estudo, o fazer-profissional dos assistentes sociais, inscrito na divisão sociotécnica do trabalho, tem como espaço por excelência, as instituições que implementam a política de Assistência à Criança e ao Adolescente.⁶ São estas instituições que, em resposta às demandas oficiais que lhes são dirigidas, organizam e moldam a inserção e as ações deste profissional - como as dos demais - através de seus programas e dirigentes. O trabalho dos assistentes sociais, portanto, organiza-se conforme os processos de trabalho das instituições contratantes, através das quais as intencionalidades ou objetivos e o acesso aos objetos e aos meios de trabalho (recursos materiais, financeiros, transportes, espaços e outros instrumentos e equipamentos) são viabilizados. Estes passam a se constituir nos meios utilizados no fazer-profissional do assistente social, na lógica do processo de trabalho da instituição, ao mesmo tempo que esta última define funções na hierarquia que lhe é própria, determinando prioridades e elegendo serviços que fazem parte do cotidiano do fazer daquele profissional.

Assim sendo, o realizador deste trabalho, em sua objetividade, como trabalhador pertencente ao grupo dos assalariados em serviços - em suas diversas especializações -, insere-se no mercado formal de trabalho, nos limites postos pelas instituições. Nestes limites, este trabalhador não é considerado em sua subjetividade. Não existe enquanto portador de uma cultura, de valores, de símbolos e de referentes teóricos e técnicos, éticos e políticos que integram os conteúdos do seu viver cotidiano e do seu pensar o mundo, existindo, sim, na suposição de uma uniformidade abstrata deste viver cotidiano e deste pensar.

Tem-se, portanto, uma demanda complexa: o profissional contratado detém um **saber sobre o fazer(seu trabalho)**, historicamente construído e reconhecido, que se faz objeto da demanda institucional; ao mesmo tempo, esta última busca determinada configuração de resposta, que nega esse saber, ao omitir a condição de possibilidade da subjetividade do profissional contratado. Nesta lógica, estabelece-se uma dicotomia (negada) entre o agir profissional demandado e o pensar do profissional que age, pela qual a possibilidade deste pensar é esvaziada, em sua riqueza potencial, pela afirmação de limites institucionais objetivos. Assim, são afirmados referentes teóricos e técnicos, bem como valores e símbolos que ratificam determinada modelização do real, justificando-a em termos de uma objetividade que coisifica sujeitos e o próprio fazer-profissional, negando-lhes sua característica intrínseca de construções sociais e históricas.

⁶Esta é a terceira maior área de absorção do trabalho do assistente social no Estado, após a Saúde (maior absorção) e o trabalho em comunidades (segundo lugar). CRESS - Conselho Regional de Serviço Social - 4ª Região. O Perfil dos Assistentes Sociais frente às redefinições no mercado de trabalho na contemporaneidade: uma análise da realidade do RN-1999.

No concreto deste fazer, o profissional precisará ir construindo sínteses que lhe permitam situar-se e agir: a formação recebida, com as informações teóricas e técnicas que se lhe associam, os conhecimentos estruturados em outras experiências, profissionais ou não, os valores e símbolos que marcam seu cotidiano, vão se (re)configurando, na prática, deslocados ou ratificados pelo que lhe é pedido naquele fazer-profissional concreto e específico, com todas as noções e pré-noções que o demandado atualiza. Não se trata aqui de uma transposição linear, mas da contradição mobilizada neste aprender, e dos caminhos que vão sendo construídos pela interlocução que se faz no movimento objetivação-subjetivação-objetivação.

Conforme Lane (1995b, p.55), *"(...) a realidade objetiva vivida pelo indivíduo se torna subjetiva, a qual por sua vez se objetivará por meio de suas ações"*. De forma gradativa, novos sentidos sociais sobre o fazer-profissional, seus sujeitos, objetos e objetivos vão sendo gestados, a partir das condições objetivas nas quais o assistente social, na condição de trabalhador, objetiva-se como ser social ocupando seu espaço de trabalho (Lukács, 1981).

FORMAÇÃO E FAZER-PROFISSIONAL: CONJUNTO DISJUNTOS

O processo formativo do Serviço Social supõe a transmissão de teorias⁷, ou seja, de pressupostos que encaminham a compreensão, a explicação e a interpretação de objetos definidos como próprios a este fazer-profissional. O fazer-profissional, por sua vez, tem na prática seu espaço privilegiado; nessa prática o indivíduo busca apoio em teorias, articulando conhecimentos sistematizados (com códigos específicos) e "teorias" do senso comum que lhes permitem atribuir sentido a este fazer e a seus objetos. Desse modo, lança mão do que lhe dá segurança e resguarda a prática, seja em termos de uma sustentação intelectualizada, seja em termos de senso comum. Eis uma das razões pelas quais a consideração das representações sociais - enquanto processo de construção e atribuição de sentidos a objetos da prática, que se faz nas relações concretas dos indivíduos com o(s) outro(s), e determina comunicações e condutas cotidianas - tem grande importância nesta análise. No movimento de apropriação e objetivação dos sentidos atribuídos aos objetos, formação e fazer-profissional encontram-se.

Dois pólos concretizam-se neste movimento. O primeiro reporta-se ao fazer-profissional que tem na prática seu espaço privilegiado de trabalho, e o segundo liga-se ao discurso idealizado produzido na academia, na qual se dá o seu processo formativo. Em ambos existe o espaço da teoria (ou de opções por pressupostos e definições), considerando-se que esta não é feita independente dos valores, normas e símbolos constitutivos de "teorias" explicativas da realidade ou do senso comum. Por outro lado, ainda que o processo formativo pretenda manter relação com o fazer-profissional, sua especificidade o torna um olhar sobre este fazer, ou seja, uma abstração do concreto, como Marx (1983, p.219) coloca. Tal colocação implica em afirmar que o olhar teórico sobre a prática é aquele característico a determinados grupos de sujeitos cognoscentes, que buscam compreender e desvendar a prática como objeto de conhecimento, e refletir sobre ela. A atividade teórica *"(...) só existe por e em relação com a prática, já que nela encontra-se seu fundamento, suas finalidades e seu critério de verdade (...)"* (Vázquez, 1977, p.202).

O processo formativo, tendo como base pressupostos que definem determinada visão de homem e de sociedade, pretende preparar pessoas para atuarem no concreto. Tenta, portanto, construir um discurso do dever-ser, pelo qual o concreto é negado. O fazer-profissional, por seu turno, articula um discurso do dever-ser, pelo qual o dever-ser da formação é negado. O processo formativo, nesse sentido, tem uma dimensão de abstração que só supera o nível abstrato na medida em que se dá o diálogo contínuo com o fazer. O fazer-profissional, em contrapartida, concretiza uma mobilização do real a partir da prática definida pelos pressupostos hegemônicos ao grupo que a concretiza, na totalidade social.

No exercício profissional tem-se, por conseguinte, a prática como lugar privilegiado do fazer. Nessa, precisa-se o objeto daquele exercício, objeto esse cuja definição (pre)supõe a vinculação com outra ordem de valores, não necessariamente consoante com a que dominou o espaço formativo. O saber construído no processo formativo sofre assim, reformulações, a partir do exercício profissional, concorrendo para isto o saber das instituições, com seus valores, normas e símbolos que caracterizam a hegemonia naqueles espaços da totalidade social. Nessa argumentação, chega-se à afirmação da pluralidade desse saber: um saber-plural que se vincula à pluralidade dos saberes evocados pela especificidade das questões enfrentadas e trabalhadas nas instituições, bem como ao valor atribuído socialmente ao objeto desses saberes, ou seja, sua representação social, seja na instituição e nos indivíduos e grupos que a integram, seja na totalidade mais ampla ou nos que garantem a existência da instituição.

Salienta-se que os saberes construídos, ora na formação, ora no fazer-profissional não são necessariamente antagônicos; podem, sim, comportar contradições e complementaridades porque espelham o dinamismo da totalidade social, em seus espaços e tempos, e a complexidade dos indivíduos que a constituem e nela se constituem. Considerar a pluralidade dos saberes se faz preciso, tanto quanto torna-se necessário integrar, na sua análise, a vinculação entre saber e poder, seja no espaço da formação, seja na prática profissional. Saber que é poder, articula hegemonias que justificam teorias e práticas. Saber e fazer não comportam neutralidade, pois espelham opções, estabelecendo proximidades e diferenças.

Impõe-se questionar se a formação profissional deva se constituir em espaço privilegiado da teoria (abstração desvinculada da prática), ou se esse espaço necessariamente precisa ter, na prática, sua validação. Ao mesmo tempo, impõe-se questionar se o exercício profissional pode se caracterizar pela ação desvinculada da reflexão, mesmo que, implicitamente, toda ação humana suponha níveis de reflexão mais ou menos elaborados.

Saber e poder interpenetram-se, na teoria e na prática. Importa perguntar a que interesses serve o distanciamento (negado) entre a formação que se faz na academia e o fazer-profissional, ou a negação de que este fazer tenha, necessariamente, uma dimensão formativa que atinge, em níveis diversos, a todos os envolvidos. O isolamento do processo formativo, daquela formação que se efetiva no fazer-profissional, através do trabalho, reduz o primeiro a uma abstração e o segundo ao ativismo.

No caso específico desse estudo, é preciso considerar que, no processo

formativo, o assistente social apropria-se de códigos que expressam idéias, conteúdos e valores inerentes à sua profissão e que, no fazer-profissional concreto, estes mesmos códigos vão sendo (re)configurados. Neste sentido, é interessante enfatizar as referências invariantes dos sujeitos desta pesquisa - independente do currículo no qual foram formados - à aprendizagem pelo trabalho, opondo-a ao que lhes fora ensinado durante a formação.

A análise destas referências permite apreender dois pólos em oposição, concentrando-se, no primeiro, o que se relaciona ao idealizado e abstrato e, no segundo, o cotidiano com suas exigências e seus limites, dentre os quais destacam-se as necessidades da sobrevivência. A oposição entre estes pólos não se configura de modo linear; vai tomando forma nas frases incompletas, nas repetições, nas incorreções, nas disjunções de pessoa, dentre tantos outros sinais da ansiedade que sua explicitação suscita. Com as características próprias a cada sujeito e a seu espaço de trabalho, a oposição entre formação e fazer-profissional expõe-se como um irreduzível que, no entanto, precisa ser justificado.

Ao aprender da formação, antepõe-se outro aprender, este último necessário à sobrevivência: o aprender do fazer-profissional cotidiano, distanciado da formação ou por ela desconsiderado, é condição do emprego.

"Quem trabalha numa repartição pública [...] nós profissionais do Serviço Social, no caso, não temos autonomia (PP) Gostaríamos de ter, sabe? Por isso eu digo muito [...]. Na universidade, a teoria é bonita, a gente aprende uma coisa tão bonita, aí quando você vai para realidade... É outra coisa completamente diferente, sabe? A gente aprende, e diz?... Quando eu estiver na área jamais vai te entruves [...]. Só que quando você chega na realidade, na prática é completamente diferente! É também a nossa sobrevivência, a gente depende de outras pessoas, de nossos chefes, de uma escala praticamente, sabe?" (E1 CATu. E)⁸.

Necessário se faz refletir sobre o processo formativo. Não se nega que a elaboração teórica exija uma antevisão de sociedade, mesmo porque seu conteúdo expressa a conduta do indivíduo determinado por finalidade social e não por abstratas inclinações naturais ou espontâneas. Ora, essencial ao trabalho é que nele, não apenas todos os movimentos, mas também os homens que os realizam, definem-se por finalidades determinadas previamente. Nesta perspectiva, a questão da antevisão, ou a existência de um projeto de sociedade, é algo que caracteriza socialmente o homem enquanto existência; homem visto como totalidade que, num tempo, espaço e relação, integra o orgânico, o afetivo, o racional, o simbólico, na constituição de sua individualidade.

Questiona-se, portanto, que uma construção teórica possa ser reduzida a idealizações sem qualquer relação com a prática cotidiana do trabalho profissional, o qual, por sua vez, reduzir-se-ia à mera repetição de princípios abstratos e de procedimentos legitimados, ratificando processos e espaços já

⁸E5 significa Entrevista número 5, assim como tem as de números 3, 7, 8. CATu significa Currículo Atual, assim como CAnt significa Currículo Antigo. O C significa Coordenação, Ass significa Assessoria e E expressa aqueles que estão na execução. Quando aparecerem as letras C e E significa que o profissional assume as duas funções na instituição. As Letras assim agrupadas (PP), (PM) significam pausa pequena e pausa média respectivamente.

circunscritos e sedimentados; questionam-se os pressupostos subjacentes a tal postura, pelos quais é negada a própria condição de possibilidade do homem, enquanto ativo e criativo.

No caso do Serviço Social, tais pressupostos encaminham posicionamentos pelos quais as mediações não se concretizam, nem no nível de leitura, nem no âmbito da interpretação dos problemas e no enfrentamento das questões que definem o trabalho do assistente social no conjunto das relações de uma totalidade, num dado tempo e espaço. A ausência dessas mediações induz à fragmentação de informações, às generalizações que as abstraem, na teoria ou na profissão, abrindo espaço à dominância de estereótipos e de imprecisões.

É interessante observar, neste sentido, que a análise do material coletado no trabalho de campo da pesquisa que embasa esta tese permitiu captar a descontextualização recorrente de formas de expressão usuais na linguagem atual da profissão, bem como a repetição fragmentada de frases comuns aos livros que tratam deste fazer-profissional, da clientela ou do contexto sócioeconômico.

"O objetivo do nosso trabalho, nós realizamos. Mas eu sinto e digo a você, face à questão social a gente fica impotente, não tem condições de resolver a situação social, sabe? Da população, das pessoas" (E9 CAnt. E)."

"É um trabalho de orientação onde você vai trabalhar o aspecto político[...] É a parte realmente política. Então a gente pode fazer um trabalho por aí..." (E3 CATu. E).

"Eu penso que é um trabalho assim que pode dar grande contribuição, para que os direitos da pessoa, do cidadão sejam conquistados. Porque o assistente social tem que lidar justamente com a classe trabalhadora (PM) O compromisso que a gente assume com essa classe, é a luta justamente pra que esses direitos sejam garantidos," (E2 CATu. E).

Estas repetições que se fazem ao longo de todo o discurso dos entrevistados, polarizadas em torno de algumas colocações ou termos ('questão social', 'política', 'classe trabalhadora', 'direitos sociais' etc.), constituem-se, com frequência, numa tentativa de dar concretude a um discurso alusivo ou geral: os sujeitos aproximam o objeto de que falam, das frases feitas, sem explicitar conexões; com isto, calcados em lugares-comuns ou na autoridade de terceiros, eximem-se da necessidade de explicitar posicionamentos pessoais, de questionar ou de criticar, ao mesmo tempo que garantem a aceitabilidade do que pretendem fazer inferir.

Num outro nível analítico, estas características sustentam a manutenção de posições estereotipadas e distanciadas do fazer-profissional concreto, mesmo quando é este que polariza o discurso. Poucos articulam uma análise do fazer cotidiano que desenvolvem nas instituições ou relacionam, explicitamente, este fazer às frases feitas que enunciam; poucos articulam as tarefas e ações que executam em seu fazer-profissional, às relações que orientam o movimento da sociedade e a própria profissão, enquanto uma das especializações do trabalho coletivo. Seu fazer arrola um conjunto de procedimentos legitimados a serem cumpridos e se justifica num discurso geral, vago e impreciso que se torna concreto quando associado à própria sobrevivência.

Estas características discursivas atribuem valor restrito não só à formação, mas ao próprio profissional, que se torna um executor. É emblemático o uso da

expressão “na teoria é uma [coisa], agora, na prática, é outra” por parte de alguns profissionais. Em termos de contexto discursivo, não está sendo afirmado, apenas, que a teoria, na prática, seja outra coisa; mas, esta frase articula a crítica e a desqualificação da formação, ao ratificar uma dicotomia entre teoria e prática que a ambas esvazia, pois as desarticula e deforma.

Não é apenas a informação teórica oferecida no processo da formação que forma o profissional; a formação atualiza, em seus objetos, a história e o contexto, a experiência e a vivência, de indivíduos e grupos.

“A minha formação foi toda em cima [...] da dialética que era o auge da época! Então, quando eu cheguei na instituição, eu comecei a trabalhar os casos (PP) Isolados, sabe? (PP) E pra mim foi um choque. Como eu tive uma formação voltada para trabalhar o todo! Como é que eu vou trabalhar esses casos? Depois fui começando a arrumar minha cabeça (PP). Porque a gente recebe uma formação muito bonita...” (E17 CATu. E).

Identifica-se, nas análises, o invariante descompasso entre a formação e o que é vivenciado no fazer-profissional; este centra-se na aplicação de técnicas desvinculadas de análises ou de teoria, mas com finalidades precisas e delimitadas; a formação, “linda” ou “bonita”, não explicita nem estratégias, nem finalidades concretas *“... A teoria nossa é linda, não é? Estuda-se a política social, isso e aquilo... E na verdade a gente fica um pouco decepcionada (PP)!” (E17 CATu. E).*

Necessário se faz, refletir sobre um processo formativo que não cria mediações⁹ entre o teórico e o prático, e deixa o sujeito acreditar que a informação, por si só, seria suficiente para construir agenciamentos complexos pois envolvem diversas ordens de interesses: tanto a história pessoal de cada um, suas perspectivas futuras e sua sobrevivência presente, quanto as condições institucionais e sócio-históricas que se articulam em seu espaço e processo de trabalho. É o trabalho, assim circunscrito(o) como fazer-profissional, que potencializa um conhecimento novo acerca de objetos do real, do concreto, filtrando-o num movimento que o articula ao viver cotidiano. O trabalho, ao ser objetivado por um conjunto de atos que transformam as idéias e finalidades previamente construídas na consciência, em um produto objetivo, tem uma dimensão educativa.

No exercício profissional tem-se, por conseguinte, a prática como lugar privilegiado do fazer. Nessa, precisa-se o objeto daquele exercício, objeto esse cuja definição (pre)supõe a vinculação com outra ordem de valores, não necessariamente consoante com a que dominou o espaço formativo. O saber construído no processo formativo sofre assim, reformulações, a partir do exercício profissional, concorrendo para isto o saber das instituições, com seus valores, normas e símbolos que caracterizam a hegemonia naqueles espaços da totalidade social.

A discussão dos processos de construção e atribuição de sentidos ao objeto trabalho pelos Assistentes Sociais, em sua atividade prática, na história e no contexto

⁹ Para Vázquez, *Entre a teoria e atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Neste sentido teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação.* (Vázquez, 1977:207)

de suas relações e as implicações deste processo em suas comunicações e condutas chegou-se à seguinte proposição: o trabalho educa o trabalhador pois, enquanto atividade construtiva e expressiva, supõe apropriação de novos conhecimentos, ou seja a (re)construção contínua do saber, integrando tempos, espaços e relações na consecução de intencionalidades de diversas ordens. Ao se particularizar estas considerações no estudo das representações sociais do fazer-profissional de assistentes sociais tem-se que, a cada objetivação, o sujeito não só produz serviços ou atividades úteis ao consumo dos usuários – e, por conseguinte, à educação destes no modo de ver o mundo –, como propicia, a si próprio, o desenvolvimento de suas capacidades. O fazer-profissional é aqui circunscrito como atividade construída socialmente que, ao se realizar, dá concretude a uma intencionalidade, ao mesmo tempo que projeta uma antevisão do que há a fazer e situa o EU e OS OUTROS nesta antevisão.

O apropriado nesta relação supõe um movimento simultâneo de assimilação e de ultrapassagem, quando implica na construção de novos conhecimentos que se subjetivam e objetivam, num dinamismo mediante o qual o fazer é renovado continuamente, e continuamente renova-se o saber, no processo de construção-expressão do indivíduo, com os outros.

As representações sociais dos assistentes sociais, acerca do seu fazer-profissional, estruturam-se como um saber que marca e demarca este fazer e aquele que o concretiza, ao definir seu espaço social e simbólico: nestas representações estão os referentes daqueles que as estruturam, processo e produto objetivo da história dos grupos a que pertencem e das relações que estabelecem ou rechaçam.

O TRABALHO, O SALÁRIO E A REALIZAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Como assalariado em serviços, o assistente social é um trabalhador atuante em instituições sócio-assistenciais, de natureza governamental, ou não-governamental filantrópica ou particular. Não obstante a diversificação da natureza das instituições, em seu conjunto este trabalhador tem como patrão o Estado pois, mesmo quando atua em instituições não-governamentais, o faz mediante convênios ou cessão de pessoal com ônus para o Estado, logo, é este que paga seu salário. O trabalho concreto, útil e particular dos assistentes sociais, na divisão social de trabalho, ocorre na reprodução das relações sociais, mediada pela produção e prestação de serviços sociais. Neste sentido, suas atividades situam-se na posição teleológica secundária (Lukács, 1981), através da qual o processo de objetivação se dá no nível de uma ação nas consciências dos indivíduos, na sua forma de ser, pensar, agir e ver o mundo. Este trabalhador assalariado, ainda que se situe como qualificado e porte um título de nível superior, tem sua atividade caracterizada pela provisoriedade e pelos baixos salários.

Há ainda uma outra questão referente à provisoriedade, e sua repercussão no fazer-profissional deste trabalhador, que se consubstancia na temporalidade restrita, própria à cessão de pessoal. Considere-se que a situação de trabalhador volante ou provisório está relacionada à pressão de um mercado de trabalho que, a cada dia, reduz a oferta de empregos para todos os segmentos profissionais.

Não se trata pois, apenas do profissional de Serviço Social que enfrenta tal distorção.

A questão salarial é denunciada por todos os sujeitos, ainda que tal denúncia assuma formas e graus de intensidade diversos. A ela articula-se, em todos os discursos, a insatisfação, a desesperança, o desestímulo, a competição, a hostilidade e tantas outras formas de (re)ação frente ao aviltamento do fazer-profissional que os define.

"Eu recebo R\$ 250,00. Se fosse pelo dinheiro/ eu, ah! (estalando os dedos) já tinha 'caído fora' há muito tempo! Mas não é pelo dinheiro. É pela minha profissão mesmo" (E2 CATu. E)

"Eu recebo pelo meu cargo técnico, uma gratificação que/ que dá (PM). O meu salário dá R\$1000,00, os dois juntos (PP) Então... Realmente (PM) É uma exploração, não é? A gente tem que cumprir duas tarefas totalmente distantes: a coordenação técnica e administrativa da casa" (E8 CAnt. C/E).

Nos discursos dos sujeitos, qualquer que seja o currículo de sua formação ou a atividade que exerçam dentro das instituições, a desvalorização de si associa-se, de modo invariante, ao desvalor atribuído socialmente a seu fazer-profissional, concretizado nas condições de trabalho e no salário. Na busca de anular ou suprimir o desvalor, estes profissionais tentam afirmar uma positividade que se expõe no amar, no identificar-se com o trabalho, no realizar-se profissionalmente, reduzindo, neste deslocamento, uma questão social à responsabilidade do indivíduo isolado.

"É gratificante o trabalho que a gente desenvolve! A gente termina se esquecendo da parte financeira... [...] Se a parte financeira pesasse eu já teria saído! Mas o trabalho é gratificante que supre as necessidades... E eu me realizo profissionalmente" (E8 CAnt. C/E).

"Eu me identifico muito com o trabalho. Eu vejo que eu cresci [...] Agora existe/ claro que existe dificuldade. O salário é muito baixo, sabe? Não tem nem estímulo para você.... Se você for olhar realmente, eu trabalho porque eu gosto! Porque me identifico com o trabalho!" (E30 CATu. E).

"Apesar de ser mal remunerada... Não ser reconhecida como de direito... Mas eu gosto/ e eu não faço por dinheiro. O salário da gente hoje é em torno de... R\$250,00 (PM) [...]. Eu gosto/ eu gosto de fazer bem feito!" (E2 CATu. E).

Ao tentarem reduzir o conflito no qual se concretiza a relação trabalho x salário, deslocando-o numa pretensa positividade, os sujeitos diluem o conteúdo do trabalho, e seu movimento, nos quais estão implicados, necessariamente, tanto a sociabilidade quanto a comunicabilidade existente entre os sujeitos, num contexto de relações sociais concretas de produção. Há um processo de alienação e estranhamento na positividade desses discursos - abstratos e ideologizados pelos sujeitos - que se pode inferir dos próprios mecanismos de defesa, estrategicamente utilizados para camuflar a insatisfação pela desvalorização de sua força de trabalho, abafar todo e qualquer questionamento face ao salário, de forma que seu emprego não seja ameaçado.

A profissão que ambigualmente lhe dá status ao se concretizar num contrato e lhe nega status ao definir seu espaço salarial, teve um custo que remete

a lutas e sonhos passados e compromete os futuros. Não pode ser deixada, pois seu custo atualiza cobranças. De forma sutil, o que está em jogo é o valor de sua força de trabalho: ele a vende em troca de um salário e por esta razão exerce a profissão; constata, na prática, que seu salário é irrisório, o que o leva a questionar sobre o desvalor que lhe é atribuído. Eis por que passa a afirmar valores individuais, como *gostar, identificar-se, crescer na profissão*, colocados em termos gerais, para anular O desvalor que se concretiza no salário.

Identifica-se a invariância de uma contradição: de um lado este profissional sabe, e o afirma reiteradas vezes, que lhe cabe, como trabalhador, obedecer à lógica dos processos de trabalho definidos pela instituição que o engaja e que se concretizam no conjunto de funções hierarquicamente definidas, nas tarefas elencadas e nas condutas preconizadas; ao mesmo tempo, a vivência cotidiana o espelha como um trabalhador negado em sua subjetividade e nas condições objetivas que se lhe fazem necessárias, ou seja, no concreto do seu fazer e do seu sobreviver.

Há uma insistente esperança de que os esforços despendidos no processo, formativo possam trazer algum retorno de que o sonho da ascensão social se concretize. Note-se que a escolha de uma profissão de nível superior, com frequência, tem implicada em si a busca, subjacente ou explícita, de uma ascensão social. Assim sendo, mesmo mal-remunerado e com péssimas condições de trabalho, o fazer-profissional do sujeito precisa ter um espaço de positividade garantido, vez que se constitui num atestado de sua inserção no grupo seletivo de intelectuais graduados na academia, ainda que, para subsistir, ele precise exercer outras atividades paralelas para aumentar a renda.

Diante deste contexto, que aponta com contundência para a desvalorização social da profissão, compreende-se a quase invariância, no conjunto das entrevistas, da afirmação da positividade do próprio trabalho, associando-o a um movimento individual de amor, no qual o ganho é a realização profissional e a satisfação, em oposição à relação trabalho x salário que intentam anular

Invariantemente, ao tentar explicar a desvalorização social da profissão em relação à de outros profissionais, os sujeitos aproximam ou aludem referências quanto à clientela; alguns chegam a desenvolver comparações entre o salário que recebem, o respeito e o prestígio de que gozam e o que é atribuído a outras profissões, menos importantes em termos das finalidades das Instituições em que trabalham, porém com um piso salarial muito maior e sendo mais valorizados.

Os assistentes sociais são mal remunerados em relação aos outros profissionais, mas também, mesmo em instituições diretamente ligadas a sua área específica e nas quais tem responsabilidades decisivas, o espaço valorativo que lhes é atribuído é diverso e menor do que aquele que envolve engenheiros e médicos, por exemplo.

"O assistente social tem um papel muito importante! Só falta o reconhecimento na parte da remuneração (PP). Numa instituição que é eminentemente de Serviço Social, o engenheiro ganha mais do que um assistente social! Porque tem uma lei que ampara o engenheiro. O piso salarial dele é de oito salários mínimos. E a instituição paga os oito salários ao engenheiro, mas paga só dois e meio ao assistente social... (PM) Todos os profissionais têm o seu valor... Mas nessa estrutura, eu

acho que deveria haver um reconhecimento maior da nossa categoria [...] Cabe a gente a responsabilidade, sobre todas as crianças e adolescentes que chegam aqui! Da gente emitir o Parecer Social sobre aquela situação social (PP) Embora à luz de outros pareceres [...] Na hora do Parecer que decide a vida de um usuário, vai pesar muito o Parecer do assistente social" (E13 CAnt. C).

A defasagem entre o salário do assistente social e o do engenheiro ou do médico, numa instituição na qual o trabalho efetivo é feito, quase que exclusivamente, pelo primeiro, mais que estranheza, causa indignação e revolta.¹⁰ As falas anunciam e denunciam, um valor que não é reconhecido mesmo por aquele que fala; um valor que não se faz reconhecer, nem faz por onde ser reconhecido, o que concorre, na verdade, para a desvalorização desse valor. Desvalorização de um valor que não se constitui valor no contexto sócio-político, por não concorrer, no conjunto das expectativas da classe dominante, como peça fundamental para a manutenção da ordem social.

A DESVALORIZAÇÃO SOCIAL É DO OBJETO E NÃO DA PROFISSÃO.

No caso do objeto de trabalho do assistente social - qual seja, o encaminhamento e a conseqüente busca de soluções para os problemas postos pela questão social, no que tange às crianças e adolescentes em situação de risco e de infração com a lei -, tal valor e importância não são evidenciados porque carregam em si, contraditória e paradoxalmente, as marcas do desvalor que reveste os desvalidos que compõem a clientela com a qual lida em seu processo de trabalho. Que importância tem a situação de Pedrinho - deficiente e abandonado pela sua família, por exemplo - no contexto da sociedade, em suas relações de produção e reprodução, nas quais impera a lógica do capital? As instituições das esferas pública e privada intervêm propiciando condições mínimas de assistência aos deficientes, visto que sua reabilitação, ou não, constitui um peso aos seus cofres. Principalmente porque se trata de pessoas 'pouco' ou 'não-capazes' de se inserirem no processo produtivo e, mediante o seus processos de trabalho, produzirem mais-valia¹¹.

Em conseqüência, o profissional que trabalha com a situação de Pedrinho deficiente, ou mesmo com Joãozinho infrator e Laurinha abandonada, "candidata" à adoção, não vai ter a mesma importância e valor social que tem o profissional que lida com a informática, com a robótica, com a biotecnologia, com a microeletrônica, com novos destaques da arquitetura moderna, no contexto das relações sociais, sob a ótica do capital.

O objeto de trabalho dos assistentes sociais, portanto, não dispõe de uma

¹⁰ Considere-se que se trata de uma instituição de caráter público e de grande porte, no município e no estado, que absorve cerca de cento e dois assistentes sociais lotados na sede central, além de coordenar 6 programas implementados através de unidades e pólos de atendimento distribuídas em todo Estado (Fundação de assistência à Criança e ao Adolescente - FUNDAC, 1999).

¹¹ A criança e o adolescente em situação de risco ou em confronto com a lei, antes de se constituírem em força de trabalho potencial, a ser inserida no mercado, já se constituem em ônus pois, com eles, gastos sociais são empregados, através de medidas instrumentais, na salvaguarda dos interesses não-negociáveis das classes economicamente dominantes.

valorização social que possa ter como resposta imediata uma legislação que garanta um piso salarial igual ou superior ao do engenheiro ou do médico.

De forma efetiva, o salário determina a importância social da profissão e do profissional. Toda a estrutura sócio-econômica do indivíduo tem como base o salário, também porque é ele que vai garantir a vinculação e o acesso deste indivíduo aos bens materiais e simbólicos. Por conseguinte, o valor social do profissional está muito ligado ao salário concreto que ele recebe, mesmo no contexto ideológico, ao mesmo tempo que o valor social da profissão está ligado ao objeto trabalhado pelo indivíduo no contexto da sociedade.

Os dois sujeitos que levantam a questão da defasagem salarial demonstram um nível de criticidade, de concretização, ao falarem da particularidade do seu trabalho. Formados pelo currículo antigo, viveram a experiência de uma vida profissional de dezesseis e vinte anos respectivamente, de modo que a importância do seu trabalho, para eles, tornou-se não apenas uma evidência, mas uma afirmação de vida, em seus discursos. Porém não resulta numa, nem de uma valorização social. Do alto de suas experiências, eles vêem o trabalho do assistente social como importante na estrutura da instituição, pela responsabilidade que assumem face à atuação junto às crianças e aos adolescentes e às suas famílias. Ao mesmo tempo, reconhecem sua capacidade e habilidade no *saber-fazer* profissional para lidar com as famílias, com as crianças e adolescentes-usuários dos serviços por eles prestados. Reconhecem seu próprio espaço de trabalho no âmbito dessas instituições. Embora atuem em integração com outros profissionais, numa perspectiva de interdisciplinaridade, cabe-lhes a maior responsabilidade no trabalho com tais usuários, sobretudo na elaboração do parecer social que incide nas medidas judiciais e determina encaminhamentos psicossociais referentes ao destino das crianças e adolescentes.

É o profissional de maior importância na estrutura do "sistema único do trabalho como todo", afirma um dos sujeitos. Entretanto, no plano geral e concreto, em termos salariais, é desvalorizado pela má-remuneração, por não dispor de um melhor piso salarial em relação ao atribuído a médicos ou a engenheiros, inclusive em instituições cujos serviços têm um caráter eminentemente social; ou seja, em instituições nas quais o Serviço Social se configura como atividade principal, esses profissionais ganham mais que os assistentes sociais: "sobretudo os engenheiros", diz uma das entrevistadas.

É um trabalho digno e importante e os profissionais têm consciência dessa realidade. Mas têm também consciência de que a sociedade não dá a resposta concreta que daria, caso se tratasse de uma das profissões já citadas. Esta resposta levaria ao estabelecimento de um piso salarial que (cor)respondesse ao nível de importância do trabalho do assistente social na instituição. Em função disto, reivindicam uma sensibilização da categoria através do CRESS e, em conseqüência, a sua própria mobilização e organização, na tentativa de recuperar a cidadania profissional, através do salário.

A desvalorização social que se associa em todos os discursos, ao fazer-profissional, é um deslocamento do espaço social atribuído ao objeto do trabalho do assistente social, com o qual ele estabelece seus vínculos: sua clientela ou os

usuários dos serviços sociais.

A problemática da criança e do adolescente em situação de risco, posta na sociedade como uma das expressões da questão social, é o objeto de trabalho destes assistentes sociais. Situados entre os desvalidos e deserdados socialmente, carregam em si marcas de um desvalor social no contexto das relações capitalistas de trabalho. É esta desvalorização social que se incorpora à profissão, e consequentemente ao profissional, em virtude do vínculo orgânico entre esta clientela e o assistente social. Nessa relação, a não-valorização do objeto de seu trabalho sutilmente estende-se a este fazer-profissional e a seus espaços sociais. Este movimento está presente mesmo que com frequência de forma velada, em todos os discursos dos entrevistados.

A PROBLEMÁTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, COMO É VISTA NOS DISCURSOS DOS ASSISTENTES SOCIAIS?

Os discursos anunciadores e denunciadores - apontam certa aproximação entre ambos, assistente social e usuário, enquanto sujeitos desapropriados do exercício de reconhecimento de seus direitos pela sociedade, em seu FAZER e em seu VIVER. Como tais, ambos são vítimas de um violento caráter alienador, configurador da corroboração das contradições sociais. O fazer-profissional destes sujeitos, limitado pelas péssimas condições de trabalho, diminui seu alcance e frustra objetivos, propósitos e intencionalidades. Sua clientela, inscrita num quadro demarcador de miséria e condição sub-humana, assim é vista enquanto resultado da falta de uma política séria e comprometida com a assistência social, ainda que, para alguns, esse estado possa ser explicado por reducionismos que culpabilizam as próprias vítimas, camuflando ou negando causas estruturais.

"Na maioria das famílias a carência econômica leva essas famílias também a não terem como realmente manter esse filho no seu convívio! A maioria desses abandonados expressa uma questão social aí posta! (PM) É uma questão toda que passa pela situação dos pais, dos recursos. As famílias, cada vez mais empobrecidas!... Não têm trabalho/os pais que trabalharam não têm acesso nem ao mercado informal." (E8. CAnt.).

A realidade de pobreza é pontuada e denunciada, ao mesmo tempo que se revela a angústia do profissional, ao ver a inutilidade das próprias iniciativas e esforços: as possibilidades de solução lhe escapam das mãos.

"A gente sofre muito aqui. A gente vê os programas sendo distorcidos!...[...]. Eles são criados para adolescente carentes, de renda máxima até 2 salários mínimo, e não é isso que acontece! (PP) Na verdade, eles são desviados para outras pessoas que têm padrão de vida melhor. [...] Temos um projeto que foi criado para os filhos de presidiários. Então a nossa clientela de lá são meninos, com "N" problemas, sabe? É... de iniciação a roubo, à droga (PP) Os funcionários que trabalham esses adolescentes não têm nenhuma capacidade.[...] a maioria não tem nem o 2º grau (PP) [...] A situação dos pais é uma desintegração da família total. O pai é alcoólatra, a mãe é

separada, é o pai bate no filho, o padrasto bate no menino, o menino vai para rua, passa uma semana sem ir em casa.[...] Então eles não tem nenhum apoio familiar" (E2. Catu..E)

Ao marcar-se num sujeito coletivo ("...a gente ") esse sujeito divide, ao mesmo tempo que soma, as dores instituídas pela vivência de um cotidiano assinalado(regulado) por um conjunto de arbitrariedades expressas pelos desvios dos programas destinados à criança e ao adolescente ("...sofre muito aqui(...) os programas distorcidos... desviados para pessoas... têm padrão de vida melhor").

Tais distorções, ao lado de outros problemas citados(roubos, drogas, alcoolismo, aids, prostituição) compõem uma rede de indefinidas somas geradoras de uma situação social, cuja problemática se configura como não-quantificável em sua dimensão ("... é... são N - problemas..."), dimensão essa que o atinge no que tange ao alcance do seu poder de decisão, traduzindo-se por isto num quadro que é comum a ambos - assistente social e clientela.

Na relação "programas distorcidos", "adolescentes carentes", (...) "vida melhor", "funcionários não têm/ nenhuma capacidade"/ "família desintegrada"/ "nenhum apoio familiar", percebe-se que, quando os substantivos determinam, os outros elementos adjetivos o indeterminam; numa relação inversa, os demais elementos do texto realçam a indeterminação, determinando-a, o que se torna patente através de um discurso geral e abstrato. Não obstante o sujeito se mostre detentor de certa visão crítica ("...eles" são desviados para pessoas ... padrão de vida melhor, ou "os problemas sociais são demais"), predomina em seu discurso um caráter reacionário, quando atribui a "culpa" à carência, ao abandono, às mães solteiras; ao desequilíbrio familiar, à separação do casal, bem como à falta de apoio familiar e à demarcação geográfica característica das origens das crianças, conforme assim o fizeram: "...são provenientes de onde(...) beira do rio; daquela favelas ali... (E2. Catu..E)". A esse "onde" adverbial, aqui traduzido, configurado e circunstanciado por uma ideológica e denunciadora indagação, associam-se outras marcas lingüísticas de igual nível("...daquelas...ali"). São modalizadores que denunciam um distanciamento, senão caracterizam um olhar evocativo de negação à solução dos problemas que lhes dizem respeito ("distanciando-os em suas origens, distanciando-os nos problemas que até então não eram comuns"), constituindo-se ao mesmo tempo numa marca de identificação da classe social à qual tal clientela é reduzida. São índices aos quais foram impressos reforço e ênfase, num chamar à atenção para o lugar que esse clientela assume no seio da sociedade.

No contexto da análise, percebe-se que esse sujeito coletivo diz de um sofrimento também coletivo, gerado nas entranhas de um programa mal administrado, que termina por exercer influência sobre o sujeito enunciativo, tonando-se assim um sofrer compartilhado; sofrer que se dá a propósito de uma distorção que afeta a materialidade das intenções pré-idealizadas por esse profissional.

Trata-se de um discurso caracterizado por uma linguagem enquanto interação social, em cujo espaço cada palavra emitida expressa o UM em relação com o OUTRO, em que a conformação de cada emissão verbal é construída a partir do ponto de vista da comunidade à qual pertence, sendo quase dominante em todo o trajeto discursivo dos assistentes sociais.

Ao retratar a realidade, suas formações discursivas retratam, igualmente, possibilidades de aproximação entre os sujeitos entrevistados e sua clientela (o que é revelado pelos operadores argumentativos do discurso por eles empregados em suas falas), aproximações estas que os tornam semelhantes em condições de vida - ou de falta de vida (carências) - nivelado-os, ou restringindo-os a um "status" marcado por um aprisionamento engendrado por "faltas". Tal condição é extensiva ao nível do seu fazer-profissional, quando conforma um dizer que, se não é dito pela palavra, mas é ditado pela racionalidade estruturante da instituição. Não obstante, no âmago da negação da realidade se dá a busca de soluções.

Tais características, presentes em todos os discursos, tem nos formados pelo currículo atual uma forma de articulação que os aproxima a todos: as desigualdades sociais são apontadas, com clareza, como determinantes do quadro de miséria em que se insere a clientela e a argumentação vem sempre corroborada com frases ou referências aprendidas na formação. Um comentário se impõe: se o currículo atual não instrumentaliza a ponto de subsidiar o sujeito para desvendar, problematizar, criticar e propor, ao menos lhe permite ter maior clareza e facilidade de expressão nas referências às contradições que analisa. Note-se, também que, embora não fosse finalidade da formação oferecida pelo currículo antigo uma proposta crítica, os assistentes sociais formados pelo mesmo construíram, em seus discursos, problematizações mais ou menos complexas acerca da situação da clientela, integrando informações e experiências construídas no seu viver e no seu fazer-profissional. Ou seja, este saber foi mediatizado pelo fazer, enquanto trabalho, espaço e meio do aprender que, necessariamente, tem vínculos com o viver.

FAZER-PROFISSIONAL: ANGÚSTIA DE LIMITES

As representações sociais dos profissionais de Serviço Social, acerca do fazer que lhes é específico, são sínteses que polarizam, neste objeto, informações, experiências e vivências diversas. Nesta perspectiva, é fundamental considerar a questão da instrumentalidade, no contexto da lógica dos processos de trabalho que dão forma a este fazer-profissional. Tal posicionamento ancora-se na afirmação de que toda objetivação humana exige meios, instrumentos e modos específicos para se concretizar (Marx, 1985). O primeiro ato histórico dos homens se encontra na atividade direcionada a produzir meios de existência, possíveis de atender suas necessidades. Meios que os mobilizem, uma vez que a "(...) cada nova fase da divisão do trabalho determina igualmente as relações dos indivíduos entre si, no que se refere ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho" (Marx e Engels, 1984, p.29).

Entende-se, nesta reflexão, que os instrumentos interpõem-se entre o homem e o objeto, como condutores de sua ação. Têm, então, um caráter mediador, enquanto funcionam como extensão do homem, precisando ou ampliando seus gestos e lhe possibilitando a ação de se objetivar. O instrumento permite, através do trabalho, transformar a reflexão não-materializada em objetivação. Como afirma Codo, "(...) o instrumento viabiliza a intervenção do Homem em toda a sua História, pela via da atividade, o machado aperfeiçoado pelo meu sucessor transforma o homem individual em ser genérico, a evolução dos seu gesto traz em si a revolução da

Humanidade. Através do instrumento de trabalho o homem transforma a história dos homens e é transformado por ela" (Codo, 1995a, p.53).

Significa dizer que, no ato da objetivação do homem, integram-se, tanto objetiva, quanto subjetivamente, determinações genéricas que correspondem ao desenvolvimento alcançado pela humanidade em cada momento histórico. O homem as torna linguagem e, como tal, porta suas marcas e as expressa. Note-se que a linguagem, como processo e instrumento, (re)organiza as relações sociais dos homens entre si, atuando "(...) prioritariamente como um instrumento de intervenção no outro ou do outro em mim" (Codo, 1995a, p.53). Neste sentido, os atos de trabalho só ocorrem no interior das relações sociais; logo, só podem vir-a-ser através da linguagem. É, portanto, através do trabalho, que o homem se realiza (Lane, 1995a, p.32), não só por meio da ação, mas também pela linguagem, processo em ato que lhe permite agir ampliando as dimensões de espaço e tempo na produção de sua existência.

A atividade implica, portanto, indissociavelmente, linguagem e consciência. Os instrumentos de trabalho, por sua vez, enquanto mediadores, articulam continuamente, reflexão e materialização, mobilizando o aprender: "(...) o uso de meios de trabalho realiza a volta completa, promove a consciência da qual é produto, produz a consciência que promove (Codo, 1995a, p.53 e 54).

São estes pressupostos que sustentam a articulação entre viver e aprender e permitem situar a educação "(...) no concreto dos homens que a fazem, ao se fazerem em diferentes dimensões e níveis. As sínteses são construídas por estes homens, a um tempo espelhando o que são, ou o que tem espaço social para ser, ao mesmo tempo que sinalizando o que poderiam ser" (Allouf e Madeira, 1995, p.13).

Através deste conjunto argumentativo, afirma-se a condição de possibilidade de cada homem, nas relações sociais, (re)pensar e (re)criar o mundo e sua história como ser social ativo, que apreende e reaprende, num processo contínuo de se educar em suas atividades cotidianas.

Estas reflexões permitem pensar os instrumentos técnicos e operativos, presentes no trabalho do Serviço Social, como elementos necessários à objetivação deste fazer-profissional: compõem o seu projeto profissional e são definidos, sobretudo, a partir das demandas postas à profissão. Frente a estas demandas, os profissionais definem objetivos e finalidades, tendo em vista o objeto-alvo e os meios pertinentes e disponíveis. Logo, estes últimos não podem ser relegados a um plano secundário, pois isto significaria destitui-los de seu significado, do sentido que assumem no contexto das ferramentas pertinentes ao desenvolvimento dos processos de trabalho.

Considere-se, outrossim, que são as instituições que dão materialidade ao fazer-profissional dos assistentes sociais. Este fazer, no que tange à Política de Assistência à Criança e ao Adolescente, é impensável fora das instituições que contratam o profissional, sejam elas públicas, privadas ou ONGs. Como assalariado, esse profissional depende, portanto, de uma relação de compra e venda de sua força de trabalho especializada, pelas instituições que a demandam em troca de um salário.

São estas instituições que detêm os meios e recursos indispensáveis à realização deste trabalho, ou estão socialmente credenciadas para os buscar; significa dizer que, substantivamente, os meios que integram a produção em serviços, encaminhada pelos assistentes sociais, pertencem ou foram alocados às instituições

que os contratam; os instrumentos e técnicas próprios a este fazer-profissional passam a integrar os meios de trabalho da instituição, dentro da lógica de seus processos de trabalho. A matéria-prima, ou objeto destes últimos, é constituída pela problemática da criança e do adolescente subalternizados, excluídos, abandonados, infratores, deficientes, menores de ruas, crianças entregues para adoção, e outros. Esta problemática constitui-se alvo de atenção dessas instituições, em função de uma proteção especial, de uma reabilitação, de uma profissionalização, enfim de uma ação sócio-educativa à população infanto-juvenil.

O assistente social, ao fazer parte da força de trabalho especializada dessas instituições, toma tal problemática como objeto de sua atenção profissional; ela passa, portanto, a integrar os meios de produção utilizados por esses profissionais no seu trabalho, enquanto inseridos no âmbito dos processos de trabalho destas instituições. Tal inserção não se faz sem diversas ordens de contradição, ressentidas e, invariavelmente, explicitadas ou aludidas nas entrevistas.

"A gente vai fazer uma visita domiciliar, e esbarra no administrativo(PP) O Assistente Social está lá... Disponível pra fazer o trabalho dele, mas às vezes os meios pra executar aquelas atividades, não têm... fica dependendo do administrativo. A máquina do Estado ainda é muito pesada nessa área do administrativa[...]. É enferrujada, velha e a gente trabalha com uma sociedade dinâmica que todo dia está mudando. A gente faz estudo de um caso. Três meses depois que passamos no Juizado já é outra situação diferente. É muito dinâmica a parte social.[...] A burocracia nunca acompanha, há um descompasso entre a infra-estrutura e a necessidade do trabalho, no seu atendimento (E13 CAnt. C).

Qualquer que seja a posição dos sujeitos na hierarquia, seus discursos questionam, de forma recorrente, o descompasso entre as necessidades do seu trabalho e as condições para desenvolvê-lo; ou seja, estes discursos apontam para o movimento pelo qual as instituições, nos processos de trabalho que as caracterizam, determinam os limites dos fazeres-profissionais que integram. A visita domiciliar, o planejamento, o estudo de caso, o atendimento individual, o encaminhamento e tantos outros instrumentos e recursos utilizados pelo assistente social, na mediatização do seu fazer-profissional, são circunscritos e definidos nestes processos de trabalho, subordinados às condições, prioridades e interesses que legitimam o espaço da instituição que o contrata, em relação à totalidade social mais ampla. O fazer-profissional dos assistentes sociais, ao se organizar conforme o movimento e a dinâmica dos processos de trabalho das instituições contratantes, é reconfigurado e ressignificado, no mesmo dinamismo em que esta força de trabalho é acionada.

É neste sentido que se pode falar da inserção do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho.¹² A força de trabalho do assistente social, como uma das especializações do trabalho coletivo, constitui-se, nessa ação cooperativa, "(...) como

¹² Nesta divisão, o Serviço Social aparece como uma das especializações do trabalho coletivo, organizado de forma cooperativa em equipes de trabalho responsáveis pela estruturação e concretização dos programas e projetos institucionais. Segundo Marx (1985, p.374) "Chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes mas conexos".

partes do trabalho total, diferentes fases do processo de trabalho, percorridos mais rapidamente pelo objeto de trabalho em virtude da cooperação" (Marx, 1985, p.375). Significa dizer que seu fazer, como uma das formas legítimas de intervenção face à problemática da menoridade carenciada de Assistência Social, constitui parte integrante de uma ação conjunta, a qual combina vários fazeres-profissionais, de forma coletiva, tendo em vista a produção de um determinado serviço, consumido pelo usuário, enquanto ocorre sua produção (Wanderley e Silva, 1973, p.160). Significa também afirmar que esta combinação de fazeres se faz no dinamismo sócio-histórico de uma dada totalidade social, em relação à qual são circunscritos seus espaços e sentidos.

Nesta perspectiva, é interessante observar que, qualquer que seja o currículo no qual os profissionais foram formados, é invariante, nos discursos dos entrevistados, a associação entre o fazer-profissional e a necessidade de esforço para o enfrentamento das condições de trabalho adversas. Como variância, destaca-se que, no caso dos formados pelo currículo atual, conseqüentemente com menos tempo de serviço, esta necessidade é construída pela recorrência de hesitações, pausas, frases incompletas e estilo cumulativo mas, sobretudo, pelo uso de marcadores de tempo que, implicitamente, deixam entrever limites; através deste recurso, ao falarem da continuidade de uma luta, estes sujeitos dizem de seu cansaço, do desânimo que se infiltra e de um prazo que não se coloca em termos explícitos. As representações do fazer-profissional, neste caso, tornam-no algo que, contraditoriamente, mobiliza os sujeitos e os frustra; algo em que ambigüamente se engajam, já distanciados.

"A gente vê ainda a viabilidade do trabalho. Agora, o nosso grande problema hoje... é você não ter recursos humanos (PM) Nós não temos pessoas capacitadas que tenham condições de trabalhar. [...] Começar pela Equipe Técnica e também pela base... A base é necessária, mas se a gente tivesse na orientação também uma boa Equipe Técnica! (PP). A gente ainda está tentando arrumar (PP) A parte mesma administrativa que não funcionava (PP). A nível de documentação, de registros nada disso estava funcionando (PP) Então a gente está resgatando isso (PM) Depois da gente fazer essa parte / Paralelo a isso a gente ainda está tentando articular todo o trabalho da instituição" (E29 CAtu. C).

Cansaço e desânimo também estão presentes nos discursos dos que foram formados pelo currículo antigo, com mais tempo de inserção profissional, mas assumem outra configuração: ou, com menor incidência, perpassam o relato de esforços mal-sucedidos que explicariam uma posição de conformismo, ou se associam à busca de estratégias que permitam fazer face às condições efetivas que demarcam o fazer-profissional. Nestas reações, inexistente a expectativa de que a mudança deste fazer seja dada: é um impossível para os primeiros, e uma construção sem ilusões para os segundos. As representações do fazer-profissional, em ambos os casos, articulam-no ao cansaço diante da precariedade das condições de trabalho; para uns, este cansaço é conclusivo, enquanto que, para outros, os compele à descoberta de formas mais pertinentes de luta, ou seja, à construção de um saber mais efetivo acerca do concreto e de suas relações. Note-se que estas representações não aparecem de forma direta e linear. Fazem-se presentes nas

sutilezas das transformações através das quais o processo discursivo vai atualizando valores e símbolos, demandas formuladas em esperanças, e frustrações captadas nas frases inconclusas, nas mudanças de estilo, ou em outras figuras que possibilitam o dizer sem a responsabilidade do falar.

É importante considerar que a fragmentação dos processos de trabalho das instituições é corroborada pelas relações que estas precisam manter com diversas instâncias da totalidade social, como forma de viabilizar a consecução de seus objetivos e propostas. Os recursos para seu funcionamento advêm de projetos a serem negociados com diferentes organismos. Estes têm prioridades e normas às quais os projetos devem se ajustar, independente das necessidades e interesses definidos pelas instituições. Como estas últimas precisam de recursos para subsistir, tal ajustamento torna-se uma urgência.

"Eu fui refletindo nesse sentido de buscar alternativas... E formas... Tem hora que a gente se sente assim... impotente porque (PP) Tudo depende de recursos! De onde eu vou tirar recursos? De onde é possível uma instituição ir buscar recursos? Um recurso que venha de forma certa" (E16 CATu. C).

A possibilidade de solução de continuidade de atuações consideradas importantes, a variabilidade das proposições dos organismos entre si e ao longo do tempo, geram uma situação de dependência e de instabilidade que, não só fragmentam o fazer-profissional no espaço da instituição, como ratificam esta fragmentação no contexto da totalidade social mais ampla.

"... a parte da direção técnica é mais ligada à parte de convênio... Projetos... A gente sempre tem convênio com a Secretaria de Educação do Município e do Estado. [...]. Nós temos um convênio com o SUS [...]. Temos um convênio também com a SETAS [...] Nós atendemos 120 crianças da SETAS, e a SETAS paga pra gente esse tratamento. [...] Temos também convênio com a FUNDAC. Fizemos agora convênio com a Secretaria Municipal de Saúde.[...] Ela pagar para gente atender as crianças que ela encaminhar [...] Nós temos também convênio com o MEC. São liberados pelo MEC tantos por cento de dinheiro para recuperação de escolas, aquisição de material didático pedagógico, construção de salas, aquisição de equipamentos. Destes projetos são feitos os convênios." (E22 CAnt. C).

Esta e outras falas dos entrevistados espelham as estratégias pelas quais as instituições tentam organizar seu processo de trabalho, de acordo com as diretrizes e objetivos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - mas, ao mesmo tempo, têm presente as possibilidades e condições para a obtenção de recursos. Para a implementação da Política de Assistência à Criança e ao Adolescente, os programas e projetos são criados, as sedes ou unidades instaladas, mas os custos devem ser negociados com órgãos provedores. Desta negociação depende sua viabilização. Deve-se considerar ainda que, além de exigências e prioridades específicas, estes órgãos nem sempre repassam os recursos acordados, com a periodicidade necessária que fora estabelecida.

"O repasse é feito de forma muito atrasado... Chega uma parcela... A outra parcela vem chegar não sei quando... Então você termina ficando três meses, dois meses fazendo

atividades que deveriam ser de quatro meses, e passando três meses sem nenhuma atividade, porque não tem recursos. Aí chega de novo... Assim... Em cima! Para você prestar conta urgente! Aí você em dois meses tem que dar conta de um recurso, para gastar todinho" (E2 CATu. C).

Sem os meios de trabalho, torna-se impensável o fazer-profissional, ou seja, a ação do assistente social, bem como a dos outros profissionais envolvidos; ao mesmo tempo, sem essa força de trabalho contratada pelas instituições, o trabalho não poderia ser realizado, portanto não seria objetivado. As análises das entrevistas e das observações permitiram captar a importância da participação dos assistentes sociais na obtenção destes recursos e na organização e sistematização dos serviços prestados nas instituições, em função de sua materialização; o que na verdade amplia a participação dos assistentes sociais na gestão, organização e sistematização das políticas sociais implementadas nas mesmas. Ao mesmo tempo, fica evidente o fantasma, sempre presente, da descontinuidade desta implementação, limitando e dificultando os fazeres-profissionais envolvidos.

As referências à falta de condições objetivas para que as instituições nas quais trabalham concretizem as finalidades que as credenciam é uma invariância, quer sejam os entrevistados formados pelo currículo antigo ou atual, quer estejam em função de coordenação ou de execução. Estas referências articulam-se às representações sociais do fazer-profissional, situando o desânimo e o cansaço no cerne da contradição entre a valorização deste fazer e sua desqualificação.

Nas instituições que se ocupam da Assistência à Criança e ao Adolescente, são os profissionais em funções de coordenação ou de assessoria que, de modo particular, se ocupam da elaboração dos Projetos a serem encaminhados para a solicitação de financiamento. A análise das entrevistas destes sujeitos permitiu apreender a invariância da angústia e da insatisfação com que vão sendo construídas suas andanças nas trilhas das possibilidades, das negações, das buscas, das incertezas, das tentativas e dos desafios, sobretudo!

"Nós temos hoje, em dia de negociação, oito projetos[...]. Na hora que se estabelece um convênio com a SUDENE, é preciso que se tenha um projeto para aquilo, que é exclusivamente com os trabalhos de adolescentes [...] Inclusive coisas que a gente solicitou, eles acham que não devem.[...] A gente queria que esses meninos aprendessem a lidar com o computador[...]porque o mercado de trabalho hoje exige[...]. Nós incluímos e foi questionado pela SUDENE. Eles entendem porque é com adolescentes mais carentes e tal... Não tinha porque essa solicitação/ Do mesmo jeito foi com o Inglês! É um exemplo concreto! Nós colocamos no projeto aula de Inglês pra esses meninos. A SUDENE rejeitou assim, de cara, sabe? Nós não ficamos conformados e fomos à SUDENE e negociamos isso. Fomos mostrar/ porque hoje nós somos um polo turístico! Nós temos um projeto aqui, "guia mirim". O guia- mirim, ele vai lidar com turistas! E o básico, ele vai ter que entender o que o turista fala. Então, convencemos a SUDENE de que não se pode dar treinamento para um guia-mirim trabalhar num hotel de cinco estrelas e lidar com turistas, se ele não tem o básico de Inglês. [...] Os outros projetos a gente vai negociando." (E12 CAnt. Ass).

O desenrolar das proposições e seqüências do discurso deste sujeito deixa entrever o esforço para fazer reconhecer a validade de iniciativas visando a um atendimento mais efetivo da clientela, considerando suas necessidades e a crítica à recusa que inviabilizou proposta considerada importante. Ao mesmo tempo, evidencia-se a situação de dependência na qual a instituição é colocada pois, os recursos para a realização de iniciativas que fujam à rotina, devem ser obtidos mediante a negociação de projetos, o que leva à multiplicação destes e, conseqüentemente, à fragmentação e à pulverização de esforços.

Ao mesmo tempo, a análise dos discursos dos sujeitos foi levantando outra nuança relacionada à questão dos recursos: as estratégias de que lançam mão as instituições para conter os gastos. A fragmentação do fazer associa-se à do saber, ratificando limites e subalternidades. Fixam-se dois campos antagônicos que, sutilmente, corroboram as distâncias entre os que estão na execução e os que detêm o poder (e o saber) nesta estrutura hierarquizada e fragmentada. Estes últimos confundem-se com a própria instituição, enquanto são vistos como defensores dos interesses desta, colocados como opostos aos dos que estão na execução e aos dos próprios usuários dos serviços a serem prestados. Neste contexto, um novo nível de limites se impõe, restringindo as condições de concretização dos fazeres-profissionais, tornando-os dependentes de critérios que não se explicitam ou assumem.

"A questão da instituição e dos limites que ela tem pra gente. [...]. Até porque ela depende das verbas repassadas pelo Estado (PP) E a gente tem que trabalhar dentro desses limites da instituição. Agora (PP) Tem os limites da instituição e tem os limites que a instituição coloca pra gente. E tem uma diferença séria!... Os limites dela tem uma margem maior do que elas impõem pra gente (PP) Como eu tinha falado anteriormente, tem a questão de lutar pelos recursos[...] Muitas vezes a gente sabe que tem esses recursos, mas a instituição diz não tem. Então você tem que saber realmente (PP) se tem aquele recurso, se existe... Tem que ter uma firmeza, uma certeza que tem, e que você tem direito de usufruir daquilo ali para atender à população" (E3 Catu. E).

Tais limites articulam-se à desconfiança e à estranheza que marcam as relações nestes espaços profissionais, sob um manifesto entendimento. Relacionam-se ao desestímulo e à desesperança frente a um cotidiano no qual é obstaculado o próprio fazer que, em tese, o profissional é convocado a realizar. Relacionam-se também, ao sentido do objeto deste fazer. A dinâmica dos processos de trabalho que integra, a desvalorização, concretizada em termos de salário e da precariedade das condições de trabalho, lhe espelham uma imagem de si profissional que o aproxima do espaço social e simbólico deste usuário, do qual pretende e precisa se demarcar. Este movimento contraditório de aproximações e demarcações deixa entrever a configuração mais profunda dos limites simbólicos construídos historicamente nas relações sociais concretas de uma totalidade social.

FAZER-PROFISSIONAL: UM APRENDER MULTIFACETADO

Na multiplicidade dos fazeres que são convocados a exercer, por força da organização da lógica de suas instituições, o assistente social revive e renova,

a cada experiência concreta de trabalho, o seu saber-fazer, concorrendo para revitalizar seu espaço de trabalho através da configuração de um saber que se estabelece pela reorganização de informações que trazem, atreladas a si, a atualização de novos saberes construídos em espaços, tempos e relações diversas.

Na experiência concreta de seu trabalho, lhe é possibilitada a construção de uma nova orientação para o seu fazer, do qual emerge um novo saber que o faz (re)significar suas ações profissionais cotidianas. Neste processo estão suas relações e sua individualidade: trata-se de um saber-fazer fruto de uma construção coletiva que traz em si a marca de uma singularidade, caracterizada simultaneamente, em sua natureza, como múltipla e provisória, visto submeter-se a uma constante e freqüente reconsideração à luz de cada nova descoberta.

Na assunção de seu fazer-profissional, que nas representações sociais torna-se saber do fazer estão "anúncios" e denúncias de uma realidade consubstanciada em contradições e paradoxos, espaço de aprendizagens sofridas, marcadas pelo desvalor e pelas desigualdades sociais marcadamente expressas na exploração. Nessa, convivem atos de leituras e atribuições de sentidos diversos: enquanto uns se consideram trabalhadores aviltados em suas condições objetivas de trabalho, outros demonstram um aprender potencializador de um saber-fazer que omite as contradições sociais e, outros ainda, representam-se com trabalhadores aviltados, mas tornam seu saber-fazer instrumento que desvela, no fazer-profissional, o que é socialmente negado; e assim fazendo, estabelece alianças e fortalece vínculos históricos.

O aprender no trabalho levou os sujeitos a potencializarem um saber ao qual tentam garantir coerência pela negação das contradições ou sua supressão. Cabe considerar, ainda, que onze, dentre os sujeitos entrevistados, independente do currículo de formação e de se distanciarem da clientela, articulam, de modo explícito e coerente, a situação desta última às condições sociais e econômicas do país.

"As políticas sociais estão longe de serem implementadas realmente de forma séria... Com compromisso... Sendo vista como prioridade, como um direito do cidadão. (PM) [...] O descaso que a gente ainda presencia dos governos com a assistência, com a população, com o cidadão, com o serviço público, que para eles nem são cidadãos! São pessoas pra quem qualquer coisa é suficiente... Não têm nada, e qualquer coisa é bastante (PM). E a gente escuta esse tipo de coisa (PM) de forma freqüente, no âmbito das instituições públicas" (E16.Catu. C.)

O esforço analítico para a compreensão desta variância levou a concluir que os critérios de constituição do grupo metodologicamente representativo - GMR não poderiam servir de pistas explicativas, pois tal configuração independia do tempo de formado do sujeito, do currículo de formação e do tipo de atividade que desenvolvia (coordenação, assessoria ou execução). A análise dos discursos dos sujeitos mostrou, portanto, que se não há uniformidade nas representações sociais, as diferenças não são reguladas necessariamente pelo currículo de formação ou pelo tipo de atividade desenvolvida pelo sujeito. Os formados pelo currículo antigo não apresentam posicionamentos mais conservadores, a-

históricos ou acrílicos, se comparados com os formados pelo currículo atual, como uma estereotipia ligeira poderia levar a crer. Tudo o que caracterizou e distinguiu uma formação vai sendo reconfigurado, na prática, pelas definições dos processos de trabalho das instituições.

É a lógica que rege estas definições que caracterizam os espaços sociais, simbólicos, próprios a cada fazer-profissional que a instituição integra. É neste contexto que a formação recebida pelo profissional progressivamente irá se alargando em outros aprenderes, sofrendo inflexões diversas ou sendo (re)concebida para responder às demandas concretas que se apresentam. Desse modo, as condutas e comunicações deste fazer-profissional, que não existem dicotomizadas do viver cotidiano dos sujeitos e de seu saber, vão gestando e atribuindo novos sentidos ao fazer-profissional, reconfigurando-o e ao sujeito, seus objetivos e seu próprio objeto de trabalho. Instaura-se um saber do fazer, que supera o saber sobre o fazer. É preciso ter presente, no entanto, que os sujeitos formados pelo currículo antigo, em sua quase dominância, não fizeram alusão às informações recebidas no seu processo formativo. O aprendizado que realizaram na academia tornou-se distante, longínquo do momento vivido hoje, no fazer-profissional.

As referências à formação profissional se fizeram presentes nos discursos destes sujeitos, quando de alusões a técnicas e instrumentos operativos apresentados como definidores e legitimadores do seu fazer-profissional. As referências a estes instrumentos foram feitas sem qualquer vinculação aos fundamentos teórico/metodológicos que os embasam, numa postura que reflete, com clareza, a proposta pedagógica do currículo antigo, na qual a ênfase era dada ao *como fazer* no exercício profissional. E mais. É interessante observar que, nas entrevistas com os esses profissionais formados pelo currículo antigo, os questionamentos acerca da ausência de relação entre a própria formação e a prática assumem configuração particular. As questões surgidas atêm-se à necessidade de cursos de reciclagem ou de atualização, colocando-a, numa generalização, como comum a todos os que já concluíram sua formação há mais tempo: apontam para a importância de tomarem conhecimento do que, de novo, está sendo produzido na academia, ou afirmam a validade do assessoramento de professores da Universidade, para que se torne possível responder às novas demandas que são postas à profissão.

"Todo profissional precisa de reciclagem (PP) De acompanhamento sobre o que está acontecendo de novo. [...] No ano passado nós começamos um trabalho, foi feito dois dias de estudos, sabe? Com todos os assistentes sociais da instituição assessorados por uma professora de Serviço Social da universidade" (E13 CAnt. C).

Dos quatorze sujeitos que integram o subgrupo dos formados pelo currículo antigo, apenas um profissional explicitou e articulou elementos do seu processo de formação à análise de seu fazer-profissional, reconstruindo criticamente estes elementos. Na construção da representação deste fazer, o sujeito foi revelando sua leitura crítica da realidade e de sua experiência profissional, na medida em que estabelecia mediações entre o já apropriado e o que experienciava. No caso dos profissionais formados pelo currículo atual, as referências ao processo formativo por eles vivenciado eram uma constante. A proximidade desta formação

no tempo, as semelhanças entre sua linguagem e a que circula nos meios profissionais e, até certo ponto, o que é proclamado oficialmente, contribuem para tanto. Não obstante esta referência, os assistentes sociais, ao fazê-lo, assumem uma postura crítica quanto à formação recebida usando, com recorrência, um lugar-comum, a *teoria é uma coisa na prática é outra*.

"A teoria se dissocia um pouco da prática, na hora que a gente está dentro da instituição. A gente às vezes tem vontade de realizar e não faz, até por falta de condições [...]" (E17 CATu. E)

Apontam, portanto, para o distanciamento e, em algumas dimensões, a oposição entre a formação e o fazer-profissional: a dicotomia entre a teoria e a prática. Estes profissionais, ao tentarem concretizar suas idéias - expressão dos sentidos acerca do seu fazer-profissional construídos na formação - sentem uma inadequação (o que aprenderam não lhes dá recursos suficientes para enfrentar o concreto do fazer, com suas exigências e demandas particulares) e se ressentem de uma atualização (precisariam aprender outras coisas para poderem obter a respeitabilidade que pretendem?

"É, vai completar 4 anos agora, no final do ano que terminei o curso. Depois que eu terminei o curso, eu não li mais nada de Serviço Social" (E5 CATu. C).

"A gente precisa de vez em quando se reciclar. O ano passado eu fiquei com duas estagiárias. Eu acho que a Universidade, já que tem o programa de estágio nas instituições, devia também dar oportunidade para os profissionais que estão na base, já que vão repassar esses conhecimentos para outras pessoas" (E17 Catu. E).

As reivindicações por seminários, cursos, assessorias, encontros, a serem concretizados sob a orientação ou direção da academia, são invariantes nas entrevistas e no processo de observação. Tal demanda aponta para a agudização da perplexidade dos que estão no fazer-profissional, para a ausência de reflexão sobre a prática, nos espaços das próprias instituições, para o fetiche de que o saber acerca do fazer é apanágio exclusivo da academia. Promovidos pelas instituições nas quais atuam os assistentes sociais, estes eventos, para terem credibilidade, precisam contar com a participação dos professores e pesquisadores; nesta perspectiva, constituem-se numa forma de legitimar o estatuto de autoridade e superioridade do *saber* sobre o *fazer* constituído na academia, em detrimento de um saber sobre o fazer, apresentado como carente de reciclagem e de sistematização ou de fundamentação - logo desatualizado e inferior -, produzido no cotidiano do próprio trabalho profissional.

Chama-se a atenção para o sutil deslocamento do sentido da interlocução necessária entre o espaço da academia e o do fazer-profissional que se torna subordinação do segundo à dominância do primeiro, ao mesmo tempo que ambos são ratificados em idealizações específicas. Considere-se, ainda, que presente em todos os discursos estão manifestações diversas de um projeto de busca de conhecimentos que possa enriquecer o fazer-profissional, busca esta que extrapola as particularidades do interesse dos formados no currículo atual. Para todos os sujeitos, a Universidade é configurada como espaço por excelência da produção

do conhecimento e do saber sobre o fazer. Logo, a reciclagem e a atualização são apresentadas, por todos, embora que com as particularidades de cada um, como uma necessidade premente para os que estão engajados no fazer; ao mesmo tempo e com igual ênfase, sua concretização é colocada como atribuição exclusiva da Universidade. Se tal invariância traz para a análise o reconhecimento do papel desta última na construção do conhecimento, traz também a negação do valor do saber que se constrói na prática e ratifica a dicotomia entre teoria e prática.

À Universidade é atribuído o estatuto de autoridade no seu papel de produtora do saber intelectualizado, através dos seus professores e pesquisadores. Tal postura ratifica uma imagem social e culturalmente definida, dentro da divisão social do trabalho intelectual e manual: as instituições responsáveis pelo fazer-profissional não produzem conhecimento, cabedo-lhes, tão-somente, aplicar o que é produzido no âmbito da academia; este direcionamento só vem a negar que no fazer-profissional cotidiano, exista um aprender que possibilita, àqueles que nele se engajam, uma capacitação permanente, uma qualificação que torna competente, num outro nível, aquele que trabalha, que age e pensa. O conhecimento construído na experiência do trabalho é permeado de valores, normas, símbolos que marcam as diferentes partes de uma dada totalidade social, caracterizando-se nas relações sociais e históricas, espelhando os interesses hegemônicos. É, portanto, uma construção social, historicamente determinada, que se atualiza a cada momento, no cotidiano da vida social e simbólica dos sujeitos. Integra conhecimento e experiência, ou melhor, reconstrói a ambos: o conhecimento anima-se porque se torna vida na experiência e esta passa a ter, naquele, novas possibilidades de compreensão, de interpretação de explicação.

As sínteses, que continuamente se fazem neste aprender, trazem consigo uma nova qualidade que será superada de forma necessária; sempre renovadas, estas síntese vão, ao mesmo tempo, questionando e encaminhando novas informações, noções, idéias, ideologias e valores que vêm do cotidiano do fazer-profissional. Compreendidos desta forma, o fazer-profissional e o aprender que lhe é intrínseco não são outorgados ao indivíduo, ou a ele inatos. É no cotidiano das relações do trabalho que eles se configuram, sendo apropriados e objetivados nas condutas e comunicações. É neste espaço que o aprender do fazer, enquanto movimento de vida, vai continuamente reconstruindo experiências e incorporando vivências na síntese, sempre provisória, do aprendido.

"[...] eu vejo que eu cresci muito. (PP) Eu não sou de jeito nenhum aquela pessoa que saiu da faculdade, estou muito diferente, sabe?" (E30 Catu. E).

Nas representações dos sujeitos, esse aprender assume diversos caminhos e caminhos diversos, quando abarca noções, pré-noções, valores, conhecimentos, experiências, símbolos e informações orientadores de suas condutas ante seu fazer em relação à clientela, às funções que devem desempenhar na instituição e às suas condições de trabalho. Nas transformações discursivas levam os sujeitos, de modo invariante, a não reconhecerem como próprio ao fazer-profissional do assistente social o exercício de funções administrativas, embora todos admitam, explicitamente, estarem habilitados e capacitados para tanto.

"Desde que eu me formei; durante esses seis anos, só agora que estou assumindo um cargo assim... Uma vice-coordenação. Toda vida fui assistente social e na instituição esses papéis são bem definidos " (E7 Catu. C)".

"Eu acho que é o fato de eu não ter nunca... ter atuado mesmo como assistente social aqui Eu acho que eu atuo como assistente social, mas no conteúdo mesmo de Serviço Social que o assistente tem que fazer, eu nunca fiz" (E5 Catu. C).

Tal postura implica em circunscrever este fazer-profissional à margem das atividades de planejamento, assessoramento, coordenação, gerenciamento ou direção; enfim, em delimitá-lo como marginal às funções administrativas pelas quais os profissionais de Serviço Social participam da gestão e da formulação das políticas sócio-assistenciais, que, historicamente, constituem seu campo de atuação. Nesses discursos, apreende-se, mais que a presença da fragmentação, a redução do espaço social deste fazer-profissional. Este estudo aproxima-se, mais uma vez, da questão do aprender que reconfigura, no fazer-profissional, o saber, ao construir representações deste fazer.

As análises do material coletado nas observações e nas entrevistas permitem captar que este saber não se apresenta linearmente como derivado da formação; configura-se calcado em diferentes ordens de informações, interpretadas por valores, modelos e símbolos que vão definir a ancoragem do sentido atribuído a este fazer-profissional e sua objetivação no cotidiano. Neste processo, informações e experiências, cognições e emoções diversas e contraditórias vão sendo articuladas, atualizando-se nas representações sociais deste objeto; é nesta dinâmica que o fazer-profissional circunscreve-se associado à realização de tarefas pontuais, isoladas, fragmentadas e rotineiras. Estas representações limitam o espaço da profissão e a desqualificam para o exercício de determinadas funções no âmbito das instituições públicas e privadas.

Ressalta-se, portanto, o processo de subjetivação-objetivação-subjetivação, pelo qual os próprios sujeitos reduzem o espaço social e simbólico de seu fazer-profissional. Ou seja, como o saber que se constrói no fazer vai criando e integrando normas e estabelecendo modelos, extensões e limites: neste contexto, o fazer-profissional configura-se como a realização de tarefas determinadas, parceladas, fragmentadas, o que esvazia toda a dinâmica do exercício profissional nas suas dimensões política, social e cultural, mesmo que aspectos destas últimas sejam afirmados. Em associação a isto, considere-se que a organização dos processos de trabalho, no âmbito das instituições em que os profissionais se inserem, distingue as funções em sua hierarquia e atribui, dentre outras coisas, gratificações significativamente maiores que o salário aos que exercem funções de coordenação ou de assessoria.

No processo de observação, foi possível apreender um movimento sutil e persistente de valorização destas funções, em detrimento das atividades técnicas propriamente ditas, a tal ponto que é a própria denominação do cargo que identifica e dá valor ao profissional (coordenador, assessor, diretor), não o fato de ser ou não assistente social.

Note-se que a maior demanda de profissionais, pelas instituições, destina-se ao exercício das atividades técnicas nas equipes interprofissionais responsáveis

pela execução e que estas equipes podem ser coordenadas, ou não, por um assistente social. Neste contexto, a divisão de funções se complexifica, tornando-se polissêmica pela distinção e hierarquia que estabelece, pois passa a apontar para formas de ascensão social em seus mecanismos e processos. Na multiplicidade dos fazeres que são convocados a exercer, por força da organização da lógica de suas instituições, o assistente social revive e renova, a cada experiência concreta de trabalho, o seu saber-fazer, concorrendo para revitalizar seu espaço de trabalho através da configuração de um saber que se estabelece pela reorganização de informações que trazem, atreladas a si, a atualização de novos saberes construídos em espaços, tempos e relações diversas. Na experiência concreta de seu trabalho, lhe é possibilitada a construção de uma nova orientação para o seu fazer, do qual emerge um novo saber que o faz (re)significar suas ações profissionais cotidianas. Neste processo estão suas relações e sua individualidade: trata-se de um saber-fazer fruto de uma construção coletiva que traz em si a marca de uma singularidade, caracterizada simultaneamente, em sua natureza, como múltipla e provisória, visto submeter-se a uma constante e freqüente reconsideração à luz de cada nova descoberta.

Na assunção de seu fazer-profissional, que nas representações sociais torna-se saber do fazer estão "anúncios" e denúncias de uma realidade consubstanciada em contradições e paradoxos, espaço de aprendizagens sofridas, marcadas pelo desvalor e pelas desigualdades sociais marcadamente expressas na exploração. Nessa, convivem atos de leituras e atribuições de sentidos diversos: enquanto uns se consideram trabalhadores aviltados em suas condições objetivas de trabalho, outros demonstram um aprender potencializador de um saber-fazer que omite as contradições sociais e, outros ainda, representam-se com trabalhadores aviltados, mas tornam seu saber-fazer instrumento que desvela, no fazer-profissional, o que é socialmente negado; e assim fazendo, estabelece alianças e fortalece vínculos históricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLOUFA, J. M. L.; MADEIRA, M. C. Representação social e educação: uma relação que se impõe. In: Colóquio Franco Brasileiro Educação E Linguagem, II., 1996, Natal. *Anais...* Natal: EDUFRN, 1996.
- ANDRADE, M. A. A. *As representações sociais da política: por uma redefinição do conceito de cultura política*. Brasília, 1995. 276p. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de Brasília.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: EUNICAMP, 1995.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CODO, W. O fazer e a consciência. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (org.) *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1995a.
- FRIEDMAN, S. Uma aproximação metodológica ao estudo das emoções. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs.). *Psicologia Social - o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- IAMAMOTO, M. V.. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998a.
- _____.; CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil - Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 1. ed. São Paulo: Cortez / CELATS, 1982.
- JODELET, D. *Les Représentations Sociales; Un Domaine en Expansion*. Paris: PUF, 1989.
- LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs.). *Psicologia Social - o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1995a.
- LUKÁCS, G. P. V. História e consciência de classe: estudo de dialética Marxista. *Biblioteca Ciência e Sociedade*. Porto: Publicações Escorpião, 1974.
- _____. et alli. *Temas de ciências humanas*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.
- _____. *Per ontologia dell' essere sociale, II. vol. I*. Roma: Editori Ruiniti, 1981a.
- _____. *Per ontologia dell' essere sociale, II. vol. II*. Roma: Editori Ruiniti, 1981b.
- _____. *Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.
- MADEIRA, M. C. Representações Sociais: Pressupostos e Implicações. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, n. 171. Brasília, 1991, p. 129-144.

- _____. Representação social, racionalidade e linguagem. In: Simpósio Internacional Sobre Representações Sociais: Questões Epistemológicas. Natal, 1998a. Mimeografado.
- _____. Um aprender do viver: educação e representação social. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (orgs.) *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: AB Editora, 1998b.
- MARX, K. *EL Capital*. 3. ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974. Libro I. Cap. VI (Inédito).
- _____. *O Capital*. 1. ed. Livro I. Cap. VI (inédito). São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____. *O Capital - crítica da economia política.. Livro Primeiro - O processo de produção do capital, v. I, 10. ed.* São Paulo: DIFEL, 1985.
- _____.; ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da praxis*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CONTRA-REVOLUÇÃO, TRABALHO E CLASSES SOCIAIS

Sergio Lessa

Prof. da UFAL e membro da editoria da revista Crítica Marxista

A crise em que estamos mergulhados é tão profunda nas conseqüências e tão extensa no tempo, que se converteu em uma crise *sui generis*: ao invés dos pulsos destrutivos como na crise de 1929, temos o que Mészáros denomina de um *continuum*. Passou a ser a forma de reprodução do sistema do capital na época da "produção destrutiva" (Mészáros:1995), O nosso modo de vida, e a reprodução de nossa sociedade, incorporou a crise como se ela fosse um dado natural. O resultado dificilmente poderia ser outro: aos poucos nos tornamos insensíveis às suas conseqüências mais cruéis, à crescente perdularidade do sistema, à destruição voraz do planeta e ao embotamento da vida cotidiana de todos e de cada um de nós.

Um quadro como este apenas é possível porque vivemos no período contra-revolucionário mais longo desde que as revoluções surgiram como fenômeno social - e isto não se deu há muito tempo. A primeira revolução foi a Inglesa do Século XVII, mas a primeira que mostrou ao mundo do que exatamente se tratava foi a Grande Revolução Francesa, que se estendeu de 1789 a 1815. Foi apenas a partir dela que os homens reconheceram, em escala social, a história como o resultado de suas ações. E foi este fato, ao fim e ao cabo, lembremos, que possibilitou a Hegel a descoberta da história enquanto processo e, a Marx, a descoberta do homem enquanto o demiurgo de sua própria história. Desde a Revolução Francesa, não houve nenhum outro período no qual o capital se tornou tão hegemônico e tão plasmado à vida cotidiana como nos últimos trinta anos. Nunca antes a humanidade se comportou tão homogeneamente como se "não houvesse alternativa" ao capital.

Entre as características de um período revolucionário está, também, o fato de fazer das principais contradições da sociedade o nódulo articulador da vida cotidiana; o que vale dizer, ele insere os antagonismos e contradições nas alternativas, nas necessidades, nas possibilidades (com os correspondentes processos de valoração, de produção de conhecimentos científicos, de reflexão estética, etc.) dos processos sociais, atos singulares de cada indivíduo inclusos. Com isto, como dizia Lenin, aprende-se em uma semana de luta revolucionária o que não se aprenderia em anos de vida "normal". Nos períodos revolucionários, como a reprodução social adquire uma nova qualidade no seu todo, também os atos singulares, que são seus elementos indispensáveis, são articulados por uma nova relação do indivíduo, das classes, dos inúmeros complexos sociais, com a história. A história das revoluções, a começar pela Revolução Francesa, é um exemplo eloqüente desta mudança de qualidade¹.

Um período contra-revolucionário tão extenso quanto este que vivemos

¹ Vasta é a bibliografia nesta área. Imprescindíveis, a meu ver são os seguintes títulos Soboul, A. *História da Revolução Francesa*. Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1974. Duas observações: há uma versão condensada desta obra de mais de 500 páginas, não tão interessante; uma edição comemorativa, ampliada, apareceu pelas Editions Sociales em 1989. Trotsky, L. *História da Revolução Russa*. (três tomos) Ed. Paz e Terra, s/d. Lukács, G. "O Trabalho" in *Per una Ontologia dell'essere sociale*. Vol II/*, Riuniti Editori, 1984. Tradução de Ivo Tonet, principalmente nas passagens em que trata da relação entre valores e os atos singulares.

opera um efeito simétrico. Mascara as contradições e insere, tanto nos atos individuais quanto nos processos sociais, necessidades, possibilidades e alternativas centradas no indivíduo cindido do processo histórico mais global. Os processos valorativos são, nessa circunstância, permeados pelo individualismo, a ciência exerce sua função social em meio a nuvens de pré-conceitos e credências, a reflexão estética se dissolve pela falta de conteúdo; em uma palavra, a reprodução da sociedade e dos indivíduos se fixa na particularidade estreita e mesquinha da propriedade privada. É a efetivação plena da alienada² cisão entre o singular e o social, entre o indivíduo e o gênero humano que Marx, em *A questão judaica*, caracterizou tão precisamente como a cisão *citoyen/bourgeois* (Marx, 1969:27).

Este período contra-revolucionário que nos envolve tem, ainda, uma importante característica ideológica. Karl Radek, um dos maiores panfletistas da Revolução Russa, no contexto da crise do início dos anos vinte, insistiu que, se fosse derrotada pelos russos brancos, a revolução se reergueria novamente, como muitas vezes no passado. Mas, se os revolucionários derrotassem a si próprios, a recuperação seria muito mais difícil. Por um processo que ainda está à espera de ser elucidado em suas minúcias, ao longo do século XX, de Lênin à Krushev, a tradição predominante entre os revolucionários foi sendo empurrada, de conjuntura adversa em conjuntura adversa, à posições cada vez mais distantes das originais. As atas das reuniões do comitê central bolchevique, às vésperas da tomada do poder em Outubro, mostram como eram unânimes na avaliação de que o atraso da Rússia não poderia servir de base à construção do socialismo. Concebiam a tomada do poder como o estopim que desencadearia a revolução européia e os operários dos países mais desenvolvidos mostrariam então, para os russos, como se faria o socialismo. Isto em 1917. Poucos anos depois, já no contexto da NEP e na seqüência do X Congresso do PC(b)R, as posições começam a se alterar. O socialismo agora é possível, ainda que não no seu "sentido amplo", na feliz diferenciação que Fernando Claudin localizou no emprego do termo³. Daí para o "socialismo em um só país" foram poucos anos e, após o massacre do que havia restado da velha guarda bolchevique, anunciou-se a plenitude do socialismo na URSS e, para completar a seqüência, a passagem para o comunismo no início dos anos 1950.

Nisto havia plena concordância entre os reacionários mais empedernidos e os stalinistas. Aos primeiros, interessava identificar o socialismo e o marxismo ao stalinismo; aos segundos era importante o prestígio do socialismo para a sua legitimação política. A principal tradição revolucionária do século XX foi abandonando o comunismo e se adequando a uma ordem que mantinha a dominação do homem pelo homem. E, por mediações e argumentos teórico-políticos os mais variados, dessa adaptação à uma ordem que mantinha a dominação do homem pelo homem evoluiu-se para uma crítica parcial da mesma,

² No sentido de *Entfremdung*.

³ Claudin, F. *A crise do movimento comunista*. (dois tomos). Trad. José Paulo Netto. Ed. Global, Rio de Janeiro. Esta é seguramente a melhor história da III Internacional atualmente disponível, mesmo que algumas de suas teses possam ser questionadas. Sobre esta trajetória dos revolucionários russos, interessante é também Serge, V. *Memórias de um revolucionário*, Cia. Das Letras, 1987 e, do mesmo autor, *Ano I da Revolução Russa*, Ed. Ad Homminem, para informações acerca da vida cotidiana na Rússia daquela época.

conduzindo a posições meramente democráticas: o Estado passa a ser uma instituição insuperável e, a seguir, o *locus* da realização da vontade geral e do bem comum, com claros acentos rousseauianos⁴. A revolução vai perdendo cada vez mais o caráter de ruptura e se convertendo em um processo cada vez mais contínuo de evolução da ordem burguesa. O fundamental do comunismo (um metabolismo social incompatível com toda forma de reificação e, portanto, incompatível com a mercadoria) é mantido num canto escondido da estante. Pode ser que algum dia ainda sirva para alguma coisa. Hoje, todavia, é tão inútil quanto a idéia da pedra filosofal. Assim, entre os revolucionários, refletindo a ação de uma existência contra-revolucionária até mesmo sobre os espíritos mais generosos, a democracia substituiu o comunismo e continuidade substituiu revolução.

Contudo, já que essa mesma existência regida pelo capital é uma crescente ameaça à própria sobrevivência da humanidade e como ela revela os limites do atual metabolismo social, a urgência por soluções a problemas radicais não deixa de assombrar, como um pesadelo, o cérebro dos vivos: percebemos nossas misérias, mas somos incapazes de tirar delas as lições e as conseqüências teóricas que sua mera presença deveria estimular. Vivemos, hoje, um paradoxo: mergulhados no *continuum* que ameaça a destruição da própria humanidade, em um momento em que a solução até mesmo dos problemas mais banais requer soluções radicais; em um quadro histórico no qual literalmente todas as soluções parciais têm resultado no fracasso mais retumbante – neste momento da história, a humanidade se especializa em contorcionismos teóricos para manter a "crença" que soluções parciais resolveriam nossos dilemas tornados universais.

Este contexto ideológico tem uma pesada influência no que, ao que tudo indica, será o novo aspecto do debate acerca do trabalho, o qual já se estende por quase por duas décadas. Se, no início, tratava-se de cancelar o trabalho enquanto categoria fundante do mundo dos homens (e, claro, cancelar também o seu mais importante corolário, o homem como senhor de sua própria história⁵), agora o que está ocupando o centro das intervenções é, cada vez mais, a questão da identidade da classe revolucionária, mais especificamente a relação entre o trabalho e a classe revolucionária. Entre nós, Ricardo Antunes apontou esta questão ao propor que a nova configuração da classe revolucionária seria a "classe-que-vive-do-trabalho", ou seja, assalariados que

⁴ Há um texto póstumo de G. Lukács, *Process of Democratization* (SUNNY Press, 1991), que é emblemático desta encruzilhada. Sua argumentação de que a saída para o Leste Europeu não estava no liberalismo burguês é muito poderosa, e demonstra o quanto esta concepção estava penetrando no universo ideológico daquelas sociedades. Por outro lado, sua defesa do Leste como socialismo deformado é bastante débil. Indicativo do clima no interior dos PCs em relação a esta questão são os livros de Semprum, em especial *Que belo domingo!* E *Auto-biografia de Federico Sanches*, ambos editados pela Paz e Terra.

⁵ Desde o fim do emprego de Claus Offe, ao fim do trabalho em Kurz, passando pelo fim do proletariado em Gorz e o "mundo da vida" como categoria fundante da sociabilidade humana de Habermas, muita tinta correu na proposição de "novas teorizações". Muitas delas desapareceram sem quase deixar sinais, como foi o caso do "marxismo analítico", da "teoria dos jogos", etc. Hoje, a "bola da vez" parecem ser as elucubrações de Hardt, Negri e Lazzarato acerca da "classe expandida" resultante da plena explicitação do "amor para o tempo por se constituir" no "trabalho imaterial". Estamos dedicando uma série de artigos à descrição e análise crítica dos textos mais importantes destes autores e, por isso, não nos estenderemos mais sobre eles nesta ocasião. O debate, contudo, parece estar se encaminhando para um novo eixo: não mais a relação trabalho/socialidade, mas a articulação trabalho/classe revolucionária.

não fossem personificações do capital⁶. Armando Boito propõe a existência de um proletariado de serviços. Na Europa, várias tentativas caminhavam também no sentido, para sermos breves, da “ampliação” do conceito de classe revolucionária.

Num clima ideológico que cancela a distinção entre revolução e democracia, que a democratização do capitalismo se converte na, se me permitem, “primeira etapa do socialismo”; num momento em que expressões como “revolução passiva” (Negri) e “democratização do Estado” são recebidas como se não fossem contradições em termos, é neste contexto que emerge no interior do debate a afirmação que não teria mais validade a distinção entre operários e assalariados em geral: seríamos todos, de algum modo, trabalhadores.

É sobre esta questão que gostaríamos de dirigir alguns comentários, nesta oportunidade.

O que distingue as classes sociais?

Para transformarem a natureza nos bens necessários à reprodução de suas vidas, é que os homens se organizam em sociedades. Por isso, a forma pela qual eles transformam a natureza tem um impacto tão decisivo no surgimento e desenvolvimento das relações sociais. A sociedade de classes é uma forma que corresponde a dois limites historicamente precisos: ela é impossível em um estágio de desenvolvimento das forças produtivas que ainda não permita o trabalho excedente. E ela é desnecessária quando o desenvolvimento das forças produtivas gera uma situação objetiva de abundância, na qual a exploração do homem pelo homem se converte num entrave – e não mais condição imprescindível – para o desenvolvimento das forças produtivas. O período em que as classes sociais foram a forma mais adequada ao desenvolvimento das forças produtivas é delimitado, no seu limite inferior, pela descoberta da agricultura (a Revolução Neolítica) e, no seu limite superior, pela Revolução Industrial.

Nesse período de dezenas de milhares de anos, a humanidade produziu a si mesma como um gênero humano cuja unificação objetiva máxima possível, o mercado mundial, apenas pôde se realizar pela mediação da cisão das sociedades em classes. Claro que tal unidade genérica é muito primitiva; tão primitiva que apenas pode existir sendo mediada pela divisão dos humanos em trabalhadores e exploradores. É nesse solo histórico, denominado por Marx de “pré-história da humanidade”, que as classes sociais surgiram, se afirmaram e se desenvolveram.

Por essa razão, o que distingue as classes entre si é o local que ocupam na estrutura produtiva da sociedade. Se é uma classe que vive do seu próprio trabalho ou se, ao contrário, vive do trabalho alheio. E é, portanto, a estrutura produtiva de cada sociedade o fundamento último na delimitação da forma histórica que as classes sociais assumem no seu interior.

Tanto no escravismo, no feudalismo quanto no capitalismo, há uma parcela parasitária que vive da riqueza produzida pelos trabalhadores. “Na Roma antiga, temos

patrícios, cavaleiros, plebeus e escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassalos, mestres das corporações, aprendizes, servos e, além disso, graduações particulares no interior dessas classes. A sociedade burguesa /.../ não aboliu os antagonismos de classes.” Pelo contrário, “A nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se /.../ por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda sociedade está dividida, cada vez mais, em duas grandes classes em conflito direto: a burguesia e o proletariado.” (Marx e Engels, 1998:5) Como a forma de produção dessa riqueza é muito diferente entre os distintos modos de produção, as classes sociais e as relações entre elas também são muito diferentes em cada período histórico. Fato decisivo, aqui, é que o desenvolvimento das forças produtivas significa, sem mais, que o aumento da produtividade torna cada vez menor a proporção de trabalhadores na população total.

Essa determinação ontológica das classes sociais a partir da estrutura produtiva de cada sociedade é o critério decisivo para a distinção entre elas. É nesse terreno que ocorre a delimitação das potencialidades históricas e dos interesses materiais que esboçam o horizonte ideológico de cada uma das classes. É, ainda, neste terreno que têm fundamento as impossibilidades ontológicas que cada classe é portadora. Determinar os nexos internos à reprodução econômica de cada formação social é, portanto, imprescindível para a identificação das classes enquanto tais e nas suas interações.

A “simplificação” a que se referem Marx e Engels, acima, tem por fundamento a crescente penetração das relações de produção capitalistas em todos os complexos sociais⁷, o que transforma a enorme maioria das pessoas ou em trabalhadores explorados pelo capital ou, então, em burgueses. As diferenciações oriundas das remanescentes relações sociais pré-capitalistas vão sendo abolidas à medida em que as relações capitalistas se generalizam. As diferenciações de classe vão se tornando cada vez mais “simples” e vai se evidenciando o antagonismo burguesia/proletariado.

O desenvolvimento do capitalismo tem ainda uma outra consequência importante: a crescente divisão do trabalho, com a distinção cada vez maior entre as atividades econômicas, não apenas internamente, mas também entre si, é o fundamento da gênese de uma enorme gama de “profissões”, de atividades e especializações que cumprem a função anteriormente concentrada no burguês ou, então, num pequeno círculo de auxiliares que o cercavam diretamente. O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas torna ao mesmo tempo necessário (pois a divisão do trabalho assim o requer) e possível (pois a maior produtividade permite que cada vez menos indivíduos se envolvam na produção) o surgimento de um enorme exército de profissionais que auxiliam o capital a manter o sistema em funcionamento. Some-se a esse exército de auxiliares da burguesia, aquelas atividade que realizam a mais-valia (o comércio, p. ex.) e aquelas outras que produzem mais-valia embora não realizem a valorização do capital total (o professor e a cantora de ópera, nos exemplos clássicos de Marx) e teremos o quadro muito heterogêneo dos setores sociais que compõem a pequena-burguesia, aquela “classe de transição” (*Übergangsklasse*) entre a burguesia e o proletariado (Marx, 1979:229).

⁶ Entre *Adeus ao Trabalho?* (Ed. Cortez, 1995), o texto em que propôs esta formulação e *Os Sentidos do Trabalho* (Boitempo, 1999), no qual a desenvolve, há algumas nuances que talvez sejam significativas para um tratamento mais cuidadoso desta categoria proposta por Antunes.

⁷ Há, contudo, que se ter cuidado nesta esfera. Pois a extensão das relações capitalistas não significa a afirmação, sequer enquanto possibilidade a mais remota, de uma identidade absoluta entre o capital e a totalidade social. Para sermos muito breves, o fundamento das alienações (no sentido de *Entfremdung*) capitalistas reside, não em último lugar, no fato de que a humanidade não é o capital, de tal modo que a reprodução deste pode significar a intensificação na produção de desumanidades.

Tal como a burguesia, a pequena burguesia também vive da riqueza produzida pelos operários. A distinção da burguesia e da pequena burguesia com o "proletário" é que este "não é proprietário" (Marx e Engels, 1998:18), ou seja, ele vive da riqueza produzida pelo seu próprio trabalho.

Há, portanto, assalariados e assalariados. Entre esses, os proletários ocupam um lugar muito especial. Por serem os produtores do "conteúdo material da riqueza social" (Marx, 1983:46) sob a regência do capital, compõem a única classe que não vive parasitariamente, pelo contrário, é ele parasitado por todo o resto da sociedade. Por isso os "proletários nada têm a perder – exceto os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar." (Marx e Engels, 1998:46). Isto é o que faz do proletariado uma classe distinta entre a massa dos assalariados, é isto que ontologicamente distingue o proletário do "trabalhador". Todo proletário é um trabalhador, mas nem todo trabalhador é um proletariado.

Por mais correto que isto seja, contudo, é apenas parte do problema. Pois, "Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes." (Marx, 1979:224)

A relação entre as classes sociais, sempre e necessariamente, é uma relação de poder (pois, vimos, as classes são a forma de organização social fundada na exploração dos trabalhadores pelas classes dominantes). Por isso ela tem uma ineliminável dimensão política. A política tem por função o exercício do poder, e este tem seu fundamento na exploração do homem pelo homem. Por essa razão é que não há qualquer autonomia da política em relação à luta de classes, pouca autonomia em relação ao Estado e, com algumas mediações a mais, em relação ao Direito. Sem a exploração dos homens pelos homens, tornam-se inúteis não apenas as classes sociais, a política, mas também todos os complexos sociais articulados a esta relação, o Estado e o Direito acima de tudo.

Esse o motivo pelo qual a afirmação das classes na história tem, sempre, na política uma dimensão decisiva. É na luta política que as classes terminam delimitando o seu campo e moldando os confrontos pela atração daqueles setores intermediários que podem ser polarizados, na sociedade capitalista, pela burguesia ou pelo proletariado.

Tais setores intermediários compõem um enorme campo para as manobras políticas. Em primeiro lugar, eles são bastante heterogêneos quer se tratando da formação cultural, das atividades que exercem e dos salários que recebem. Um contador, um executivo e um policial vivem da riqueza produzida pelos operários, contudo, politicamente, eles tendem, tipicamente, a se comportarem de modo bastante diferenciado. O fato de parcelas de assalariados, em especial em períodos de crise, serem "proletarizadas" pelo desemprego ou pelo rebaixamento de seus salários, contribuiu para o aumento da parcela da sociedade que poderia potencialmente ser atraída pelo proletariado.

E, ainda mais, a tática e estratégia políticas tanto dos partidos burgueses e proletários interferem neste quadro, fazendo com que a fisionomia de cada classe

esteja profundamente marcada pelo momento histórico, pelas lutas que são travadas e pelas necessidades e possibilidades geradas cotidianamente pelo incessante movimento das classes e grupos sociais. Um estudo, por mais superficial, da história das revoluções, revela o quanto a objetivação do ser de cada uma das classes se amolda a cada momento e a cada conjuntura, sempre, claro, dentro dos limites e possibilidades da determinação ontológico-material que as funda.

Para sumariarmos, na conformação particular do ser de cada classe em cada momento histórico, há a inter-relação dos complexos ideológico-políticos com as determinações que brotam da inserção de cada uma na estrutura produtiva da sociedade. Isto significa que, por um lado, não podemos afirmar qual será, no futuro, a fisionomia precisa que assumirá a burguesia e o proletariado na luta de classes, mas podemos afirmar com segurança que, qualquer que seja esta fisionomia, o antagonismo capital/trabalho será a sua determinação ontológica fundante.

A reprodução da sociedade capitalista em nossos dias, por mais novidades que apresente, mantém aquele que é o seu fundamento ontológico: a reprodução do capital pela exploração do trabalho. As duas classes sociais decisivas estão, seguramente, mantidas: burguesia e proletariado, proprietários e não-proprietários. O antagonismo entre elas brota do próprio solo material da reprodução social. Sem a alteração da relação de exploração que se afirma de modo fundante na esfera da produção, não há qualquer possibilidade de superar-se o antagonismo aqui presente.

O fato de vivermos em um momento de profunda contra-revolução, contudo, faz com que o reflexo dessa situação na esfera da luta de classes e, portanto, na política, assumam uma aparência inteiramente distinta. As lutas operárias entram em forte refluxo. Por quase uma geração, o máximo que assistimos em nosso país foram as manifestações e greves do ABC paulista no final dos anos de 1970 e as lutas do MST, algumas das quais têm o proletariado rural como seu esteio principal. Tais movimentos, significativos, estiveram muito longe sequer de constituírem uma manifestação operária *contra o capitalismo*. Elas foram uma expressão da luta contra os baixos salários e a falta de liberdade sindical. Hoje, décadas após, os limites dessas lutas são claros: foram suficientes para, somados a outros fatores daquela conjuntura, impulsionar as classes dominantes a um outro modelo, agora "democrático", de dominação. Mas não foram muito além disso. Esgotado o impulso original, a força política que nasceu dessas manifestações em poucos anos se ajustou e passou a compor a ala esquerda do Partido da Ordem, na expressão de Marx em *O 18 Brumário*. (Marx, 1977: 201 e ss.)

Nesse contexto, as alternativas, os valores, as perspectivas, as escolhas, que são objetivadas cotidianamente são aquelas adequadas à reprodução do *status quo*. Como se a este "não houvesse qualquer alternativa". É por essa mediação que, hoje, a base sócio-política (aquela que é identificada pelas pesquisas de opinião) dos partidos mais à esquerda no Brasil não é a massa "ignara" e explorada, mas as "civilizadas" parcelas da população compostas pelos assalariados de "classe média". E, justamente por isso, para que esses partidos obtenham sucesso na luta política, hoje quase idêntica à disputa eleitoral, devem se adequar ao horizonte ideológico dos assalariados que, ainda que explorados

pelo capital, vivem uma alienação muito mais confortável porque cumprem a função social de auxílio da burguesia na manutenção da reprodução do capital, sob as mais diversas modalidades.

As massas “ignaras” e exploradas (Marx, 1979: 279), os proletários, nesta situação contra-revolucionária, assumem uma fisionomia política imprecisa. Ora oscilam para a extrema direita, como ocorre nos votos que Paulo Maluf e César Maia recebem nas periferias de São Paulo e Rio de Janeiro, ora votam em partidos como o PT. Elas, no período contra-revolucionário, impedidas de sua conexão essencial com a história – a luta pela abolição da propriedade privada dos meios de produção – não têm outra alternativa senão as lutas parciais por objetivos historicamente limitados, terreno no qual “t[ê]m por força que fracassar”. Na política, diferente de outras práxis, quem pode mais *não* pode menos. Quando os operários “renunciam a revolucionar o velho mundo com a ajuda dos grandes recursos que lhe são próprios”, ficam reduzidos a “alcançar a sua redenção independentemente da sociedade, de maneira privada, dentro de suas condições limitadas de existência”. Nesse “movimento” no qual tentam o menos porque não conseguem o mais, são engolidos pela reprodução do capital. Não colhem senão fracassos (Marx, 1979:209) e podem apenas ser coadjuvantes da pequena-burguesia ou da burguesia, e é assim que os operários comparecem nos mapas das nossas disputas eleitorais.

Frente a essa situação temos, tipicamente, duas posições teóricas possíveis. Podemos fazer nossa análise “histórica” nos restringindo aos mapas e às pesquisas eleitorais. Na maior parte das vezes, esta posição compartilha da concepção liberal segundo a qual a máxima expressão da política são as eleições. Identificando política à eleição e contemplando a distribuição entre os candidatos dos votos das secções eleitorais, constata o óbvio: a classe operária teria desaparecido no interior dos assalariados e perdido sua identidade de classe, pois ela já não mais comparece nas eleições com uma fisionomia, um programa, um partido e candidatos, próprios.

Esta constatação está longe de ser, pura e simplesmente, falsa. O fato de ser uma constatação superficial não diminui sua eficácia na ação dos “agentes” ou “atores” como os sindicalistas, os políticos e marqueteiros do dia. É sobre esta realidade que se apóia a ação de um sindicalista quando vai à Alemanha negociar a demissão de seus colegas de trabalho e, quando volta com uma proposta de intensificação da exploração, é recebido como o “salvador da pátria”, tanto pelos operários que representa como pelos burgueses que serve. É, ainda, esta mesma camada epidérmica do real que sustenta as propostas que sequer chegam a ser reformistas no sentido clássico do termo⁸, como aquela da Campanha da Cidadania liderada pelo Betinho.

Do ponto de vista ontológico, o que temos aqui é a constatação, uma vez mais, da descoberta de Marx de que o fenomênico é tão real quanto o essencial. Ou seja, que o que distingue o fenômeno da essência, na história, não é um maior *quantum* de ser da última, mas sim sua conexão com a continuidade do processo. Um dos elementos do atual período contra-revolucionário é esta

impermeabilidade do fenomênico às contradições predominantes na sua base material. Isto produz um afastamento do fenomênico para com o essencial, mas não o torna menos real por causa disso. Pelo contrário. Justamente por ser substância e servir de solo social para as ações e propostas dos “agentes” e “atores” políticos que operam esta “convergência” entre a burguesia, os trabalhadores e os operários, pode a esfera fenomênica dar uma aparência de realidade às teses que se propõem a “aperfeiçoar o sistema do capital ao qual não há alternativa”.

O critério adotado pela perspectiva teórica que restringe o real às pesquisas de opinião e mapas eleitorais, portanto, está longe de ser a última palavra na questão. O fato de conseguirem os votos nas disputas sindicais e eleitorais apenas significa que souberam interpretar a conjuntura e tirar dela o que desejavam. Mas está longe de significar que houve, ou está havendo, uma tal alteração da base produtiva da sociedade que as contradições trabalho/capital e as distinções entre os trabalhadores e os operários tenham sido abolidas.

Esta postura, que se aferra à realidade do fenomênico, tem sua eficácia e seu sucesso porque se apóia na epiderme dos processos históricos. Contudo, isto não significa que elas incorporem as necessidades e possibilidades que brotam da essência do momento histórico no qual vivemos. Seu sucesso, por essa razão, é sempre passageiro e fugaz: a vitória de hoje se dissolve na derrota mais geral e, de uma circunstância desfavorável que forçou um novo recuo, apenas preparam uma outra que conduzirá a um recuo ainda maior, e assim sucessivamente. E, para piorar ainda mais, sua capacidade de acumulação de conhecimentos é limitada, pois constitui ideologias incapazes de incorporar as determinações mais essenciais do terreno no qual se desdobra a luta de classes.

Dizíamos que há duas posturas teóricas possíveis. Uma é se aferrar à epidérmica porção do real e constatar o constatável: não há mais distinção entre proletariado e trabalhadores e, corolário necessário, entre os trabalhadores e a burguesia haveria um amplo campo de “convergência”, qual seja, o terreno do “aperfeiçoamento” do capitalismo. Aqui se situam, tipicamente, as propostas centradas na solidariedade e na distribuição de renda que obnubilam a exploração do homem pelo homem.

A segunda postura teórica possível é abordar o momento em que vivemos como parte de um processo histórico que contém, mas não se limita, aos mapas eleitorais e às pesquisas de opinião. Uma postura, portanto, verdadeiramente histórica. O que salta aos olhos, aqui, não é a aparente identidade entre operários e trabalhadores e a aparente convergência entre o capital e o trabalho na busca de uma sociedade mais democrática. Pelo contrário, o que salta aos olhos é que não vivemos uma crise revolucionária há muitas décadas e que, tal como ocorreu em situações análogas no passado, não apenas os revolucionários ficaram sem base social para a luta política cotidiana, como também a classe operária não comparece com uma sua identidade própria, um e outro fato intimamente articulados, obviamente.

Este fato, contudo, não cancela as causas e contradições mais profundas, fundadas na base material da sociedade que, em outros momentos da história, colocaram as massas em movimento para realizarem o que hoje é impensável para nossos cientistas sociais agarrados ao fenomênico: a ampliação das fronteiras do

⁸ Lembremos que, originariamente, o reformismo era uma estratégia socialista de superação do capitalismo, e não uma proposta de manutenção de um capitalismo reformado.

possível. Sem a resistência consciente e organizada dos operários, não apenas os assalariados em geral, como também os próprios operários são mais intensamente explorados. O que assistimos nas últimas décadas nos fornece indícios os mais fortes neste sentido. Como resultado da “reestruturação produtiva”, nos balanços das empresas mas, também, na “contabilidade” nacional, tem caído a parcela da riqueza que cabe aos salários (sem contar, ainda, que as estatísticas oficiais não incluem a produção e a exploração dos setores informais e ilegais. Nos EUA apenas, segundo Petras, seriam cinco milhões de trabalhadores pesadamente explorados e cuja produção é incorporada ao cálculo da produtividade econômica sem que sejam contabilizados *per capita*). A concentração absurda da riqueza, e sua forma crescentemente volátil são expressões do aguçamento das contradições mais essenciais do sistema do capital. E se tudo isso não comparece na luta política mais epidérmica, como as eleições, não significa que tais fatores tenham simplesmente desaparecido.

No passado, as poucas vezes em que um descompasso comparável entre a esfera fenomênica e as contradições essenciais se afirmou por um período mais longo, criaram-se as condições para uma rápida reaproximação futura, em crises que recolocam na ordem do dia os antagonismos essenciais. Pois a relação essência e fenômeno é de tal ordem que aquilo que a “consciência fenomênica”, como gosta de dizer Ivo Tonet, assume como o desaparecimento da essência é, na verdade, apenas uma forma particular da essência se mostrar em determinadas situações do processo histórico.

Quando se trata, hoje, de analisar a relação entre o trabalho e as classes sociais, ganha importância a opção por uma dessas duas posturas típicas. Pois, se nas crises revolucionárias as contradições mais essenciais predominam quase imediatamente sobre o mundo fenomênico, impondo assim às consciências (e, portanto, à ciência, aos complexos valorativos, à estética, etc.) a contradição capital/trabalho e a distinção entre operários e trabalhadores; nos períodos contra-revolucionários se dá exatamente o oposto. Parece haver uma cisão entre as contradições da produção e as que comparecem na esfera da luta política e sindical. Como o campo da ação se constrange, nestas circunstâncias, ao aqui e agora da luta imediata, é como se o essencial houvesse desaparecido. Se isto, na política, possibilita uma ação bem sucedida ainda pontualmente; na ciência só gera um conhecimento superficial que se esgota com a conjuntura. É o campo da produção das teorias acadêmicas que se sucedem umas às outras sem deixar maiores traços.

Também por isso, no presente momento do debate, a questão metodológica, adquire particular importância. É tendo em vista a história e seu movimento mais geral que pode-se suplantar o peso aparentemente insuportável das indicações empíricas dos mapas eleitorais e das pesquisas de opinião. É esta opção pela totalidade que nos possibilita compreender que, como vivemos em um período histórico contra-revolucionário, surpreendente seria que ocorresse o contrário!

É esta impostação histórico-ontológica, também, que nos possibilita, subjetivamente, a paciência histórica para não permitir que a pressa por respostas imediatas nos desoriente no emaranhado das contradições fenomênicas. Não adianta, voluntaristicamente, substituir a história por nossos desejos, ou fazer da necessidade virtude. Se a revolução proletária, aquela capaz de abolir o sistema do capital e abrir as portas para a emancipação humana, não se encontra na ordem

do dia, não a tornaremos mais próxima alterando os nossos conceitos de comunismo, de revolução, de classes sociais ou de trabalho. Pelo contrário, com conceitos cujo horizonte se limita ao aqui e agora fenomênico, faremos uma ciência menos capaz de refletir a essência do momento histórico e, portanto, estaremos mais distantes de produzir uma concepção de mundo revolucionária.

Darei apenas um exemplo, para concluir: a expressão, pois está muito longe de ser um conceito científico, de “exclusão social”. Ele expressa fielmente a “consciência fenomênica”, superficial: não haveria mais explorados, apenas “excluídos”. E com duplo sentido. O primeiro, claramente preconceituoso, reforça o caráter de párias que os explorados sempre ocuparam na sociabilidade burguesa. O segundo, torna a questão da exploração não uma questão da superação da sociedade de classes, mas uma questão de inclusão dos párias à sociedade capitalista. O fato de, mesmo o desempregado mais “excluído”, aquele miserável que povoa nossas cidades e nossos pesadelos de assalariados mais bem remunerados, servir para rebaixar os salários dos empregados e, assim, possuir uma função social importante para a intensificação da extração da mais-valia, este fato tão basilar da economia, é solenemente ignorado por esta expressão. Não resta qualquer dúvida que temos miseráveis: a única dúvida cabível, aqui, é da validade científica dessa expressão que reproduz acriticamente o caráter de párias dos explorados e ignora o papel econômico mesmo dos mais “excluídos”. Esta expressão está tão longe de um conceito científico, que compartilha uma característica comum com as gírias: sua enorme imprecisão. As gírias são aquelas expressões linguísticas que cumprem, entre outras, também a função de expressar as novas tendências da vida cotidiana, por vezes apenas momentânea, que não chegam a se explicitar a ponto de se refletirem na forma mais precisa de conceitos. Diferente do que ocorre com as gírias, contudo, ao ser incorporada ao discurso pretensamente científico, a enorme imprecisão da expressão “exclusão social” possibilita uma ampla gama de manipulações ideológicas. Acima de tudo confere uma aparência contestadora a um termo que pode ser empregado indistintamente pelos burocratas do Banco Mundial, do governo FHC e também pelos que se pretendem críticos ao *status quo*.

Fixados no aqui e agora e perdida a perspectiva história, o capital se torna perene e, a sociedade burguesa, o único futuro da humanidade. Nada mais natural, então, que explorados se convertam em “excluídos”. Quando nos debruçamos sobre a questão da identidade da classe revolucionária, particular atenção deve ser prestada a fenômenos ideológicos como este que envolve a expressão “exclusão social”. Pois, também neste caso, sem a perspectiva histórica o conceito de “trabalhador” tende a subsumir o de operário e o conceito de “democratização” a substituir o de revolução. Quando analisamos a relação entre as classes sociais e o trabalho, o que se impõe como necessidade científica é um esforço, metodologicamente alicerçado, da busca pelas determinações essenciais que configuram o mundo fenomênico tal como ele se apresenta nos dias de hoje. Entre estas, a contradição capital/trabalho e a distinção das funções sociais das classes a partir de sua inserção na estrutura produtiva, são das mais fundamentais. Se se mantém a exploração do trabalho pelo capital, continua também operante a distinção entre operários e trabalhadores assalariados em geral. Abandonado este solo ontológico, a discussão perde densidade científica.

BIBLIOGRAFIA

- Antunes, R. *Adeus ao Trabalho?* Ed. Cortez, 1995.
- Antunes, R. *Os Sentidos do Trabalho*. Boitempo, 1999.
- Claudin, F. *A crise do movimento comunista*. (dois tomos). Trad. José Paulo Netto. Ed. Global, Rio de Janeiro.
- Lukács, G. *Process of Democratization*. SUNNY Press, Nova Iorque, 1991.
- Lukács, G. "O Trabalho" in *Per una Ontologia dell'essere sociale*. Vol II/*, Riuniti Editori, 1984. (Tradução de Ivo Tonet).
- Marx, K. *A questão judaica*. Ed. Laemmert, Rio de Janeiro, 1969.
- Marx, K. *O 18 brumário de Louis Bonaparte*. Ed. Sociais/São Paulo, 1979.
- Marx, K. *O Capital*. Vol I, Tomo I, Ed. Abril, 1983.
- Marx, K., Engels, F. *O manifesto do partido comunista*. Cortez, S. Paulo, 1998.
- Mészáros, I. *Beyond Capital*. Merlin Press, Londres, 1995.
- Serge, V. *Ano I da Revolução Russa*, Ed. Ad Hominen, belo Horizonte, 1998.
- Serge, V. *Memórias de um revolucionário*, Cia. das Letras, 1987.
- Soboul, A. *História da Revolução Francesa*. Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1974.
- Trotsky, L. *História da Revolução Russa*. (três tomos) Ed. Paz e Terra, s/d.

A TERCEIRIZAÇÃO E A NOVA COMPOSIÇÃO DA INFORMALIDADE¹Maria Augusta Tavares²

O explosivo crescimento do trabalho informal, a partir da década de 90, não permite mais que a informalidade seja explicada por unidades produtivas de caráter individual ou familiar, consubstanciando, em geral, apenas atividades de sobrevivência orientadas para a reprodução do trabalhador e do seu núcleo familiar, comportamento que se inscreve entre as características definidoras do que se conhece como "setor informal".

As transformações no mundo do trabalho, que se expressam na redução de emprego, sobretudo industrial, e nos processos de terceirização impõem alterações importantes na composição da informalidade, indicando uma urgente necessidade de investigação. Empiricamente é possível observar que as fronteiras entre formal e informal são cada vez mais tênues. Entretanto, apesar das teses dualistas se mostrarem insuficientes para explicar a realidade, organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial e o FMI insistem na dicotomia³, distinguindo o atrasado do desenvolvido como se estes não fossem partes da mesma organização produtiva. Este artigo se propõe a tornar claro que o trabalho formal e o informal coexistem na unidade capital, e que, nesta era da acumulação flexível, o trabalho informal longe de ser suplementar ou intersticial, tende a ser moderno e essencial à produção capitalista, com graves conseqüências para a classe trabalhadora.

O espaço econômico ocupado pela informalidade, hoje, apresenta-se em franco crescimento. Nele encontramos: a) trabalhadores que não conseguem ingressar no mercado formal e b) trabalhadores que são deslocados do mercado formal pelos processos de terceirização. Os primeiros podem ou não manter relação direta com o capital. Já entre os segundos, é possível encontrar trabalhadores cujo contrato de trabalho é substituído por um contrato comercial, sugerindo a eliminação do caráter subordinado da relação capital-trabalho. Mediante uma suposta igualdade formal, o trabalho assalariado é transformado, sob modalidades diversas, em trabalho autônomo ou em pequena empresa. E com esse simples artifício a relação empregado/empregador é metamorfoseada numa negociação entre agentes econômicos que se encontram em iguais condições na esfera da circulação de mercadorias.

É possível observar que o excedente mundial de força de trabalho e a taxa de desemprego aberto vêm crescendo mundialmente nas duas últimas décadas. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima, em 1999, uma População Economicamente Ativa (PEA) de três bilhões de pessoas, das quais

¹ Este tema é central na pesquisa que sustenta o que virá a ser a nossa tese de doutoramento.

² Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas - UFAL e doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

³ Essa perspectiva é central em *The alleviation poverty under structural adjustment* (Addison & Demery, 1987), editado pelo Banco Mundial, cuja orientação desloca o desemprego da relação-capital para encará-lo apenas como questão social. Nesses termos, o fenômeno é externo à produção capitalista, cabendo a outras instâncias como as organizações não-governamentais, por exemplo, promoverem o emprego informal para trabalhadores pobres, como política de combate à pobreza.

“cerca de 1 bilhão de trabalhadores, vivendo com a sua capacidade de trabalho subutilizada” (Pochmann, 2001: 81). Na conformação do excedente mundial de força de trabalho, segundo a mesma fonte, “cerca de 150 milhões de trabalhadores encontram-se na categoria de desemprego aberto, enquanto 850 milhões são considerados na condição de subemprego, exercendo atividades de sobrevivência, com jornadas de trabalho insuficientes e de remuneração muito comprimida” (*idem*: 82). Assim, a taxa de desemprego aberto tem aumentado tanto para nações desenvolvidas como para as não-desenvolvidas⁴.

No Brasil, observa-se o aumento do número de assalariamento sem registro e de ocupações não assalariadas, resultando na precarização das condições e das relações de trabalho. De acordo com o Ministério do Trabalho, em 1980 o Brasil possuía cerca de 23 milhões de trabalhadores assalariados com registro formal e, em 1989, havia passado para 25,5 milhões. Entretanto, no ano de 1999, a quantidade de assalariados com carteira assinada havia caído para 22,3 milhões de trabalhadores (*Idem*: 98). Tal situação, retratada por organismos oficiais carece ainda ser revista, porque, segundo o mesmo autor, faz-se uma subestimação na aferição do volume de desempregados no Brasil. Mas, mesmo assim, os dados disponíveis, por ele analisados, comprovam que, nos anos 90, só perdemos em desemprego para a Índia, Indonésia e Rússia (*Idem*: 101).

Como decorrência desse grande volume de desempregados, proliferam cooperativas, empresas familiares, trabalho domiciliar, micro e pequenas empresas. Estas formas de trabalho, comumente identificadas com a independência, a autonomia e a ação espontânea promovem, ao contrário, mecanismos pelos quais os trabalhadores exploram a sua própria força de trabalho para o capital e se deixam ser lesados nos seus direitos fundamentais.

Nesse contexto, ganha importância a flexibilidade, como uma das políticas propostas pelo Programa de Ajuste Estrutural (PAE) que mais contribui para a desigualdade mundial na repartição do trabalho. A flexibilidade invade a organização da produção, fragmentando e desqualificando o trabalho, promovendo o desemprego e a reemergência de velhas formas de trabalho precarizado, que se expressam sobretudo pelo deslocamento de muitos postos de trabalho do núcleo formal para a informalidade, onde o trabalho cumpre a mesma função para o capital sem os custos sociais correspondentes. Como decorrência reduz-se o quadro de associados dos sindicatos, enfraquecendo cada vez mais o poder de reivindicação dos trabalhadores e operando a desqualificação das organizações de trabalhadores que, em lugar de se contraporem aos retrocessos nas relações de trabalho, às vezes se aliam ao capital, acreditando com isso estar defendendo a sobrevivência do trabalhador.

Entendemos que a organização flexível da produção com a sua rede de trabalhadores terceirizados $\frac{3}{4}$ externalizados e/ou internalizados $\frac{3}{4}$ mediante

⁴ Conforme Pochmann, “Em 1999, a taxa de desemprego aberto para as nações desenvolvidas era estimada em 6,18%, enquanto em 1975 era de 4,04%. Em 24 anos, a taxa de desemprego aberto do conjunto de 141 países pesquisados aumentou 53%. Já nas nações não-desenvolvidas, a taxa de desemprego aberto subiu 200%, passando de 1,79%, em 1975, para 5,35%, em 1999. No mesmo período, o Brasil destacou-se por ter a sua taxa de desemprego aberto aumentada em 369,4%, alterando-se de 1,73%, em 1975, para 9,85%, em 1999” (*op. cit.*: 86).

subcontratação de trabalho domiciliar, cooperativas e outras práticas, ocultam a exploração, e dificultam o dimensionamento do emprego e do desemprego, impedindo que se analise adequadamente as novas tendências do trabalho. Interessa-nos, portanto, investigar a atual organização do processo produtivo, no que se refere especialmente às relações informais de trabalho, tendo em vista desvelar os fios (in)visíveis que articulam o trabalho informal à produção capitalista e mostrar como esse processo é nocivo aos trabalhadores.

Não ignoramos que a informalidade comporta atividades de sobrevivência que nada representam para a economia capitalista e seu fim. Mas estas não são centrais a este estudo. Investigamos a informalidade decorrente da flexibilização, cujos processos se encarregam de reconfigurar a empresa, visando redefinir as relações de produção e as formas de inserção dos trabalhadores no mundo do trabalho. O que se quer demonstrar é que a terceirização suscita a reemergência de velhas formas de trabalho precário, que conformam uma “nova” modalidade de exploração mediante relações informais, que podem ser identificadas tanto na esfera da produção como da circulação de mercadorias. Trata-se de um segmento moderno da informalidade, onde o trabalho informal cumpre a mesma função do formalmente assalariado, que desenvolve a sua ocupação na indústria, nos ramos comerciais e/ou financeiros, sob uma explícita relação empregado-empregador.

Defendemos que a possibilidade de fragmentar a produção, de deslocalizar partes da cadeia produtiva até de um continente para outro, e de utilizar força de trabalho terceirizada nos países em que ela se oferece mais barata, assegura ao capital uma liberdade nunca antes imaginável, a partir da qual lhe é possível utilizar em larga escala o trabalho informal, não apenas enquanto trabalho improdutivo, mas também como trabalho produtivo. Por um lado, grandes indústrias terceirizam partes significativas do processo produtivo para serem executadas por trabalhadores domiciliares, cooperativas e/ou pequenas empresas e, por outro, criam-se redes de vendas a domicílio, executadas por trabalhadores que, graças aos artifícios contemporâneos da comunicação, conseguem trabalhar para uma empresa sem ter com ela nenhuma relação formal.

No Brasil, a estratégia de terceirizar trabalho produtivo vem sendo amplamente utilizada, sobretudo pela indústria de calçados, tecidos e confecções. Enquanto isso, os ramos da produção que requerem maquinaria mais complexa fomentam o surgimento de pequenas empresas, que são encarregadas das atividades que exigem menor qualificação e de intermediar a exploração do trabalho em condições precárias para, assim, garantir um *plus* na formação da mais-valia. Na esfera improdutiva, nos ramos do comércio e das finanças, é comum o uso de vendedores, preferencialmente dos que possuem um meio de transporte $\frac{3}{4}$ carro ou moto $\frac{3}{4}$ para mais rapidamente atender aos interesses do capital, sem implicar nenhum risco ou custo para o capital.

Com esses mecanismos, hoje, ao invés da centralização que caracterizou o período fordista, a descentralização produtiva se constitui no meio mais adequado à exploração da força de trabalho, pois cria no trabalhador a ilusão de que a posse de meros instrumentos de trabalho, uma boa idéia e alguns atributos de natureza subjetiva são suficientes para que todos se tornem agentes econômicos

capazes de se confrontar no mercado em condições iguais. Isso é fomentado pela criação de mecanismos legais que garantem à produção capitalista a maior utilização do trabalho informal e pelas políticas macroeconômicas de privatização, liberalização e desregulamentação que oferecem a possibilidade de descentralização da produção, enquanto centralizam cada vez mais o capital, contribuindo para o enfraquecimento crescente da classe trabalhadora.

Entendemos que converter a remuneração do trabalho numa relação comercial não se trata apenas de reconfigurar a empresa e o emprego. Esse processo suscita questões teóricas fundamentais, que merecem ser investigadas. Neste sentido, a análise que fazemos desse novo segmento da informalidade sugere a necessidade de atualizar a leitura de alguns processos da organização produtiva, que incidem no mundo do trabalho. Dentre esses, deve-se ter o cuidado de analisar com rigor o discurso da organização do trabalho autônomo e da pequena empresa, portador de muitas “vantagens” para o trabalhador.

Como estamos analisando fenômenos em curso, a realidade só nos permite levantar questões e apontar tendências. Mas, seguramente, podemos afirmar que as teses existentes sobre o “setor informal” não dão conta da informalidade da era da flexibilização, pois se a idéia de setor já era equivocada sob outro padrão de acumulação, neste o dualismo torna-se completamente insustentável. O que antes era atrasado e não fazia parte da organização capitalista de produção, agora é moderno, e em alguns casos, cumpre funções do trabalho coletivo. Surpreendentemente, sem que nada tenha mudado na essência do modo de produção capitalista, o que era problema, agora é solução. Concretamente o que se verifica é que a coexistência do trabalho informal com o formal, sob mediações que ocorrem nas esferas da circulação e da produção, permite ao capital atingir com menores custos o seu objetivo de acumulação.

As práticas capitalistas, todavia, não se sustentam pela coação. Elas precisam de legitimidade social, intelectual e moral. Por isso, não basta criar mecanismos que dissimulem a extração do sobretrabalho e a contradição capital-trabalho. Ao se propagar a pequena empresa e outras formas de trabalho supostamente autônomas como a cooperativa, o trabalho domiciliar, etc. subjaz a idéia de que o trabalho assalariado tende a ser abolido. Ora, se acaba o sistema salariado, mas prevalece a sociedade de mercado, onde a única mercadoria que o trabalhador tem para vender é a força de trabalho, e não se quer decretar a sua morte, é preciso que se lhe ofereça uma alternativa que pareça melhor do que trabalhar para o capital. Neste sentido, instaura-se um conjunto de valores associados ao desejo da ordem social. Oferece-se a possibilidade de trabalhadores serem transformados em patrões, não necessariamente em capitalistas.

Ora, passar de uma classe social à outra não é tão simples como faz parecer o discurso que propaga a organização autônoma do trabalho. A taxa de mortalidade das pequenas e microempresas e a intensidade da exploração a que são submetidas as formas de trabalho consideradas independentes se encarregam de denunciar como é ilusória até mesmo a idéia de que todos podem ser pequenos patrões. Mas a estratégia de legitimação do capital não se restringe à imposição de suas determinações estruturais. As idéias capitalistas devem ser dominantes,

e os trabalhadores devem assumi-las como se fossem suas. Neste sentido, é muito comum encontrar trabalhadores que defendem a possibilidade de trabalhar por conta própria como sendo a melhor alternativa nesta sociedade. No entanto, essa suposta autonomia, além de mascarar as reais dimensões do desemprego, fragmenta a classe trabalhadora, opera o culto à individualidade, desqualifica as organizações representativas do trabalho, fomenta a ordem ideológica dominante e distancia o horizonte revolucionário.

Essa ordem de considerações indica que a terceirização, além de fomentar uma falsa organização autônoma do trabalho, é originária de outros equívocos igualmente prejudiciais à classe trabalhadora, na medida em que desvincula as desigualdades sociais da contradição capital-trabalho as quais passam a ser responsabilidade de cada sujeito e não da sociedade. Mas esses equívocos não são casuais. Ao tratar a questão social como externa à dinâmica capitalista ou como problema de indivíduos isolados, o dogma econômico dominante parece nada ter a ver com o desemprego, o subemprego e a precarização do trabalho que o programa de ajuste estrutural provoca e que são vistos apenas como “efeitos colaterais indesejáveis”. (Chossudovsky, 1999). Ou seja, as conseqüências do ajuste, que se refletem de modo mais grave nos países não-desenvolvidos, são tratados como fatos secundários no universo do crescimento econômico.

Contudo, se os efeitos do ajuste são secundários a partir da lógica do desenvolvimento econômico, que se pauta no lucro e na acumulação, não o são em termos de desenvolvimento humano, onde o parâmetro é a qualidade de vida da população. No caso brasileiro, a distância entre um e outro é tão grande que não permite mais que fiquemos indiferentes a essa realidade. Na contabilidade em que o Banco Mundial apresenta o Produto Interno Bruto (PIB) das nações, o Brasil aparece como a nona potência mundial, mas nos Indicadores do Desenvolvimento Humano (IDH) o país baixa para o septuagésimo nono lugar. (Dowbor, 2001).

Na perspectiva de que a questão social e a questão econômica coexistem não se pode transferir para o indivíduo a responsabilidade de superar problemas estruturais, fazendo-o crer numa organização autônoma do trabalho, em função da qual o Estado reforma o aparato jurídico para que relações fraudulentas adquiram a legalidade necessária e se adequem ao atual padrão de acumulação. Nem tampouco incorporar o discurso da independência e da autonomia, a partir da “irreversibilidade” do capital, argumento insuficiente para a nossa rendição. Se a emancipação humana está na ordem das prioridades é imperativo dar conta do que se passa ante os nossos olhos e tornarmo-nos porta-vozes disto, como recomenda Marx (1985:119). Pois malgrado o momento contra-revolucionário, a história já demonstrou que “Tudo que era sólido e estável se dissolve no ar” (Marx e Engels, 1998: 8).

Sob essa orientação, escolhemos analisar uma das formas contemporâneas de trabalho informal decorrentes da terceirização: a cooperativa de produção ou de trabalho. Queremos evidenciar que o trabalho informal, ou se se prefere autônomo, ao invés de apresentar as vantagens do conhecido *slogan* “pequenas empresas/grandes negócios”, ao transfigurar o caráter da relação não altera o conteúdo do trabalho, mas tão-somente retira a relativa proteção social que o trabalhador enquanto empregado ainda tem direito, com o que o fim capitalista pode ser atingido com

menores custos, repetimos, e com uma enorme precarização do trabalho.

1. Cooperativa de produção ou de trabalho

Vamos examinar essa forma de trabalho tomando como referência uma experiência em curso no Estado do Ceará, estudada por Moreira (1999). Trata-se das cooperativas de confecções localizadas em uma região conhecida como Maciço de Baturité, criadas como parte de um amplo projeto de industrialização daquele Estado, mediante parceria com uma grande empresa interessada naquela modalidade de trabalho. A empresa em questão $\frac{3}{4}$ Kao Lin $\frac{3}{4}$ é uma fábrica de confecção que faz parte de um complexo empresarial de um grupo de investidores do Taiwan, situada no Município de Acarape, aproximadamente a setenta quilômetros da capital, Fortaleza.

Para um representante do governo, as cooperativas oferecem a possibilidade de a população rural encontrar empregos nas suas próprias comunidades, reduzindo a migração rural-urbana. Para um empregado da empresa contratante, "A vantagem das cooperativas é a redução dos custos, visto que a empresa não precisa pagar encargos sociais aos cooperados" (Idem: 129). Enquanto isso, para um dos representantes da empresa,

"A criação de cooperativas de confecções no interior do Ceará foi escolhida, porque as cooperativas podem ser fragmentadas em várias unidades. Assim, elas podem operar em vários lugares, em pequenas comunidades, onde as pessoas não têm chance de ter um trabalho industrial. (...) Pela sua ótica, a economia com os encargos sociais não foi a razão principal para a empresa usar a mão-de-obra dos cooperados, mesmo porque os custos com empregados e transportes para gerenciar as cooperativas, suprir material, fiscalizar a produção e dar assistência técnica são muito altos e consomem muito tempo. Assim, segundo o entrevistado, não valeria a pena a empresa ter todo esse trabalho. Contudo, a empresa se dispõe a fazer isto por causa da melhoria que essa oportunidade irá trazer para o povo do interior do Ceará" (idem: 129).

É, no mínimo, surpreendente, se quisermos usar um eufemismo, tamanha benemerência do capital. Imaginemos um grupo de investidores que sai do Taiwan para melhorar a vida do povo pobre do Ceará. Uma afirmação dessa natureza é completamente incoerente, em se tratando do capital, cujo motor é sempre o lucro. E, por outro lado, a opção de instalar as cooperativas no interior do Estado não deixa dúvida quanto às intenções do grupo empresarial. Segundo Moreira (idem), uma única cooperativa foi aberta na cidade de Fortaleza, sendo fechada em pouco tempo porque a administração da empresa a considerou "problemática", pela rebeldia e indisciplina das costureiras, e por seu envolvimento com partidos políticos. Essa experiência explica a prioridade que se deu às costureiras do interior: "ótimas de trabalhar, pois são bem passivas" (idem: 134). É o que pensam os empresários.

Cabe, então, confrontar o discurso da cooperativa à realidade. Quem criou as cooperativas do Ceará? Poder-se-ia dizer que o comando do trabalho está no interior daquelas cooperativas? Quem diz o que, como, e quando deve ser produzido? Quem se apropria do produto ao final da produção? O cooperado vende trabalho ou força de trabalho?

A cooperativa pode ser um brutal mecanismo de intensificação da exploração do trabalho, embora haja situações em que eventualmente tenha nuances diferentes³. O caráter de legalidade que se atribui a essa forma de exploração pode ser gerador de uma explosiva difusão do modelo "cooperativista", pelas condições em que o trabalho pode ser ofertado. Ora, num momento histórico em que o capital dispõe de uma quantidade de força de trabalho muito maior do que a sua necessidade e ainda se lhe oferece uma lei que elimina qualquer vínculo da atividade da sociedade cooperativa com os tomadores de serviços daquela⁴, nada impede ao capitalista de ele mesmo criar a cooperativa e dispor da liberdade que legalmente lhe é garantida. Vimos, no caso do Ceará, que ao invés de as cooperativas terem nascido da iniciativa dos trabalhadores, foram criadas como parte de um projeto de industrialização daquele Estado, e os trabalhadores "foram chamados a participar de uma organização, que já estava estruturada para servir aos propósitos de uma empresa capitalista" (Moreira, 1999: 135). Um empreendimento que nasce subvencionado pelo Estado e por capitalistas não pode, jamais, pretender funcionar como uma cooperativa genuína, capaz de superar a divisão social do trabalho. Para Marx (1974), "elas [as cooperativas] só têm valor enquanto são criações independentes nas mãos dos trabalhadores e não são protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses" (28).

Sob a alegação de criar empregos, qualquer capitalista pode, através de seus representantes, suscitar o surgimento de uma cooperativa que ofereça a força de trabalho de que ele necessita, sem os constrangimentos da relação empregado-empregador, o que não quer dizer que o conteúdo da relação escape às determinações que regulam o trabalho assalariado. No caso que tomamos como exemplo, as cooperativas estão no interior do planejamento empresarial, que tem no governo uma parceria relevante, oferecendo ao capital: infra-estrutura física (água, luz, esgoto) e terrenos a preço simbólico, e ainda incentivos fiscais para a instalação daquele complexo empresarial. Os prefeitos dos municípios da região também se associaram ao governo estadual e a Kao Lin para fundar o Centro Tecnológico de Formação de Confeccionistas - CTFC, onde pessoas alfabetizadas, especialmente mulheres, que tenham entre 18 e 35 anos, que demonstrem habilidades manuais para lidar com máquinas de costura, podem se inscrever para ser treinadas na montagem do jeans. O investimento desse centro tecnológico, criado para atender aos interesses do capital, foi de US\$ 1.400.000,00, dos quais mais de 40% doados pelo governo do Ceará e pelos municípios da região, e o restante pela empresa citada, que, mediante doações, mantém uma média de 25 pessoas empregadas para qualificar a mão-de-obra. Conforme dados da pesquisa

³ Segundo Lima (1998), em regiões como o Nordeste a cooperativa pode ser uma opção, dada a falta de alternativa dos trabalhadores. Do ponto de vista desse autor, as cooperativas "criam emprego e renda em áreas de baixa atração de investimentos como é o sertão nordestino; incluem no mercado uma população tradicionalmente excluída, criando expectativas de inserção social inexistentes anteriormente; qualificam mão-de-obra para o trabalho industrial; mantêm nas pequenas cidades uma população potencialmente migrante para o Sudeste do país ou capitais regionais" (213).

⁴ Para evitar qualquer tipo de reivindicação trabalhista, foi criada a lei nº 8.949/94, que trata da não-existência de vínculo empregatício entre cooperativa e cooperado e empresa tomadora de serviços através da cooperativa. Essa medida legal resultou na inclusão do parágrafo único ao Art. 442 da CLT, segundo o qual "Qualquer que seja o ramo da atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviço daquela" (Brasil, 1997: 129).

referenciada, "até junho de 1996, foram abertas cooperativas em onze municípios do Maciço de Baturité" (*op. cit.*: 130-131). E a experiência não para por aí, o Estado do Ceará vê a expansão do modelo com muito otimismo. Segundo um representante daquele governo, "outros projetos estão sendo estudados para serem implantados noutras áreas do Estado, onde o 'modelo pioneiro' de cooperativas de produção em grande escala será aplicado" (*idem*: 128).

É evidente que nessa experiência, nem de longe acenam os princípios de autonomia e liberdade sobre os quais se pauta o cooperativismo. Os trabalhadores são chamados a participar de um empreendimento que não é seu. E o que é pior, sua participação está condicionada à aquisição de máquinas de costura, que "coincidentemente" são produzidas por outra empresa do mesmo grupo de investidores taiwaneses, a Yamacom, que também tem negócios na área" (*idem*: 132). Para isso, as cooperativas fizeram um empréstimo no Banco do Nordeste do Brasil, cujo avalista foi a empresa contratante das cooperativas.

Poder-se-ia dizer que o comando da produção está nas cooperativas, que elas têm autonomia organizacional? Segundo Moreira, "elas foram criadas com o propósito de suprir a força de trabalho para a montadora de jeans e são, de fato, um apêndice da empresa" (*idem*: 132). Há entre a empresa e as cooperativas um contrato, por um período de oito anos, em que estas se comprometem a produzir jeans para a Kao Lin segundo suas especificações técnicas, enquanto durar o contrato. A empresa compra a produção e avaliza empréstimos para aquisição de máquinas e equipamentos necessários à produção das peças, e também transfere e gerencia a aplicação da tecnologia e a qualidade das peças produzidas.⁷ Em poucas palavras, as cooperativas executam o que a empresa contratante determina. O contrato de exclusividade lhes tira qualquer independência. Quem dirige o trabalho da cooperativa, quem diz o que, como, e quando deve ser produzido, e quem, finalmente, se apropria da produção e da mais-valia produzida é a empresa. Infere-se que o cooperado vende força de trabalho, e não trabalho,⁸ pois sem a efetiva participação da empresa eles nem teriam condições materiais de produzir. Tudo que implica empréstimos bancários é avalizado pela empresa. E os cooperados "são facilmente substituíveis se decidirem desafiar a estrutura da cooperativa ou

⁷ "Até agosto de 1996, onze cooperativas foram abertas nos municípios do Maciço de Baturité (Acarape, Antonio Diogo, Aracoiaba, Barreira, Baturité, Cantagalo, Capistrano, Guarimiranga, Itapiúna, Pau Branco e Redenção). Na maioria dos municípios, as cooperativas são divididas em três unidades, empregando uma média de 35 trabalhadores em cada uma delas. Cada unidade tem um supervisor, empregado pela Kao Lin, encarregado de supervisionar a produção, de acordo com as normas da empresa. Para que as cooperativas funcionem adequadamente, outros empregados da Kao Lin também trabalham nos prédios das cooperativas, como, por exemplo, técnicos de máquinas de costura e pessoal do controle de qualidade e gerentes de produção, que são responsáveis pela administração das cooperativas numa determinada área. O principal papel destes gerentes é fazer com que a produção corra sem incidentes, que uma certa ordem de produção possa ser entregue no prazo requerido pela empresa. Eles também são mediadores dos conflitos entre a empresa e as cooperativas" (Moreira, 1999: 132-133).

⁸ Os membros das cooperativas de confecções trabalham no mínimo oito horas por dia, com um período de uma hora de descanso para o almoço, e um intervalo de 10 minutos pela manhã e à tarde. Na rotina diária das cooperativas de confecções, as entrevistadas afirmaram que apenas têm hora para chegar ao trabalho, mas não para sair. Elas nunca sabem com certeza a hora que irão para casa no final do dia. Muitas vezes fazem horas extras para terminar uma ordem de produção. Assim, às vezes, trabalham até sete ou oito horas da noite. (...) Além disso, as cooperadas têm que trabalhar também aos sábados, quando é necessário terminar um número de peças jeans para a empresa que contrata seus serviços. Apesar de não serem obrigadas a trabalhar aos sábados, a supervisão espera que o façam" (*idem*: 134).

simplesmente deixarem de ser seu membro" (*idem*: 141). Aquele investimento no centro de formação, onde são mantidos cerca de 25 empregados, assegura o constante treinamento de confeccionistas entre o grande volume de força de trabalho desempregada, o que elimina qualquer poder de barganha dos cooperados. Concordamos que "as cooperativas de confecções são membros de uma empresa capitalista que usa o seu estabelecimento, numa região periférica, como maneira de aumentar seus lucros, usando uma força de trabalho que não é legalmente ligada a ela, numa relação empregado-empregador" (*idem*: 140).

Vimos que as cooperativas não possuem capital de giro para se autonomizarem, o que as tornam dependentes da empresa Kao-Lin, sendo obrigadas a executar uma produção que é organizada pela empresa contratante. Prova disso é que as operações executadas pelos membros das cooperativas sofrem o controle direto de profissionais que representam o interesse da empresa, e o preço das peças produzidas é estipulado por ela em uma planilha, variando de acordo com a quantidade de peças produzidas pela cooperativa e o modelo do jeans. Embora os membros da cooperativa trabalhem no mínimo oito horas por dia, com apenas uma hora para o almoço e um intervalo de dez minutos pela manhã e à tarde, sua renda fixa é de apenas R\$ 40,00 por mês, com acréscimos variáveis, a depender da quantidade de peças produzidas. Dentre os valores recebidos pelos cooperados, entre os anos de 1994 e 1996, o mais alto, registrado na pesquisa, é de R\$ 130,00 mensais. "No contrato que a Kao-Lin tem com as cooperativas, não existe nenhum dispositivo que proteja a renda dos membros das cooperativas, no caso de falta de peças para montar" (*idem*: 140), embora elas só possam produzir para essa empresa.

Em ramos de produção como a confecção, por maiores que sejam os avanços tecnológicos, uma máquina de costura continua sendo a sua unidade básica de produção. Assim, o capital se beneficia primeiro ao obrigar o trabalhador a adquirir a máquina, o que lhe interessa diretamente enquanto venda, realização de mais-valia, portanto; para, a seguir, utilizá-la contra o próprio trabalhador, tornando-a instrumento de sua auto-exploração. Os trabalhadores que adquirem uma máquina de costura, através da cooperativa para trabalhar nas condições analisadas, são proprietários do meio de produção, mas não se tornam proprietários das mercadorias produzidas, e muito menos da mais-valia gerada. Não há, nas cooperativas examinadas, manifestações espontâneas, respeito às iniciativas pessoais, igualdade na distribuição de rendimentos, o que indica não se tratar de uma atividade econômica em benefício dos seus sócios. Interiormente, isto é, se olharmos para os cooperados em si, não há uma separação nítida entre o trabalho e o meio de produção, portanto não se trata de uma produção tipicamente capitalista. Poderíamos dizer que são apenas vendedores de mercadoria, pois, formalmente, não estão vendendo força de trabalho. Contudo, sua existência depende da grande empresa. Por isso, é importante que se enfatize a relação que existe entre os trabalhadores e a empresa capitalista. O recrutamento, o treinamento, o comando, a disciplina, a exclusividade não caracterizam uma relação onde se trocam equivalentes. Esses elementos nos conduzem a afirmar que o modelo de cooperativa instalada no Ceará, para atender a empresa Kao-

Lin, "apresenta-se como um método, empregado pelo capital, para mediante o aumento da sua força produtiva explorá-lo mais lucrativamente" (Marx, 1983: 266). A mais-valia que se cristaliza nessa forma de produção é apropriada por um agente econômico, cujo volume de capital acumulado o torna apto a enfrentar o mercado, numa condição privilegiada, e este, certamente, não é a cooperativa.

Ao fazer um contrato de exclusividade com as cooperativas, o capitalista adquire o direito de usar a força de trabalho por oito ou mais horas diárias. Os cooperados têm direito a uma remuneração fixa de R\$ 40,00, que será ou não acrescida, dependendo da quantidade de peças produzidas. Assim, os membros das cooperativas podem até acreditar que a sua remuneração corresponde ao volume de mercadorias produzidas, mas, na verdade, a empresa dispõe da sua força de trabalho, diariamente, por um valor que está abaixo dos propósitos mais conservadores, isto é, abaixo do salário mínimo. Considerando que "*o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho*" (Marx, 1982: 161), e considerando que os membros das cooperativas de confecção do Ceará, além de obedecerem a uma disciplina rígida, têm uma remuneração fixa, que por mais ínfima que seja, independe das peças produzidas, entendemos que estão vendendo sua força de trabalho, uma vez que esta é obrigada a funcionar por um tempo cuja mercadoria produzida é muito maior que o seu valor. Não há dúvida que o verdadeiro valor da mercadoria produzida é muito superior ao que custa para o capitalista. Ora, a quem se destina esse sobreproduto, se não é à cooperativa? Se o fosse, a renda dos cooperados seria outra. Contudo, se o sobreproduto fosse distribuído entre os cooperados, não haveria interesse da empresa por aquela produção. Se ali existe uma empresa que financia equipamentos e outros materiais para uma produção que lhe é exclusiva, é porque há a cisão no processo de produção, que justifica a produção de mais-valia e a existência dos capitalistas enquanto organizadores do processo de trabalho.

Se ainda paira alguma dúvida sobre quem se apropria da mais-valia na relação Kao-Lin/cooperativas, uma pesquisa mais recente⁹ é portadora de fatos que dão maior consistência ao que defendemos. Novamente movida pela redução dos custos, a partir de 1997, a Kao-Lin resolveu adotar a estratégia contrária de internalização das atividades, que antes eram realizadas externamente. Observe-se que a produção continuou inteiramente terceirizada: os galpões foram fechados e as cooperativas foram transferidas para o prédio da fábrica, para onde foram levadas as máquinas, apesar da insatisfação dos trabalhadores, na sua maioria mulheres, cuja proximidade com a casa lhes permitia eventualmente administrar problemas do seu cotidiano. Se os trabalhadores tivessem um mínimo de autonomia, resistiriam a essa imposição da fábrica. Contudo, os que insistiram em permanecer nos galpões, acabaram desempregados. Resta-lhes esperar que os galpões sejam reabertos, isto se as prefeituras conseguirem novas parcerias com outras fábricas. Mas eles não podem ignorar que a Kao-Lin, como fiadora dos empréstimos, pode se apropriar das máquinas se os trabalhadores não saldarem suas dívidas.

Fica evidente que a redução de postos de trabalho, por um lado, assegura a submissão dos trabalhadores, que se obrigam a aceitar passivamente a exploração, e, por outro, serve de justificativa ao Estado para revestir de legalidade o mais brutal retrocesso nas relações de trabalho. Mas, nem o comportamento defensivo dos trabalhadores nem os artifícios garantidos pelo aparato institucional podem abolir os fundamentos do modo de produção capitalista. A divisão social do trabalho e uma multiplicidade de trabalhadores sob o comando do mesmo capital para produzir o mesmo gênero de mercadorias continuam constituindo a forma de produzir capitalisticamente, embora a mobilidade e a liberdade adquiridas pelo capital lhe permitam, agora, ter sob o seu comando as mais diversas formas de trabalho, nos lugares que se mostrarem mais rendosos.

Nesses termos, embora a compra/venda da força de trabalho ocorra por meios indiretos, visto que o contrato de trabalho é metamorfoseado num contrato comercial, o capitalista continua trocando "parte do trabalho alheio já objetivado, do qual se apropria incessantemente sem equivalente, por um quantum maior de trabalho vivo alheio" (Marx, 1984: 166), donde se conclui que a terceirização cumpre a função de adequar o trabalho informal às exigências da valorização do valor neste momento histórico.

Os perversos processos de terceirização que se praticam no Brasil, e que já existiam sob outras bases muito antes dos ajustes estruturais impostos pelo padrão flexível, assumem agora maior importância, sendo facilitados por reformas no Direito do Trabalho as quais ao invés de proteger o trabalhador, oferecem ao capital um aparato jurídico capaz de legalizar relações fraudulentas e impor uma redobrada submissão do trabalho ao capital. Nesse universo, inscreve-se o polêmico Projeto de Lei nº 5.843, de 2001, que altera o artigo 618 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e que já foi aprovado no Congresso Nacional, apesar dos protestos da maioria das organizações de trabalhadores. No aludido projeto está implícita a tendência à informalidade, na medida em que oferece mecanismos legais para retirar a proteção que ainda resta ao trabalho formal, o que significa colocá-lo em condições idênticas ao informal.

Conclui-se, portanto, que pela sua funcionalidade ao capital o trabalho informal tende a se generalizar. Esta tendência pode ser traduzida num futuro profundamente sombrio para a classe trabalhadora.

⁹ Pesquisa realizada por Lima (2001), entre 1997 a 2000.

BIBLIOGRAFIA

- ADDISON, T. & DEMERY, L. *The alleviation of poverty under structural adjustment*. Washington, The World Bank, 1987.
- BRASIL. *Consolidação das Leis do Trabalho*. São Paulo, Saraiva, 1997.
- CHOSSUDOVSKI, M. A. *A globalização da pobreza; impacto das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo, Moderna, 1999.
- DOWBOR, L. O que acontece com o trabalho? In: // C:WINDOWS\TEMP\TRAB.LADISLAU.htm, 21/10/2001. (No prelo da Editora SENAC, SP, 2001).
- LIMA, J. C. Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho. In: CASTRO, N. A. e DEDECCA, C. S. *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo; Rio de Janeiro, ALAST, 1998.
- _____. Interiorização industrial e fábricas cooperativas: a experiência nordestina dos anos 90. In: GUIMARÃES, N. A. e MARTIN, S. (Orgs.) *Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo, Editora SENAC, 2001.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- _____. *O capital*. São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- _____. *Salário, preço e lucro*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- _____. *A miséria da filosofia*. São Paulo, Global, 1985.
- _____. Crítica do Programa de Gotha. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Crítica dos programas socialistas de Gotha e de Erfurt*. Porto, Tipografia Nunes Ltda., 1974.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Cortez, 1998.
- MOREIRA, M. V. C. Cooperativismo e desenvolvimento: o caso das cooperativas do Maciço do Baturité, Ceará. In: TEIXEIRA, J. F. S. *et alli*. *Globalização e mercado de trabalho no Estado do Ceará*. Fortaleza, Unifor, 1999.
- POCHMANN, M. *O emprego na globalização*. São Paulo, Boitempo, 2001.

O FETICHE DE FELICIDADE NO DISCURSO DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO*

Maria Virgínia Borges Amaral**

"Nem rir, nem chorar, mas compreender"
Spinoza

Com esta frase de Spinoza, começamos nossa reflexão sobre o funcionamento do discurso de qualidade de vida e os efeitos de felicidade que produz. A proposta requer que conheçamos os acontecimentos que marcaram a sociedade contemporânea no final do século XX; que entendamos as razões que levam os homens a reinventar formas de orientação da prática social quando se deparam com dificuldades no processo de identificação, criação ou definição de alternativas para responder às necessidades de reprodução da vida. No estudo que realizamos fomos conduzidos pela certeza de que por trás da moldura de encantamento e embelezamento da realidade do mundo moderno, envaidecedora de qualquer artista, esconde-se a comicidade e a dramaticidade que embevecem o palco dos grandes teatros. Na verdade, o que se espera frente ao desvendamento da realidade é compreender os discursos que orientam e sustentam as ações dos homens nesta sociedade. Para a análise que procederemos neste texto tomaremos o discurso da qualidade de vida como representante de uma ideologia que cria para os sujeitos um *fetiche de felicidade*, corolário da atividade de consumo – só será realizado e *feliz* o homem que for identificado como possuidor dos meios que o possibilitem tornar-se *consumidor*.

OS FUNDAMENTOS DA ANÁLISE

Compreender implica ter a possibilidade de orientar-se, o que pressupõe conhecer o lugar que se ocupa no contexto sócio-histórico e perceber as possíveis respostas que advirão de práticas caracteristicamente desumanizantes, como as inúmeras que ocorrem na sociedade atual. Uma atitude de compreensão da realidade é uma condição para nos posicionarmos no contexto sócio-histórico e alargarmos os horizontes que possam integrar o ser social em transformação. Logo, do ponto de vista discursivo, conforme Orlandi (1988:73), "a compreensão se instaura no reconhecimento de que o sentido é sócio-historicamente determinado e está ligado à forma-sujeito que, por sua vez, se constitui pela sua relação com a formação discursiva."

Para se chegar à compreensão é preciso ir às condições de produção do discurso que, tomadas numa perspectiva de totalidade, estão relacionadas ao processo sócio-histórico; um processo social em movimento que supõe indivíduos

* O texto apresentado é parte da pesquisa "O discurso sobre a qualidade de vida no trabalho" integrante do grupo de pesquisa *Discurso: sujeito, história e ideologia*, do programa de Pós-Graduação de Letras e Linguística, com a participação de alunos de Serviço Social, bolsistas do PIBIC - CNPq/PROPEP - UFAL.

** Doutora em Linguística. Professora dos Cursos de Graduação em Serviço Social e Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFAL.

em relação com a cultura, a sociedade, a economia, tudo isso constituindo a substância da história (cf. Amaral, 1999). O que se destaca na noção de condições de produção não é a situação empírica, as circunstâncias imediatas que constituem o 'contexto' no qual o discurso foi produzido; é a representação da situação empírica no imaginário¹ histórico social, a "exterioridade constitutiva do discurso". Não se compreende, então, o discurso separado da sua 'exterioridade constitutiva', "no discurso há sempre um discurso outro, função da relação do todo com a ideologia (com a exterioridade, com o interdiscurso)." (Orlandi, 1996: 11). O que está em discussão com a noção de condições de produção do discurso é, na verdade, o movimento do discurso, os seus nexos, o que faz o discurso ser o que é; em suma, a sua dialética. Com esta base de compreensão, o discurso se revela como uma particularidade que cumpre a sua função no processo de constituição, produção e reprodução da vida em sociedade. A substância dessa particularidade, que a faz diferente de outros particulares, está na indissociabilidade entre a língua e a história.

Língua e história interagem discursivamente no campo em que as possibilidades do dizer são definidas, sob a orientação das formações ideológicas. As formações discursivas são esse campo que Orlandi (1998) define como *campo de significância*; são as formações discursivas que "determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição [ideológica] dada numa conjuntura" (Pêcheux, 1988: 160). É no interior das formações discursivas, pois, que os sujeitos podem manifestar as posições ideológicas que ocupam no meio social, mesmo que nessas posições esteja oculta para o sujeito a fonte do seu dizer. Essa posição do sujeito é marcada por um efeito de 'onisciência' da subjetividade, que não se percebe, que enaltece o sujeito como fonte do processo de produção e reprodução da vida e, portanto, das suas formas de representação: o sujeito tem a ilusão de que é dono do seu discurso (esquecimento 1) e que tem a autonomia na escolha das palavras que emprega no discurso que julga ser seu (esquecimento 2). (cf. Pêcheux, 1988/1993).

Isso significa dizer, como Bakhtin (1992: 313), que cada época, cada momento histórico, em cada uma das esferas da vida tem 'saberes' já sedimentados e "acatados que se expressam e se preservam sob o invólucro das palavras, da obras, dos enunciados, das locuções etc." É por isso que os 'dizeres' do 'sujeito-falante' toma forma e evolui sob o efeito da relação contínua e permanente com outros enunciados já ditos nas mais diversas instâncias de enunciação². Então, embora os processos discursivos, compreendidos como relações de paráfrases inerentes à formação discursiva (Pêcheux & Fuchs, 1993: 170), não tenham origem

¹ O imaginário é nessa perspectiva uma "linguagem da vida real" (Marx, 1986: 55) e é nesse sentido que na AD não se faz a história das representações, dos discursos, desligando-os dos fatos reais, do desenvolvimento de uma dada formação social, da prática social em que foram produzidos. Na AD, trata-se de "observar os modos de construção do imaginário necessário na produção dos sentidos." (Orlandi, 1992: 18). Trata-se de analisar e interpretar a historicidade do discurso, compreender como a materialidade discursiva produz sentidos.

² Configurando-se a *cadeia da interação verbal*, no sentido empregado por Bakhtin (1992: 123); um fenômeno social que constitui a realidade fundamental da língua, visto que não pode haver enunciado isolado; ele "sempre pressupõe enunciados que o precederam e que lhe sucederam", formando uma 'cadeia' (idem, 1992: 375).

no sujeito, só podem se realizar no e com esse sujeito, porque só ele pode dar voz à 'mudez do real'³, só o sujeito é capaz de elaborar representações desse real, o que significa reconhecer que ao produzir discursos o sujeito imprime sua marca, tomando a palavra como "a sua palavra", através da qual pode se expressar, se fazer entender e se identificar enquanto sujeito no mundo.

O CONTEXTO DO DISCURSO DA QUALIDADE

A expressão *qualidade*, tão difundida atualmente, remonta ao início da sociedade industrial. Já na década de 20, a noção de qualidade estava associada à idéia de tempo e de eficiência do trabalhador no desempenho de suas tarefas para se evitar defeito de fabricação do produto. Na década de 70, qualidade passou a ser referência para a organização da produção a fim de se garantir determinadas metas de produtividade. Com este sentido, a qualidade chegou à década de 80 atribuindo sentido aos processos de Gestão pela Qualidade Total, o que significa a implementação de programas de administração de todos os recursos da empresa, inclusive os recursos humanos.

Se fizermos uma breve retrospectiva histórica do século XX, a partir da contribuição de Hobsbawm (1995), observaremos que as grandes mudanças podem ser identificadas nas décadas de 50 e 60 – a Era de Ouro. Passando pela década de 70, cujo início (marcado pela crise mundial do petróleo, 1973) é tido como um divisor de águas, da *era de ouro* à *década da crise* dos anos 80, alcançamos os anos 90, período em que as mudanças atingem os países periféricos, a partir de um processo político reconhecido como "abertura democrática" dos países coloniais.

Na Era de Ouro, o mundo estava dividido em dois grandes blocos. De um lado, os países capitalistas, controlados pelos Estados Unidos; de outro, os países controlados ou influenciados pela União Soviética. "O motivo fundamental para a separação dos dois campos era sem dúvida político." (Hobsbawm, 1995: 365-6), mas os efeitos, em geral, foram de mudanças extraordinárias para a economia mundial e para a sociedade em geral. No período pós-guerra, os países capitalistas procuraram reduzir os efeitos da guerra, adotando estratégias para a reestruturação da economia. Estão dadas as bases para o discurso da qualidade – efeitos da produção. O modelo de produção em massa de Henry Ford espalhou-se pelas indústrias de grande parte do mundo e a economia mundial viveu o seu período de maior expansão. Tanto que, em 1950, o surto econômico pareceu quase mundial e independente de regimes econômicos. "A Era de Ouro foi um fenômeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo" (Hobsbawm, 1995: 255).

A grande tendência da Era de Ouro era necessitar, cada vez mais, de grandes investimentos e, cada vez menos, de gente, a não ser como consumidores. O ideal a que se aspirava nessa época era a realização de serviços sem seres humanos: os robôs automatizados montando carros, espaços de trabalho com grandes bancos de computadores controlando a produção de energia; tudo isso

³ Referimo-nos, de forma muito genérica, ao papel da linguagem na reprodução intelectual do real e, conseqüentemente, a sua função no processo de produção e reprodução da vida. (Cf. Chasin, 1989).

fazia parte do grande projeto da produção. O incremento das máquinas no espaço produtivo estava consolidado. Esse período de prosperidade, de desenvolvimento econômico e tecnológico tornou-se uma sucessão de leves flutuações financeiras. O desemprego em massa não fazia parte daquela realidade de desenvolvimento econômico que tinha o Estado, como maior regulador e estimulador, assessorado pelos economistas keynesianos.⁴ O modelo econômico do pós-guerra permaneceu apresentando as mais rápidas transformações que a história do capitalismo já presenciou, até 1973, “quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa grande recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação.” (Anderson, 1995: 10).

Neste contexto de crise econômica e política, o mundo se revoluciona mais uma vez e passa a adotar formas mais flexíveis de produção. É a *Era da Acumulação Flexível*⁵. A flexibilidade extrapola o âmbito da produção para ser um princípio orientador das relações dos homens em sociedade. As idéias que sustentam formas de organização social e técnicas de trabalho da produção e reprodução do capital foram ultrapassando as fronteiras dos países capitalistas mais desenvolvidos, como a Inglaterra e os Estados Unidos, receberam nomes e tratamentos específicos em cada lugar. Mas foi no Japão que a experiência de acumulação flexível causou maior impacto, com os resultados produzidos pela Toyota, o que gerou o chamado toyotismo ou o modelo japonês. “Ao contrário do fordismo a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo” (Antunes, 1995: 26). O consumo é que determina o que será produzido.

O discurso sobre a qualidade da produção passa a ocupar um lugar de destaque no cenário discursivo da *reestruturação produtiva*. Qualidade passa a ser uma expressão que extrapola os sentidos e os referentes instituídos nos muros das empresas para ganhar capacidade de ser uma referência para outras instâncias da vida em sociedade. Esta expressão parece ter adquirido a capacidade semântica de atribuir sentido a todas as ações dos homens nesta sociedade. Tanto pode ser definida como propriedade ou atributo de alguma coisa/sujeito, como pode servir para estabelecer uma escala de valores – da boa qualidade até a péssima qualidade de algo – e, conseqüentemente, pode ser referida como critério de aprovação ou reprovação, de aceitação ou de recusa de tal coisa.

Os deslocamentos de sentidos desta expressão são assim decorrentes do contexto sócio-histórico do discurso que a emprega. De uma propriedade ou atributo a coisa referida, o bem ou o serviço produzido no processo de trabalho, a expressão qualidade passa a designar a própria *coisa*; passa a representar e a incorporar um conjunto de saberes que a eleva de uma simples expressão lingüística a um discurso: “o discurso da qualidade”. Esse discurso se inscreve

⁴ Base teórica do Estado intervencionista.

⁵ O processo de acumulação flexível “caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego dos chamados ‘setores de serviço’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (Harvey, 1995: 140).

em uma formação discursiva que permite falar em sistema de qualidade, controle de qualidade, qualidade total, qualidade de vida, construindo uma rede de formulações para representar uma formação ideológica definidora de valores, princípios e procedimentos que orientam a prática da sociedade regida pelas leis do mercado⁶.

Um dos princípios do discurso da reestruturação do capitalismo é o da *desregulamentação*, da transferência do poder centrado no Estado para o mercado. Este discurso constrói mecanismos pelos quais a sociedade capitalista faz-se representar como uma sociedade “indivisa e não-contraditória” (cf. Chauí, 1997), omitindo, na verdade, o “movimento de separação” que a sustenta; ‘separação’ entre quem produz e quem detém os meios da produção, entre quem pensa e quem age, entre exploração econômica e dominação política, entre *perdedores e vencedores*.⁷

O discurso de uma *sociedade indivisa* é contraditório; procurando explicitar a diferença entre idéias, pessoas, grupos, países dentro de uma mesma sociedade, *conditio sine qua non* das democracias modernas, reforça a desigualdade, caracterizada pela exploração e a pela dominação. Embora a formação social capitalista se reproduza na e para a separação, precisa de um meio que lhe sirva de referencial de identidade, que represente um sistema de identificação e construa para os sujeitos dessa sociedade uma representação do imaginário de liberdade e igualdade, princípios básicos orientadores da ordem da sociedade moderna. O mercado assume esse papel, como um campo⁸ onde os indivíduos podem ser igualados entre si ou equiparados a *coisas*, na medida em que o indivíduo tem sua vida valorada patrimonialmente, como *recursos humanos* ou *capital humano*, conforme explicita o texto a seguir:

Recorte 1:

A vida tem um valor humano inestimável. O assunto é delicado, mas estudos feitos por economistas da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, sugerem que esse valor pode ser medido, em moeda sonante, e que varia com a idade da pessoa. Ao observar quanto uma pessoa produz de trabalho e riqueza e quanto está disposta a gastar com equipamentos de segurança, eles concluíram que, em média, a vida de um americano vale entre 3 milhões e 7 milhões de dólares. Além do capital humano, é esse valor que uma empresa julga estar protegendo quando investe na prevenção de doenças de seus funcionários”⁹

O direito no Estado moderno se constituiu sobre a idéia da propriedade privada, capaz de ser um bem material, uma coisa que pudesse ser usada, logo essa propriedade tem um sentido concreto, um sentido material, o que significa dizer que o direito individual é, ele também, um direito físico, concreto, possível

⁶ Cada uma dessas formas específicas de qualidade apresenta elementos de saberes que as caracterizam como um discurso particularizado, como é o caso do discurso da qualidade de vida no trabalho.

⁷ Tomamos de empréstimo essa expressão de Kurz (1997), que a emprega ao examinar o ‘combate’ entre os países em torno do vencedor “mais estúpido que a história já conheceu”: o capitalismo.

⁸ Chauí (1997) denomina este campo que mede e regula os indivíduos, ocultando-lhe o movimento de separação próprio da sociedade capitalista, de “campo de equivalência”. Diz ela: “Graças à abstração do mercado (que não é assim percebida porque sua aparência é concreta), a sociedade unifica-se: unificação do processo de trabalho pela gerência científica, unificação dos trabalhos intelectuais pela administração burocrática, unificação do público e do privado pelo consumo, unificação das atividades sociais e das representações pela ideologia”. (Chauí, 1997: 109).

⁹ Veja. Check-up, a Cura pela Prevenção. São Paulo: Abril, n. 26, 28 de junho de 2000.

de ser usufruído. O direito à propriedade, pois, foi o que mais mereceu a atenção dos legisladores, de maneira que sendo concreto pode ser explicitado nas leis e nos códigos civis. Tudo que não pudesse ser valorado patrimonialmente estava fora das normas reguladoras do direito. O sujeito de direito teria, pois, que ser uma pessoa una e identificável; o objeto patrimonial deveria ser algo que pudesse ser avaliado economicamente e tudo se resolve juridicamente, em última instância, em perdas e danos. Para Souza Filho (1999: 311), esta é uma regra que vale para todos os bens, inclusive os intangíveis, “como o chamado dano moral, a propriedade intelectual e os direitos de autor. Até mesmo a vida dos indivíduos passa a ser valorada patrimonialmente”

O mercado é o agente regulador da vida social e política, conferindo identidade aos membros da sociedade e produzindo efeito de unicidade através de um discurso de *igualdade e liberdade*. Mas toda essa representação de unicidade que o mercado propicia se efetua de forma contraditória, pela divisão e pela fragmentação, essencialmente necessárias ao movimento do capital. O mercado é o meio pelo qual a sociedade capitalista confere um efeito imaginário de unicidade, dissimulando a sua divisão interna, constituída pela contradição das classes sociais. Essa representação dissimulada da sociedade capitalista é condição necessária para a sua reprodução, o que nos leva a lembrar a assertiva marxiana: “mesmo as formações nebulosas no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais.” (Marx, 1986: 37). As representações, pois, não são imagens fantasiosas da realidade, são produtos de homens ativos, no processo de vida real. Nesse sentido, o mercado cumpre bem o seu papel, o de ser um meio pelo qual a sociedade capitalista pode operar a contradição que lhe é vital, sendo, por isso, para usarmos uma definição de Jameson (1996, p. 271), “o terreno de luta ideológica mais crucial em nossa época”.

O DISCURSO DA QUALIDADE E O FETICHE DE FELICIDADE

No campo do trabalho, o discurso da qualidade de vida responde a esses objetivos, de fazer o trabalhador se aceitar como dono da sua própria vida, livre para escolher e tomar decisões, responsável por uma vida saudável e feliz. Eis o *sentido de felicidade* no discurso da qualidade de vida no trabalho.

Recorte 2:

*Se a empresa não dispuser de funcionários saudáveis, não poderá competir. Na economia globalizada de hoje, recursos humanos e capital humano adequados são fatores dos mais importantes em qualquer tipo de negócio.*¹⁰

Neste recorte, pode-se observar que o sentido de competição hoje está para além da competição entre homem e máquina; está na capacidade que teria o homem em competir com outros homens, designados como *capital humano*. Se tudo está girando em torno da acumulação da riqueza, o mais importante para esse fim não

é atender às necessidades do homem para a sua libertação, mas para torná-lo cada vez mais dependente do capital. Na verdade, é como diz Marx (1971: 198), “toda pessoa especula sobre a criação de uma nova necessidade nos outros, de modo a levá-los a novos sacrifícios, a colocá-los numa nova dependência”.

O que se verifica com a complexificação do modo de produção capitalista, é que ao invés de a organização do trabalho libertar o homem da sua dependência da natureza, no sentido da sua sociabilidade, mais se criam mecanismos de limitações, mais se aprisiona o homem ao *fetichismo* que opera na prática competitiva. Representando esta realidade, o *discurso da qualidade de vida no trabalho* funciona dissimulando a força subjetiva da concorrência entre os próprios trabalhadores ou entre os próprios empresários e *silenciando*¹¹ o sentido objetivo da concorrência que é o fundamento do capitalismo: a competição entre trabalhadores e patrões. Tudo leva à confirmação de que nesse processo de produção capitalista a ênfase dada à concorrência, paradoxalmente, gerou um desgaste do sentido ontológico-marxiano do trabalho, condição de existência humana; sobressaiu-se o aspecto desumanizador. Ou, de acordo com Marx:

*“A propriedade privada nos tornou tão estúpidos e parciais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital, ou quando por nós é diretamente possuído, comido, bebido, transportado no corpo [usado], habitado, etc., numa palavra, quando é utilizado.”*¹²

Esse é o fundamento do discurso de qualidade de vida. Na verdade, os trabalhadores são conduzidos a se convencerem e a acreditarem que têm alguma posse. Posse do que comem, do que vestem, do que lêem. O sentido de *posse*, que é o fundamento do discurso da sociedade de consumo, é orientador da prática de programas de qualidade. Este funcionamento pode ser verificado no discurso empresarial quando traduz para seus interlocutores o sentido de alguns programas como o do “benefício flexível”.

Recorte 3:

*O modelo permite que os funcionários escolham os benefícios de que realmente estão precisando naquele momento. Cada um recebe determinada quantia de pontos para usar à vontade no cardápio disponível. Quem não quiser o plano de saúde – pois já tem o do marido ou o da mulher, por exemplo – pode investir os créditos em um curso de inglês. Quem não precisa de estacionamento no prédio ganha o direito de trocá-lo por tratamento dentário ou sessões de massagem.*¹³

O efeito de liberdade produzido pelo discurso de qualidade de vida se manifesta no empregado quando é levado a crer que tem alternativas de escolha. Esse efeito é reforçado quando se diz que o empregado pode *usar à vontade* no cardápio disponível. A expressão *cardápio* atualiza um saber discursivo gastronômico que produz um efeito de prazer decorrente do ato de comer. O funcionário da empresa, um sujeito interpelado pelo discurso da qualidade de vida, é levado a acreditar que o fato de ter

¹¹ Expressão derivada da concepção de silêncio como instância de significação do discurso, desenvolvida por Orlandi (1992).

¹² Marx, 1971:197.

¹³ Revista Veja, 23 de maio de 2001.

¹⁰ KARCH, Robert. Manager Online. <http://www.manager.com.br/entrevista-karch.asp>. 02 de junho de 2001.

acumulado pontos para comprar os serviços do cardápio, o torna possuidor de um bem equivalente a um patrimônio – um vale alimentação, cartão de saúde ou mesmo uma vaga no estacionamento da empresa. Esse efeito metafórico dissimula o limite e o deslocamento do sentido de direito coletivo, evidenciando-se a ênfase na conquista individual, dada a simulação de capacidade individual de escolha e de concorrência.

Recorte 4:

*A vantagem [dos benefícios flexíveis] é impedir aquele sentimento de frustração de quem é obrigado a abrir mão de um benefício sem conseguir levar nada em troca.*¹⁴

Além disso, o funcionário é envolvido pelos efeitos de vantagens produzidos pelo discurso, que também tem o objetivo de prendê-los à empresa, conforme deixa transparecer o enunciado a seguir:

Recorte 5:

*O pacote de benefícios oferecido pelas companhias terá peso cada vez maior no momento de escolher entre continuar na empresa ou trocar de emprego.*¹⁵

Com esse mecanismo de persuasão, o discurso simula evidências de troca entre empregado e empresa. Dissimulando o limite do direito, o discurso da qualidade de vida cria a ilusão de que o “benefício flexível” libera o funcionário para decidir sobre o que lhe convém. Esta sensação de liberdade, produzida pelo sentido de *flexibilidade*, desloca o sentido de benefício – como uma conquista e direitos de todos – para o de serviço, e como tal pode ser adquirido pelo funcionário que teria poder de decisão e de escolha de alternativas para o atendimento de suas necessidades, sendo por isso um direito individual. O trabalhador é interpelado em consumidor, um sujeito de direito individual que se constitui na representação atual da *forma-sujeito*¹⁶ do discurso da sociedade moderna orientada pelas leis do mercado.

O discurso da qualidade tem o feito de ser representante de uma formação ideológica que constrói para os homens em sociedade um conjunto de princípios orientadores das suas ações. Esta formação ideológica dissimula as evidências de que a sociedade continua organizada sob a regência do capital que, sorrateiramente, cria outras formas de representação da sociedade dual. A divisão de classes (capitalistas e trabalhadores) é silenciada e a sociedade aparece como se estivesse dividida entre quem trabalha (pessoas economicamente ativas) e quem não trabalha (os inativos ou desocupados).

Na verdade, o discurso da extinção das classes se esforça para não deixar transparecer que a lógica do capitalismo não mudou e nem mudará enquanto for esta a forma de produção desta sociedade. O grupo que trabalha continua diretamente ligado ao processo de produção da mais-valia, que continua vendendo sua força de trabalho e, portanto, continua participando do processo de exploração do trabalho pelo capital, e o

¹⁴ Revista Veja, 23 de maio de 2001.

¹⁵ Revista Veja, 23 de maio de 2001.

¹⁶ “A forma a partir da qual o sujeito se identifica com tal formação discursiva e se posiciona enquanto sujeito do discurso; é por isso um efeito, um resultado do processo da interpelação da ideologia (cf. Pêcheux, 1988). Entendemos que a forma sujeito seja a forma para a qual se encaminha o sujeito do discurso para definir sua identidade; é a base de sustentação do sujeito no mundo.” (Amaral, 1999: 55).

outro, que está excluído desse processo, vive de outros meios como a assistência social, o emprego informal, ou atividades independentes, o trabalho rural e o trabalho doméstico.

O primeiro grupo é formado pelos ditos “os privilegiados”¹⁷, porque teriam, através da empresa, os meios para responder as suas necessidades vitais como alimentação, tratamento médico e odontológico, lazer, habitação, transporte, educação, tanto para os trabalhadores como para os seus dependentes. A condição de privilegiados, na verdade, efeito de evidências das relações que se estabelecem entre empresários e empregados.

Na história de um discurso de privilégios pode-se identificar formas expressivas de controle das relações de trabalho caracterizadas pelo limite dos direitos. Aos trabalhadores, nesta forma de ser da sociedade, responde-se o que convém à manutenção da ordem capitalista vigente. A formação ideológica dominante se faz representar através de discursos que usam artifícios para dissimular a grande contradição do capitalismo: estimula o desejo e o canaliza para o falseamento da sua concreção.

Estamos falando do efeito metafórico que essa prática produz nos trabalhadores. Um *fetichismo de felicidade* que, como tal, faz parecer que a satisfação das necessidades humanas é algo exterior ao próprio homem, algo estranho que parece não ter forma alguma mas dá forma a tudo. Este “ser estranho” identifica-se com “o apetite imaginário”¹⁸, um fenômeno decorrente da necessidade lógica que tem o capitalismo de transformar o trabalhador em mercadoria. Conforme Mészáros (1989), a partir de Marx, pelo fato de ser um “capital vivo”; esta mercadoria tem a *infelicidade* de ser “um capital com necessidades”. Entretanto, como decorrência das leis do mercado (da oferta e da procura), “as qualidades humanas do trabalhador só existem na medida em que existem para o capital, a ele alheio” (Marx, 1971:190). O que significa dizer que as qualidades dos trabalhadores só têm importância na medida em que contribuem para a acumulação da riqueza, para o lucro da empresa.

Ora, à medida em que o trabalhador é reduzido a uma mercadoria, mais especificamente, a uma máquina em virtude da mecanização do seu trabalho, a atividade laborativa perde o sentido de *satisfação humana*; o trabalho deixa de ser o meio pelo qual o homem alcançaria a sociabilidade. Paradoxalmente, conforme bem explicita Mészáros, a condição de ser reduzido espiritual e fisicamente a uma máquina implicou numa maior necessidade de capacitação do trabalhador, uma capacidade competitiva.

O desvendamento da trama que está por trás dos processos discursivos que produzem efeitos de sentido de um *mundo novo*, exige mudanças de atitudes, de comportamento, das bases sobre as quais se estruturaram as relações de trabalho. Nas sociedades capitalistas as experiências humanas são revestidas das evidências construídas pela formação ideológica dominante, a que propaga ‘certezas’, aparentemente incontestáveis, como as de *liberdade e igualdade entre os homens*. Só historicizando essas ‘certezas’ pode-se contradizer a transparência das evidências.

¹⁷ Conforme Limoeiro (2000: 116), “Diante da exclusão que passa a ser norma para a grande maioria da população potencialmente trabalhadora, a exploração de trabalho passa a ser ‘privilegio’”.

¹⁸ Uma expressão usada por Mészáros (1981:128) para se referir a um dos aspectos que corroboram para a reprodução do modo de produção capitalista: reificação, trabalho abstrato e apetite imaginário.

BIBLIOGRÁFICAS

- ALGARTE, Waldir & QUINTANILHA, Delma. *A história da qualidade e o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade*. Rio de Janeiro: INMETRO/SENAI, 2000.
- AMARAL, M. Virgínia Borges. *A (des)razão do mercado: efeitos de mudança no discurso da qualidade total*. Tese de doutorado, UFAL – Maceió, 1999.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: E. Sader e P. Gentili. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.
- BAKHTIN, Mikail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BEYNON, Huw. Globalização, neoliberalismo e direitos dos trabalhadores no Reino Unido. In: OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maia Célia (orgs.). *Os sentidos da Democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, p. 265-288.
- CHASIN, J. *A sucessão a crise e a crise na esquerda*. In *Ensaio* Nº17/18, São Paulo: Editora Ensaio, 1989, p. 1 - 122.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. São Paulo: Cortez, 1997.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Revista CNI*, nº295, São Paulo:CNI, junho de 1996.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- KARCH, Robert. Manager Online. <http://www.maneger.com.br/entrevista-karch.asp>. 02/06/2001
- KURZ, Robert. *Os últimos combates*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- LIMOEIRO, Mirian. Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social. In: GENTILI, Pablo (org.) *Globalização excludente*. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLCSO, 2000, p. 96-127.

- MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MARX, K. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1971. 1988.
- MARX, K & Engels, *O manifesto do partido comunista*. (1948), São Paulo, Cortez, 1998.
- ORLANDI, Eni. O inteligível, o interpretável e o compreensível.. In: Regina Zilberman e Ezequiel Theodoro da Silva. (orgs.) *Leitura Perspectiva Interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. *Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. A leitura proposta e os leitores possíveis. In: Eni Orlandi (org.) *A Leitura e os Leitores*. Campinas: Pontes, 1998.
- PÊCHEUX, Michel *Semântica e Discurso, uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Os direitos invisíveis. In: OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maia Célia (orgs.). *Os sentidos da Democracia*. Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, p. 307-334.
- TEIXEIRA, Francisco. O neoliberalismo em debate. In: Francisco Teixeira e Manfredo da Oliveira (orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. São Paulo: Cortez/UECE, 1996, p. 195-252.

COMPROMISSO ENTRE CAPITAL E TRABALHO NA FLEXIBILIDADE PRODUTIVA: CONSENTIMENTO OU CONQUISTA DO TRABALHO?

Reivan Marinho de Souza Carneiro¹

As alterações na organização da atividade produtiva, no padrão de acumulação capitalista e no mundo do trabalho explicam, na contemporaneidade, o movimento de reordenamento do capital para saída da crise estrutural via flexibilização da produção capitalista. Entende-se que uma nova forma de organização do trabalho, uma nova disciplina e uma nova ideologia traduzem as exigências do mercado competitivo, individualizado em função da busca da qualidade do produto e da ampliação de capitais. Tais modificações fazem convergir a passivização do trabalho e uma progressiva desidentidade de classe em face da transferência das necessidades de reprodução do capital para o trabalho.

É acerca deste processo de alienação que a ideologia do consenso produz sobre o trabalho, nos programas de gestão e controle, na atualidade, que se constitui o objeto de nossa investigação. Neste texto, pretendemos problematizar teoricamente o “novo” compromisso entre capital e trabalho na flexibilização produtiva, em particular se este compromisso se institui como consentimento ou conquista do trabalho às suas necessidades de reprodução social.²

FENÔMENO DE ADESÃO DO TRABALHO AO CAPITAL: PROBLEMAS E DESAFIOS HISTÓRICOS

As transformações societárias³ que configuram o capitalismo contemporâneo – reestruturação produtiva, reforma do Estado, ação das classes – expressam o fenômeno de restauração econômica do capital em face de sua crise estrutural. As implicações históricas desta crise, configuradas nestas transformações, atingem complexamente a organização da produção material e o conseqüente processo de reprodução social das classes⁴. Além do que, estas transformações colocaram em evidência a crise do padrão de acumulação⁵ baseado na rigidez da produção. É sobre

¹ Mestre em Serviço Social/ Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas – UFAL/ Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2001.

² Este texto foi apresentado na Sessão Coordenada – Transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade – Encontro Regional de Pesquisadores em Serviço Social, promovido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS/ Regional Nordeste em dezembro de 2001. Além disto, este texto contempla parte das reflexões contidas no projeto de doutorado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

³ Sobre a análise das transformações societárias na contemporaneidade, cf. o texto de José Paulo NETTO. “Transformações societárias – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil”. In: *Serviço Social e Sociedade* nº50, 1996.

⁴ Segundo Ana E. MOTA e Ângela S. do AMARAL, “as formas de objetivação e subjetivação do trabalho coletivo, a composição e a intervenção das classes sociais e do Estado, apresentam-se como categorias explicativas dos processos macrosociais contemporâneos que afetam a vida social e determinam mudanças no conjunto das práticas sociais, onde se insere a experiência profissional do Serviço Social”. “Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social”, In: *A Nova Fábrica dos Consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*, 1998, p.24.

⁵ Este padrão de acumulação capitalista é designado fordista-keynesiano, que foi idealizado por Henry Ford e introduzido, em 1914, em sua fábrica de automóveis nos EUA. Estruturou-se o fordismo a partir da racionalização do processo de produção (rigidez) baseado no planejamento em larga escala, no trabalho rotinizado e disciplinado, no incremento da tecnologia, na confecção de produtos mais homogêneos e na fragmentação do processo de trabalho (separação entre elaboração e execução).

o impacto destas transformações no mundo do trabalho, em particular sobre as formas de gestão e controle do trabalho, na era da flexibilidade, que se orienta nossa investigação. Apreender a dinâmica do processo macrosocietário, em curso na sociedade impõe investigar as bases sócio-históricas em que ele se assenta, bem como conhecer as tendências atuais sobre o perfil, composição e gestão da força de trabalho.

O fenômeno da flexibilização produtiva altera as formas de gestão e controle do trabalho, conduzindo à formação de um trabalhador qualificado, polivalente, criativo e adequado à nova era do conhecimento. Em termos ideológicos, este processo leva a adesão do trabalhador ao ideário da gestão participativa – cooperação, parceria e mais recentemente da solidariedade.

Esta adesão do trabalhador ao ideário da gestão participativa diferencia-se do processo fordista que articulava racionalidade do trabalho ao modo de viver do proletariado. O trabalhador, na era fordista, cede o controle sobre os rumos da atividade produtiva e de sua vida à administração do trabalho na fábrica. Institui-se uma disciplina, uma ética para efetivar um padrão de conduta dos trabalhadores.⁶ Transforma-se a condição proletária à conformação do operário-massa que via parcelização da atividade separa os especialistas (engenheiro/técnico) do operário manual, além do que ocorre a integração à classe dominante de parte dos trabalhadores que irão compor o “staff administrativo”. Forma-se, então, um conjunto anônimo de trabalhadores que, ora estão homogeneizados na condição de operário-massa, ora estão descaracterizados em gerências administrativas, colocando em dúvida os limites do proletariado.

Este processo de massificação do proletariado revelou-se contraditório no fordismo, pois se por um lado o acesso ao consumo mercantil⁷, à segurança social, ao exercício dos direitos políticos, à cultura possibilitou uma autonomia e consciência do operário como indivíduo privado, por outro lado, este processo levou à homogeneização do operário, tornando-o apêndice do sistema de produção e submetido à rigidez do emprego.

Marcado pela crise estrutural do capitalismo, nos anos 30/40 este compromisso fordista firmado entre burguesia e proletariado não resultou de uma disputa clara entre as classes, foi condicionado pelo desenvolvimento capitalista, e “do ponto de vista do proletariado pode ser comparado a uma espécie de *intensa barganha* histórica pela qual o proletariado renunciou à aventura histórica em troca da garantia de sua segurança social”.⁸ Tratava-se de aceitar consensualmente as

⁶ Segundo GRAMSCI, “os novos métodos de trabalho são indissoluvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro. Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: os inquéritos dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a ‘moralidade’ dos operários são necessidades do novo método de trabalho. [...]”. Antônio GRAMSCI, “Americanismo e Fordismo”, In: *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, 1984, p.396.

⁷ Apesar da possibilidade de acesso ao consumo mercantil, o luxo que era usufruto apenas dos ricos foi fetichizado em necessidade das classes trabalhadoras através do consumo do supérfluo. Foi atribuída à classe trabalhadora a responsabilidade pela diminuição da superprodução e do desemprego tecnológico que abatia a sociedade norte-americana da época, através do consumo do desnecessário. A cultura do produtor é substituída pela cultura do consumidor ao se fomentar a “criação organizada da insatisfação”. Ver a respeito Harry KIFKIN, “A Mágica da Tecnologia e Realidades de Mercado”, In: *O Fim dos Empregos – O Declínio Inevitável dos Níveis de Emprego e a Redução da Força Global de Trabalho*, 1995, p.20.

⁸ Alain BIHR, “O modelo social-democrata do movimento operário”. In: *Da grande noite à alternativa – o movimento europeu em crise*, 1998, p.37.

novas formas de organização da produção e do trabalho, acatando o projeto de dominação que teve como contrapartida a concretização de um sistema de proteção social.⁹

Este compromisso representou para a classe operária e classe média urbana que se formava, nos EUA e Europa, a possibilidade de superar a miséria pela ampliação da qualidade de vida, alcançar uma relativa estabilidade no emprego, reduzir o tempo de trabalho e conquistar direitos sociais.¹⁰ A concretização do Estado de bem-estar social - *Welfare State* - implicou a negação do caráter revolucionário do trabalho e adequação dos trabalhadores ao projeto keynesiano de Estado¹¹ em face das ameaças históricas que colocavam em risco as condições efetivas de reprodução social da classe operária e classe média urbana. O fordismo representou para o proletariado um aumento da dependência, tanto prática quanto ideológica em relação ao Estado [...]. [Isto porque o Estado representava] a garantia de sua seguridade social em sua qualidade de gestor da relação salarial: é o Estado que fixa o estatuto mínimo de todo assalariado, garante respeito aos contratos coletivos de trabalho, [...]. Desde então o proletariado ocidental pôde deixar de considerar o Estado como um órgão repressivo a serviço dos capitalistas, para nele ver o instrumento do bem coletivo, o que levou a reforçar em seu seio um fetichismo de Estado, mas também os ideais democráticos (inclusive o que eles têm de ilusório), aos quais deu um conteúdo concreto (garantindo mais ou menos o direito ao trabalho, à habitação, à saúde, à educação, à formação profissional, ao lazer).¹²

A ideologia do consenso, no fordismo, ao tempo em que mistificou o antagonismo entre as classes, expôs historicamente a necessidade de reprodução ampliada do capital em sua fase monopolista via subordinação do trabalho. Prevaleceu o consentimento entre classes, em que o proletariado defendia, intransigentemente, o Estado de bem-estar social em função da garantia dos direitos sociais e do emprego.

Após um longo período de acumulação de capitais, destacam-se os traços mais contundentes da crise estrutural do capital nos anos 70. Isto se verifica na queda tendencial da taxa de lucro, no esgotamento do padrão taylorista/fordista de produção, na hipertrofia da esfera financeira que ganhava relativa autonomia

⁹ Sobre a manipulação do operário no processo de trabalho, BRAVERMAN expõe que, “como em todo funcionamento do sistema capitalista, a manipulação vem em primeiro lugar e a coerção é mantida na reserva – exceto que esta manipulação é produto de forças econômicas poderosas, políticas de emprego e barganha, e atuação e evolução íntimas do próprio sistema capitalista e não primacialmente dos hábeis esquemas de peritos em relações trabalhistas”. Harry BRAVERMAN, “A Revolução Técnico - Científica e o Trabalhador”. In: *Trabalho e Capitalismo Monopolista*, 1987, p.150.

¹⁰ Destacava-se, naquele período, a ênfase keynesiana na demanda efetiva, na teoria do pleno emprego tendo em vista a expansão e consolidação do fordismo. Para Antunes, “erigiu-se um sistema de compromisso e regulação, que limitado a uma parcela de países capitalistas avançados, ofereceu a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser efetivo, duradouro e definitivamente controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado”. Ricardo ANTUNES, “A Resposta do Capital a sua Crise Estrutural: a Reestruturação Produtiva e suas repercussões no processo do trabalho”, In: *Os Sentidos do Trabalho – ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*, 1999, p.37.

¹¹ No que se refere ao projeto Keynesiano de Estado, entende-se que o Estado assume funções de direção no processo econômico e produtivo, dá suporte à aceleração da produção, ao desenvolvimento tecnológico e à expansão dos mercados. Enfim, articula intervencionismo à regulação social.

¹² Alain BIRH, op. cit., 1998, p.55.

frente aos capitais produtivos, na maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas oligopolistas, na crise do *Welfare State*, no incremento acentuado das privatizações e na flexibilização da produção e da força de trabalho.¹³

Antunes desenha os elementos que configuram a crise estrutural do capital e contrapõe-se àqueles argumentos que responsabilizam esta crise apenas ao esgotamento do padrão fordista de produção. Em Harvey, Chesnais e Meszáros encontra-se uma análise da sociedade capitalista contemporânea que explicita o sentido destrutivo do capital expresso na intensificação da tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, no fenômeno de transnacionalização do capital, na desregulamentação das relações trabalhistas e na incontornabilidade do metabolismo do capital.

Com o fenômeno da reestruturação produtiva, o pacto fordista se desfaz gerando novas contradições à relação entre capital e trabalho. A crise do capitalismo, nos anos 70, expõe os sinais de desgaste do padrão fordista de produção. Em resposta a esta crise, definem-se os contornos do processo de reorganização do capital, cuja expressão mais concreta está na ampliação das concepções neoliberais via desregulamentação dos direitos trabalhistas, redução dos recursos destinados às políticas públicas, privatização e desestruturação do setor produtivo estatal.

As bases sócio-históricas sobre as quais se assenta o compromisso entre capital e trabalho, na era da flexibilidade produtiva, distinguem-se do período fordista em função da crise de sociabilidade do capital que assume proporções jamais vistas. Diversos são os elementos que interferem decisivamente para consolidar esse compromisso.

Na transição da fase rígida da produção para a era flexível ocorrem mudanças qualitativas nos "processos de trabalho, nos padrões de consumo [em função] do surgimento de setores de produção novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e inovação comercial, tecnológica e organizacional".¹⁴ Entretanto, apesar das diferentes interpretações teóricas, tais inovações não alteram a lógica imanente da acumulação capitalista – a valorização do valor.

Embora Harvey considere as mudanças e inovações na organização da produção e do trabalho com a acumulação flexível, ressalta que por certo houve uma imensa mudança na aparência superficial do capitalismo a partir de 1973, embora a lógica inerente da acumulação capitalista e de suas tendências de crise permaneça a mesma. Precisamos considerar, porém, se essas mudanças assinalam o nascimento de um novo regime de acumulação capaz de conter as contradições do capitalismo durante a próxima geração ou se marcam uma série de reparos temporários, constituindo assim um momento transicional de dolorosa crise na configuração do capitalismo no final do século XX.¹⁵

Com a flexibilização da atividade produtiva¹⁶ são visíveis aquelas

¹³ Considera Antunes que o esgotamento do padrão fordista de produção esboça apenas fenomenicamente a crise estrutural do capital. Cf. Ricardo ANTUNES, op. cit., 1999, p.29-30.

¹⁴ David HARVEY, "O Fordismo", In: *Condição pós-moderna*, 1992, p. 140.

¹⁵ Ibid., p.177.

¹⁶ Para Gounet o processo de acumulação flexível expressa um movimento de reorganização da produção capitalista definida pela demanda – a economia de escopo, sendo apoiada nos métodos desenvolvidos por Taiichi Ohno, artífice

mudanças no mundo do trabalho em termos de novos meios e organização do trabalho, novas propostas de contrato, subcontratação, terceirização, uma nova disciplina ("autonomia" e diversas atribuições ao trabalhador), bem como uma nova ideologia (gerência participativa, cooperação, associação, solidariedade). Destaca-se o fenômeno da polivalência do trabalhador (realização de múltiplas tarefas a partir da combinação de funções intelectuais com atividades simples), bem como a organização horizontal da atividade.¹⁷ Exige-se um trabalhador mais envolvido ideológica e materialmente com o processo de trabalho¹⁸. Para realizar tal feito, o capital enfrenta a resistência do trabalhador. Como fazer?

É preciso remover os obstáculos institucionais que anteriormente regulamentavam a compra e venda da força de trabalho. Daí a ofensiva do capital contra os sindicatos e toda e qualquer legislação de proteção do trabalho. Por isso, o desmonte do *Welfare State*, com seu excesso de regulamentação burocrática e padronizada tem de entrar na ordem do dia. A liberdade de contratação e de negociação exige o afastamento do Estado; sua ausência como mediador dos conflitos entre capital e trabalho.¹⁹

Eis aqui os elementos que contribuem decisivamente para consolidar o compromisso consentido entre capital e trabalho – a desregulamentação das relações de trabalho, a perda da proteção social e dos direitos trabalhistas, o desemprego estrutural que torna o trabalhador vulnerável às decisões do mercado. Num dado momento, o Estado intervém produzindo e regulando relações econômicas e garantindo direitos trabalhistas, a exemplo do Estado de bem-estar social; noutro momento, quando a forma de produção de mercadorias torna-se incompatível com a intervenção regulacionista, ele aparentemente sai de cena e deixa ao livre mercado o comando das relações econômicas. A liberdade de negociação trabalhista representa para o trabalho a fragmentação, fragilização das organizações sindicais em face do tratamento individualizado das questões referentes ao salário, jornada de trabalho e desemprego.

O "novo" compromisso se sustenta em função de estratégias do capital que

do método *kanban*, e orientada pela redução dos estoques de produção, pelo controle dos tempos – *just in time*, tendo em vista aumentar a produtividade. Taiichi Ohno foi engenheiro e acionário da *Toyota*, fábrica de automóveis no Japão, onde desenvolveu, desde 1950, a concepção do método *Kanban* – senha utilizada no processo de produção que alude à exigência de reposição das peças na esteira, evitando a perda dos tempos mortos (*just in time*) quando da realização da atividade. Esse método foi implementado no Japão pós-Segunda Grande Guerra, em face das necessidades mais individualizadas de um mercado restrito, num melhor tempo, com melhor "qualidade" dos produtos e com um número reduzido de trabalhadores (qualificados e polivalentes), operando várias máquinas ao mesmo tempo. Tal implantação teve uma dupla origem: as empresas japonesas precisavam ser tão competitivas quanto as americanas sob pena de desaparecerem; o Japão se apoiou no método fordista, mas não o copiou, lançou mão de seu potencial de pesquisa e criatividade, adaptando-o à nova realidade então reinante nesse país. Cf. Thomas GOUNET, "Pensar pelo avesso o capitalismo", In: *Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel*, 1999.

¹⁷ Deve-se atentar para o fato de que a produção flexível não se expande na sua forma original segundo o modelo japonês; adquire diversas feições quando da sua concretização nos países centrais e periféricos.

¹⁸ Segundo Ana E. MOTA e Ângela S. do AMARAL, "estas novas formas de domínio supõem a socialização de valores políticos, sociais e éticos e a produção de padrões de comportamento compatíveis com as necessidades de mudança na esfera da produção e da reprodução social. A direção dos processos políticos e a produção do consentimento de classe, para empreender mudanças, transformam-se nos novos baluartes da ação das classes dominantes, na atual conjuntura", op. cit., 1998, p.29.

¹⁹ Francisco J. Soares TEIXEIRA. "O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política", In: *Crítica Marxista* n° 10, 2000, p.86.

estão circunscritas ao espaço de trabalho e ao convívio em sociedade. Na esfera do trabalho, novos poderes são adquiridos pelos trabalhadores em decorrência da autonomia, do acesso aos projetos de direção, organização e introdução de novas tecnologias. Na esfera do controle do trabalho, o envolvimento se consolida porque, para conseguir a estabilidade no emprego, o trabalhador está condicionado a aderir ao projeto de mobilidade profissional interna ou externa à empresa. Na esfera ideológica, o trabalhador é submetido a aderir à ideologia da cooperação, associação, parceria em função da idéia de que é parte constitutiva e essencial do processo de trabalho. Nessa esfera, o capital objetiva dirimir os conflitos que decorrem da relação capital/trabalho. Além dessas concepções, o capital também vem investindo na propagação do ideário de solidariedade e voluntariado, expresso em diversos programas sociais, para além da esfera do trabalho, configurando o projeto de responsabilidade social que permite dividir entre capital e trabalhador o ônus da responsabilidade sobre a miséria.

As práticas de compromisso tornam-se viáveis pela adesão do trabalho ao ideário da cooperação/solidariedade, que, em sua forma fetichizada, impõem uma participação integral do trabalhador no processo de trabalho, nas decisões institucionais e nas suas relações cotidianas. Este movimento subordina o trabalhador a uma concepção de identidade de classe, a qual pode conduzir, historicamente, à negação do caráter revolucionário da classe operária.²⁰

A aceitação dos trabalhadores a este ideário de cooperação/associação se constitui em função do reconhecimento, ainda que de forma contraditória, da complexidade estrutural da crise capital e da necessidade de intervir sobre ela. O "associado", o "cooperado" incorpora a idéia de que o sistema ao qual está integrado é tão seu quanto daqueles que detêm o comando capital. A sutileza de tal relação, metamorfoseada pela idéia de cooperação que também é peculiar ao ideário socialista, se objetiva no trabalho, tornando os antagonismos entre as classes aparentemente mais tênues. A negação de ser classe operária implica adesão passiva às necessidades de reprodução do capital e um contínuo processo de alienação do trabalho e a conseqüente construção de barreiras generalizantes, que além de consumirem a força física, absorvem a imaginação, o sentimento, a cultura e a ideologia do trabalho, tornando-o mais acessível ao uso indiscriminado do capital.

Conforme já foi exposto, novas posições de classe passam a vigorar. É sabido que devido às exigências de uma força de trabalho mais envolvida ideológica e materialmente com o processo de trabalho, se estabelece uma relação de classes sobre novas bases. Bases estas que se assentam na dinâmica instável do mercado, na individualidade das posições interclasse, na fragmentação do movimento operário e na frugalidade das ideologias políticas. Condição que confere ao proletariado possibilidades mais fortuitas de acesso e conquista de direitos sociais e de construir uma crítica radical à ordem burguesa.

²⁰ Consideramos que a adesão do trabalhador ao ideário da cooperação, parceria, associação não anula a possibilidade de transformação da sociedade do capital. Contudo, ressaltamos que a generalização de tal relação às custas do estranhamento do trabalho nos níveis em que se reproduz, hoje, dificulta a construção de alternativas revolucionárias. Ressalte-se que não estamos anulando essa possibilidade, tanto que a entendemos determinada historicamente e não apenas subjetivamente orientada.

Enfeitiçar, manipular, encobrir não aparecem como meros verbos usados para designar ações, explicitam abstrata e concretamente, na flexibilização produtiva, a maneira sutil que o capital encontrou para tornar uma relação entre oponentes em identidade. A ideologia do associado/ parceiro parece destituir a diferença básica entre as classes, quando, na realidade, torna menos acessível a possibilidade de reconhecimento de tal diferença. Isto não remete à concepção de que a ideologia se desconecta da efetividade do mundo, ao contrário, explicita a prioridade que a ideologia tem no processo de reprodução de relações sociais que objetivam uma dada sociedade, sem, entretanto, ser idêntica a estas relações. Para instituir a flexibilidade produtiva, é funcional ao capital reproduzir um novo ideário que torne generalizante seu processo constitutivo. A ideologia do consenso²¹ é o elemento que possibilita articular valores, princípios, modos de pensar de classes distintas, tendo em vista a garantia da coesão social, tão ameaçada no mundo capitalista em crise. Esta ideologia constitui-se na relação entre as classes, sendo, então, fundamental à reprodução da ordem dominante.

A sutileza da ideologia do consenso revela o caráter destrutivo de generalização da relação capital no mundo contemporâneo. O capital renova a forma da relação, no entanto mantém dominante sua gênese histórica - a necessidade imanente de valorização do valor e a alienação do trabalho. A ideologia do consenso tão propalada pelas Ciências Sociais converge para a individualização, fragmentação, vulnerabilidade e subordinação do trabalho ao capital, visto que atinge de forma integral o modo de ser da classe trabalhadora. Ainda que na flexibilização produtiva seja mantida a essência da reprodução do capital, a forma como tal relação se materializa indica a gravidade do fenômeno de alienação. A forma não se sobrepõe ao conteúdo, porém revela o caráter destrutivo do capital na sociedade. Penetra-se ideologicamente de forma cautelosa e encantadora sobre o trabalho, tornando-o não só o agente que veicula a ideologia, mas aquele que a defende em função da garantia do emprego e da coesão social.

Diversas são as interpretações teóricas a respeito das implicações históricas que a ideologia do consenso produz sobre as classes; apenas destacamos, no processo de flexibilização produtiva, o caráter fetichista que ela adquire. A manutenção da ordem social e o fortalecimento do mercado são reforçados com a disseminação desta ideologia que encobre a prioridade da relação capital na sociedade que a constitui.

²¹ Sobre a ideologia do consenso destacamos alguns elementos críticos do pensamento de Habermas em sua teoria do agir comunicativo. Ele "defende enfaticamente que o consenso, o entendimento mútuo entre os sujeitos no processo de argumentação é interpretado como inerente ao processo de reflexão. Entretanto, é totalmente rechaçada qualquer forma de coerção que implique a imposição, a dominação de um determinado argumento sobre outro, sendo o entendimento mútuo assegurado a partir da fala argumentativa. [...] A intersubjetividade, propalada pela teoria habermasiana, é inerentemente portadora de uma tendência natural e espontânea de os sujeitos se disporem ao diálogo e ao estabelecimento do consenso; mesmo em situações em que o conflito aparece, esse conflito é administrável para que novamente seja restabelecido o acordo. Compreender a realidade fundamentada nessa pressuposição significa [aderir] aos princípios da democracia burguesa, na medida em que na esfera da política os sujeitos, mesmo que em posições contrapostas, tendem a estabelecer acordos para garantir a universalidade dos direitos de todos cidadãos que compõem a sociedade. [Estes acordos] são passíveis de serem negociados, desde que sejam preservados os princípios que regem a sociedade burguesa através do controle do Estado e do mercado". Reivan M. de S. CARNEIRO, "Habermas e o mundo da vida", Cristina NOIASCO *et al*, Sérgio LESSA (org.) In: *Habermas e Lukács: Método, trabalho e objetividade*, 1996, p.97-98.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos, portanto, que a adesão do trabalho ao ideário da flexibilidade produtiva constitui-se de forma consensual como mecanismo ideológico de reprodução dos interesses dominantes da sociedade. A afirmação de tal ideário não representa para o trabalho o atendimento das suas necessidades de reprodução social. O trabalhador é condicionado pelas determinações histórico-sociais, ou seja, pela crise de sociabilidade do capital e seu conseqüente movimento de restauração econômica.

Interessa ao capital dinamizar o desenvolvimento das forças produtivas, para que possa reverter a tendência crescente de queda da taxa de lucro; bem como definir ideologicamente estratégias de subordinação do trabalho a estas mudanças orientadas pela ideologia do consenso.

Não há como negar que as inovações tecnológicas têm contribuído para tornar ilusória a contradição entre capital e trabalho, na medida em que possibilita a superação dos limites do conhecimento e conduz à falsa impressão de um maior domínio sobre o processo de trabalho. Entretanto, convém salientar que, se por um lado está sendo gestada uma "nova" sociedade do conhecimento, havendo a ruptura com a fragmentação, especialização e rigidez da atividade no fordismo; por outro lado, com a flexibilidade, parcela representativa de setores da classe trabalhadora está submetida materialmente às condições de subcontratação, precarização e desemprego, demarcando as metamorfoses que a condição de trabalho adquire na sociedade atual.

A partir da leitura e sistematização da bibliografia referente ao tema, subsídio do projeto de doutorado, apreende-se que embora venha se gestando a ruptura do compromisso fordista, o "novo consentimento" entre capital e trabalho, na era flexível, é mais complexo, pois conduz à fetichização do trabalho através do controle do processo de trabalho via ideologia da cooperação e da solidariedade.

Por fim, pretendemos, no decorrer da investigação do tema, aprofundar os elementos que configuram as mudanças qualitativas nas formas de gestão e controle do trabalho, tendo em vista capturar o complexo fenômeno de adesão do trabalho à flexibilidade produtiva.

BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho – ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*, Coleção Mundo do Trabalho, São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.
- BIHR, Alain. *Da Grande Noite à Alternativa – o movimento europeu em crise*, Coleção Mundo do Trabalho, São Paulo, Boitempo Editorial, 1998.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capitalismo Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan S. A, 1987.
- DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica, um estudo do complexo petroquímico*, São Paulo Boitempo Editorial, 1999.
- GOUNET, Thomas. *Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel*, São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.
- GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*, São Paulo, Edições Loyola, 1992.
- MOTA, Ana Elizabete(org.). *A Nova Fábrica dos Consensos – Ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*, São Paulo, Cortez Editora, 1998.
- NETTO, José Paulo. "Transformações Societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil". In: *Serviço Social e Sociedade* nº50, São Paulo, Cortez Editora, 1996.
- RIFKIN, Harry. *O Fim dos Empregos – O Declínio Inevitável dos Níveis de Emprego e a Redução da Força Global de Trabalho*, São Paulo, Makson Books, 1995.
- NOLASCO, Cristina et al., LESSA, Sérgio (org.). *Habermas e Lukács: Método, Trabalho e Objetividade*, Maceió, EDUFAL, 1996.
- TEIXEIRA, Francisco J. Soares. "O Capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política". In: *Crítica Marxista* nº 10, São Paulo, Boitempo Editorial, 2000.

FORUM NACIONAL SOBRE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL

Mesa Redonda: "O Projeto de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras: fundamentos e críticas"

Maria da Graça Nóbrega Bollmann (ANDES-SN)

Em 2001, a disputa política no Senado abalou a base de sustentação política do governo. Escândalos na SUDAM e SUDENE, denúncias contra ACM e Jader Barbalho que terminaram por forçar suas renúncias e licença, indicaram a existência de uma crise moral e ética que traduziu, ao mesmo tempo, a convivência do governo na liberação de verbas para impedir a CPI da Corrupção.

O movimento sindical teve e tem a tarefa de canalizar para grandes movimentos de massa (Marcha dos 100 mil pela CPI da Corrupção), IIª Marcha Nacional pela Educação – Brasília, outubro de 2001 –, articulando insatisfações e exercendo pressão sobre o Congresso. O Brasil segue governado pelo Banco Mundial e FMI (Fundo Monetário Internacional). Subordinado aos organismos internacionais, faz questão de continuar com a política de arrocho, desrespeitando direitos conquistados para "desenvolver o país". Sem reajuste há 7 anos, o funcionalismo público, com a articulação na CNESF (Confederação Nacional das Entidades dos Servidores Federais) e apoiado pela CUT Nacional, instala a Campanha Salarial de 2001, com a precedência da greve da FASUBRA (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores em Educação nas Universidades Brasileiras), que foi iniciada dia 25/07, e no dia 22/08 com a greve do Setor das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) do ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior). A crise na Argentina, associada à crise energética, faz desabar o Real e eleva o Dólar ao seu pico mais alto – R\$ 2,50 – causando, mais uma vez, o aumento do desemprego, reforçando, assim, a necessidade de fortalecimento do Fórum Nacional de Luta.

Desde 1999, o governo FHC impõe à sociedade brasileira, em especial ao funcionalismo público, superávits acima das metas exigidas pelo FMI, excedendo, somente em 2001, em quase R\$ 9 bilhões o valor fixado pelo Acordo. Assim, o dever de casa do governo brasileiro, melhor aluno dos organismos internacionais, está sendo levado às últimas consequências.

Esse "desempenho exemplar" compromete a execução de políticas sociais e ambientais, especialmente a saúde, a previdência e a educação. Portanto, não é por acaso que a redução dos gastos com a educação de 1995 a 1999, da ordem de 1 bilhão, aproximadamente, vai resultar, diretamente, na transferência da responsabilidade do governo para a iniciativa privada e, portanto, à sociedade brasileira.

De outro lado, o governo FHC, por meio do MEC/INEP e campanhas milionárias, apresenta números que mostram que os problemas educacionais estão "resolvidos". No entanto, os dados dos órgãos oficiais como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o próprio MEC (Ministério da Educação e Cultura), nos revelam que a educação no país, sustentada na desobrigação do

governo no seu financiamento, apresenta um quadro desolador. O FUNDEF (Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), tido como solução para o financiamento de educação obrigatória - 7 a 14 anos -, "redistribuiu a miséria", induzindo a uma municipalização que só faz aumentar o clientelismo e a corrupção nas Prefeituras, colocando por terra Concursos Públicos, Planos de Carreira e Gestão Democrática. Soma-se à política da "terra arrasada" de FHC para a educação a campanha "Amigos da Escola" - calcada na desprofissionalização, no despreparo e no trabalho voluntário para a Educação Básica -, veiculada, ostensivamente, pela mídia. O que a mídia não mostra são dados que refletem uma realidade muito diferente:

- 30 milhões de analfabetos - de 15 anos ou mais -, 32% de mulheres acima de 40 anos analfabetas, com salários mais baixos do que no Uruguai, Argentina e Chile, para professores das classes iniciais;
- Aproximadamente 22 milhões de crianças em idade pré-escolar (0 a 6 anos), dos quais apenas 5 milhões estão matriculadas nesse nível de ensino;
- No ensino superior, estuda apenas 1% da população brasileira, sendo que na faixa de 19 a 24 anos, apenas 12%, ou seja, dos 14.500.000 jovens, apenas 2 milhões, aproximadamente, estão cursando esse nível de ensino.
- Aplicação de apenas 3,7% do PIB em educação, menos que os 6% que a UNESCO recomenda;
- Destinação no Orçamento Geral da União de 9 milhões para as universidades e 113 milhões para o pagamento da dívida externa.

O Plano Nacional de Educação, aprovado em fevereiro de 2001, com os escandalosos vetos de FHC que impediram financeiramente a concretização das metas nele estabelecidas, pôs por terra a proposta, elaborada democraticamente, do PNE - *Proposta da Sociedade Brasileira*, pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Assim, a democratização do direito à educação, materializada na democratização do acesso e garantia de permanência na escola em todos os níveis, na democratização do conhecimento e gestão com financiamento, condizente com essas tarefas, exige, hoje, mais do que nunca, atenção aos planos do governo para a educação brasileira.

Algumas das teses/orientações do Banco Mundial para a reforma da educação superior em países do terceiro mundo destacam a estratégia de renúncia do Estado na sua responsabilidade constitucional na manutenção da educação superior pública no Brasil, via transformação das IES (Instituições de Ensino Superior) públicas em "organizações sociais": o congelamento/redução do financiamento das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), que caiu de 0,9% para 0,6% do PIB em 2000; o acelerado processo de privatização da educação superior (apenas 22% das IES hoje são públicas). Ao lado disso, a subordinação da educação superior às orientações do Banco Mundial no documento *La Enseñanza Superior - Las lecciones derivadas de la experiencia* (Banco Mundial - 1994) e, mais recentemente, no documento *The Financing and Management of Higher Education: a status report on world wide reforms* (Banco Mundial, 1998), evidencia o fomento à "diferenciação das instituições", incluindo o "desenvolvimento das instituições privadas". No caso das IES públicas, indicam a diversificação das

fontes de financiamento, a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados:

- "redefinir a função do governo no ensino superior;
- adotar políticas destinadas à outorgar prioridade aos objetivos da qualidade e equidade;"

Cada uma dessas orientações aponta para uma série de mudanças no ensino superior brasileiro que foram concretizadas na Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e no Decreto 3860/01, como por exemplo, as instituições não-universitárias, centros universitários, colégios politécnicos, Institutos superiores de educação, cursos sequenciais, educação à distância, entre outras.

O marco referencial para o desmonte da concepção da universidade brasileira crítica, produtora de conhecimentos que contribuam para a solução dos problemas da maioria da população e de conhecimentos científicos e tecnológicos capazes de trazer avanços ao atraso cultural a que estamos submetidos, se materializou na aprovação, pelo Congresso Nacional, em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), bem como, numa série de Decretos, entre eles o 3860/01, que imprime à Educação Superior Brasileira, especialmente à universidade, a concepção que atende às exigências do mercado.

Ao instituir o sistema de avaliação das IES, o Banco Mundial outorga aos governos o credenciamento, a fiscalização e a avaliação das IES, além da distribuição dos recursos estatais, sob critérios de desempenho como já ocorre no Chile. Esse modelo de avaliação docente, "Avaliação de Desempenho", é vinculado à Reforma Administrativa, para tentar interferir na estabilidade do emprego. Está sustentada no sistema de "prêmios" e "punições" e na promoção ou competição entre méritos acadêmicos, nos méritos individuais, como a GED (Gratificação de Estímulo à Docência) e GID (Gratificação de Incentivo à Docência) para os docentes, e o "Provão" - Exame Nacional de Cursos - para os estudantes. Vale salientar que esse modelo de avaliação docente corresponde ao monitoramento, pretendido pelo MEC, das Diretrizes Curriculares para os Cursos Superiores - avaliação de desempenho, das políticas e planos oficiais voltados para os "bons" resultados.

Nessa linha de pensamento, toda a educação passou a se caracterizar por princípios que a identificam com uma "mercadoria". Essa concepção de educação, que subtrai todo o seu caráter crítico, formadora de profissionais comprometidos com o desenvolvimento científico e tecnológico do seu país e com a construção de sua identidade cultural, tem como origem o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio que sustentam a política neoliberal de redução do "déficit público" dos países do 3º mundo, como o Brasil, para possibilitar o pagamento da imensa dívida externa.

É nesse contexto que nos propomos a fazer uma reflexão sobre avaliação institucional - entendida como um processo permanente, como uma retrospectiva crítica contextualizada tanto socialmente quanto nas condições concretas em que se dá o trabalho acadêmico e funcional.

A avaliação deve estar referenciada numa determinada concepção de Universidade: patrimônio social que se caracteriza pela sua necessária dimensão de universalidade na produção e transmissão da experiência cultural e científica da sociedade. Estratégica, portanto, na construção da identidade social de interesse público. Uma Universidade produtora de conhecimento inovador e crítico com respeito à diversidade e pluralismo, produtora do saber que deve se tornar acessível à sociedade, contribuindo na solução dos problemas e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida da maioria da população brasileira.

O Plano Diretor da Reforma do Estado de Bresser Pereira ao instalar, em 1995, a base de sustentação da redução do papel do Estado no financiamento das políticas sociais no Brasil, incrementou a introdução de conceitos da economia de mercado nas estruturas do Estado. Fernando Henrique Cardoso, quando do seu livro "Mãos à obra Brasil: Proposta de Governo" (Brasília, 1994), afirma: "Uma burocracia profissionalizada, tendo o consenso público como forma de acesso e o mérito e a produtividade como critérios de promoção, é a condição para que possam ser instituídos salários justos para todas as funções. Só assim, poderão ser restauradas a criatividade, a responsabilidade e a dignidade do servidor público, para que possa de fato cumprir sua missão de servir bem a população" (os grifos são nossos).

Essa nova forma de gestão, sustentada na centralização do controle (avaliação) e na descentralização financeira, ou seja, na transformação do Estado num órgão fiscalizador, normatizador e regulador, exigiu, do ponto de vista da sua desobrigação financeira, reformas da Constituição Federal de 1988, Medidas Provisórias, Leis e Decretos, que vão perfilando o "novo" papel do Estado.

É nesse contexto que a universidade brasileira produtora de conhecimento passa a ter mais do que nunca o papel de reprodutora de informações na linha exigida pelo mercado. Assim, a universidade, como importante patrimônio social e que se caracteriza pela sua necessária dimensão de universalidade na produção e transmissão da experiência cultural e científica da sociedade, portanto, essencial como elemento constitutivo de qualquer projeto estratégico de construção de uma identidade social, tem sido, pelo governo, pressionada a exercer o papel de agente da "recolonização": exigida pelo processo de globalização. Nessa perspectiva, no lugar de produzir o conhecimento inovador e crítico, indispensável para configurá-la como um dos fatores dinâmicos na evolução histórica da sociedade, poderá ser entendida como o espaço da reprodução dos "pacotes tecnológicos úteis" para a manutenção e ampliação da submissão expressa na dependência científica e tecnológica dos países ricos para quem cabe a produção do conhecimento e, aos pobres, para quem se ocupa de consumi-lo. É bem verdade, no entanto, que o caráter reprodutivista da universidade – ainda que o(s) governo(s) venha(m), principalmente na década de 90, tentando imprimi-lo a essa instituição – não foi instaurado. No entanto, mudou, radicalmente, a concepção de avaliação institucional, pois, não mais referenciada na proposta social de universidade, porém nos princípios da economia, como eficiência, produtividade, equidade, entre outros.

Para "avaliar" quantitativamente a universidade não precisa muito. Assim, os complexos, no bom sentido, mecanismos de avaliação institucional, calcados no papel social dessa instituição, passam a ser substituídos, ajudados

pela mídia brasileira, pelos simplificados e reducionistas mecanismos de avaliação quantitativa como os Exames de Final de Curso ("Provão"), o ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) e o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica).

O Provão, estimulador da competitividade e do individualismo, se caracteriza pelo "ranqueamento" e competição entre as escolas de nível superior. O Provão constitui-se na materialização da avaliação implementada para fortalecer o "Estado Avaliador".

O capital, na sua nova "versão" neoliberal reorganiza a educação superior segundo sua própria racionalidade. Serve-se, assim, de teorias gerenciais, instrumentalizadoras dos processos administrativos da empresa capitalista expressos no ressurgimento da Teoria Geral da Administração. É essa teoria que sustenta a "escola de resultados", a "qualidade total", influenciadora da GED (Gratificação de Estímulo à Docência) e da GID (Gratificação de Incentivo à Docência). As propostas de avaliação do MEC/INEP/Organismos Internacionais, em especial o Banco Mundial, caracterizam-se pela lógica empresarial, por resultados imediatos, pela rentabilidade imediata, enfim, pela relação custo-benefício, próprios de um Estado poupador de investimentos nas áreas sociais.

A concepção de avaliação, de acordo com esse enfoque, reforça o aspecto quantitativista da análise da realidade expressando o "congelamento" do momento, como uma radiografia. Não há, portanto, nenhuma relação com o processo, com as condições que estabelecem as possibilidades maiores ou menores de algo ser realizado. Enfim, perde-se, na avaliação quantitativa e isolada, a visão da totalidade, a compreensão da universidade na sua multidimensionalidade, do seu caráter social. A avaliação global, contextualizada, comprometida com um projeto social de universidade, é substituída pela visão pontual e fragmentada, portanto, isolada, de um segmento da universidade, para simples constatação.

Ao defendermos o processo de avaliação institucional, o estamos fazendo no entendimento da avaliação para mudanças, como um processo de conhecimento dos problemas e de formas para superá-los, objetivando o aperfeiçoamento das Instituições de Ensino Superior com vistas ao padrão unitário de qualidade – sua identidade e projeto acadêmico global.

O ANDES-SN vem construindo uma concepção de avaliação que tem como foco a qualidade do trabalho universitário, visando ao estabelecimento de um padrão unitário de qualidade para o ensino, a pesquisa e a extensão, que deve ser cultural e cientificamente significativo e socialmente comprometido com a maioria da população. Assim, a universidade deve ser um espaço privilegiado do pensamento, do debate e da crítica, objetivando a elevação cultural e científica, através da produção do saber realizada coletiva e publicamente, para o que é necessário assegurar recursos humanos, materiais e financeiros. Portanto, a avaliação não é algo natural ou que se dá em abstrato. Ela se estabelece em relação a um modelo tomado como referência.

Passamos, agora, a expor a proposta de avaliação institucional do ANDES-SN, incluída no *Caderno 2 – Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira* (1996) e na Proposta de LDB desse Sindicato.

A constituição de uma proposta de avaliação passa necessariamente pelo

amplo debate na instituição sobre sua identidade e projeto acadêmico global, devendo a avaliação ser participativa e emancipatória, constituindo-se, portanto, em instrumento de democratização. Avaliar não é punir ou premiar, porém conhecer os problemas e encontrar a melhor forma de solucioná-los.

Transcrevemos, a seguir, alguns pontos dessa Proposta, caracterizada em avaliação interna e avaliação externa:

A avaliação interna das instituições de ensino superior é concebida como uma retrospectiva crítica, socialmente contextualizada, do trabalho realizado pela instituição, com a participação de todos os envolvidos nesse trabalho, sendo ainda um elemento de controle da ação do Estado na Educação e, ao mesmo tempo, instrumento para a construção de uma escola pública, gratuita e democrática. Nesta perspectiva, a avaliação interna deve ser geradora de um projeto de desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico voltado para a solução dos graves problemas sociais, políticos e econômicos pela maioria da população brasileira. Para tanto, é preciso que esse processo seja realizado nas diversas instâncias onde se realiza o trabalho institucional e acadêmico, tendo caráter público e democrático, levando-se em conta as condições concretas sob as quais esse trabalho é produzido.

É nessa ótica que se deve realizar a avaliação do desempenho de cada docente vinculado à instituição, cujo objetivo será o estímulo ao seu aperfeiçoamento no exercício do ensino, da pesquisa e da extensão, e que fornecerá subsídios para sua progressão na carreira docente. A avaliação externa das IES tem concepções diferenciadas no que se refere ao caráter público ou privado das instituições. Para as IES públicas, o elemento preponderante num processo de avaliação externa é seu compromisso com a sociedade que as mantém. Desse modo, prevê-se a instalação, em cada Estado, de Conselhos Sociais que, na sua composição, representem os diferentes segmentos da sociedade na qual a instituição se insere. Estes Conselhos terão caráter autônomo e consultivo, devendo expressar os interesses substantivos dos diferentes setores da sociedade, tendo como principal finalidade contribuir para a formulação de políticas acadêmicas, administrativas e financeiras das IES públicas, acompanhando a sua execução. Essas contribuições deverão ser consideradas por Plenárias, órgãos máximos de deliberação das IES, que terão a responsabilidade de definir autonomamente, políticas acadêmicas, científicas e financeiras, estabelecendo diretrizes globais para o seu funcionamento e propiciando a avaliação pública de seus resultados. Tais Plenárias deverão ser constituídas por representantes dos três segmentos da comunidade universitária, dos órgãos colegiados superiores e dos órgãos colegiados das unidades de ensino, nos termos definidos pelos estatutos e regimentos de cada IES, assegurando-se que o número de representantes dos três segmentos seja superior ao dos órgãos colegiados.

No que se refere à Avaliação Interna, se propõe:

- As instituições de ensino superior implementarão mecanismos democráticos, legítimos e transparentes de avaliação interna e externa de suas atividades, levando em conta os fins da Educação propostos na LDB do ANDES-SN;

- A avaliação interna das instituições de ensino superior realizada no seu próprio âmbito deverá ser entendida como:

- retrospectiva crítica, socialmente contextualiza construída na discussão pública e democrática do trabalho realizado pela instituição, com a participação de todos os envolvidos nesse trabalho;
- parte integrante do processo de construção da escola pública e democrática, na gestão e no acesso;
- instrumento para o controle social da atividade do Estado na esfera da Educação;
- geradora da construção de um projeto de desenvolvimento acadêmico e científico dentro da perspectiva colocada para a educação nacional na LDB do ANDES-SN.

- O processo de avaliação do trabalho institucional e acadêmico é responsabilidade das diversas instâncias em que é realizado, devendo ter caráter público, democrático e pluralista no que diz respeito a idéias e concepções, considerando-se verbas, salários, insumos materiais, instalações e condições sociais, econômicas e políticas.
- O processo de avaliação do trabalho acadêmico de cada docente terá como objetivo o estímulo ao aprimoramento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e a compreensão de sua articulação com o projeto global da unidade acadêmica e da instituição.

Quanto à Avaliação Externa a Proposta prevê:

- A avaliação externa das instituições de ensino superior públicas será realizada, em cada Estado e Distrito Federal, por um Conselho social, de natureza autônoma e caráter consultivo, que expresse os interesses substantivos dos diferentes setores da sociedade em que se insere, tendo como função precípua contribuir para a formulação de políticas acadêmicas e financeiras das instituições de ensino superior públicas. Serão igualmente incluídas na avaliação externa, realizada pelo Conselho Social de cada Estado, as instituições privadas confessionais, filantrópicas e comunitárias que utilizem recursos públicos.

- Compete ao Conselho Social:
 - propor, em conformidade com sua natureza e com as deliberações do Fórum Nacional de Educação, rumos para as políticas de ensino, pesquisa e extensão das instituições de ensino superior públicas;
 - avaliar o desempenho das instituições de ensino superior públicas na execução do ensino, pesquisa e extensão;
 - remeter ao Conselho Interuniversitário, e às Plenárias de cada instituição de ensino superior por ele avaliadas, o resultado de seus trabalhos. Para o cumprimento de suas atribuições, o Conselho Social deverá ter uma comissão executiva e um regimento que normatizem seu funcionamento.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS

- 1) A Revista Temporalis aceita proposta de artigos que serão submetidos ao comitê editorial, a quem cabe a decisão final sobre a sua publicação.
 - 2) Os originais de no máximo 30 laudas, devem ser enviados a ABEPSS, obedecendo aos seguintes procedimentos:
 - a) suporte: em disquete de 3.5, junto com duas vias impressas;
 - b) formato: em word 6.0 e word 7.0 for windows, com a seguinte configuração: fonte Times New Roman 12, papel tamanho A-4, espaço interlinear de 1,5 cm, com todas as seguintes margens: superior 3 cm; inferior 2 cm; esquerda 3 cm; direita 2cm;
 - c) normalização: obedecer a seguinte seqüência:
 - título do artigo em português;
 - nome completo do(s) autor(es); suas credenciais e local de atividade, incluindo endereço, telefone, fax do trabalho e residencial, e e-mail para contato;
 - o texto principal não deve exceder 25 linhas, incluindo ilustrações (desenhos, figuras, tabelas, fotos) cujos locais de inserção devem vir indicados no texto;
 - figuras, desenhos, tabelas e fotos deverão ser entregues no original, com cabeçalho (se for o caso), créditos e legendas. Se as ilustrações enviadas já tiverem sido publicada, mencionar a fonte e a permissão para reprodução;
 - anexos, somente quando contiverem detalhamento imprescindível para a compreensão de alguma seção do texto;
 - citações e referências bibliográficas conforme a NB-10520, de 1998 e NB-6023, de 1989 da ABNT, respectivamente.
 - 3) O parecer sobre a aceitação ou não dos originais será comunicado ao autor, ou ao primeiro quando forem mais de um, não se obrigando a revista Temporalis a devolver os originais a ela enviados.
 - 4) Todo o trabalho aceito será submetido a revisão; caso o texto exija modificações substanciais, será devolvido ao autor para que ele mesmo as faça.
 - 5) A Revista Temporalis não remunera os autores que tenham seus artigos nela editados, porém lhe envia um exemplar da edição onde seu(s) texto(s) for(em) publicado(s).
- A Revista Temporalis está aberta para colaborações, mas reserva-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. Os artigos assinados são da responsabilidade de seus autores.
- Para Temporalis 5, serão recebidos artigos sobre o tema "Ética, Política e Direitos Humanos". A data limite para recebimento é 13 de maio de 2002.